



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 143, QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 140ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2018

1.1 – ABERTURA

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 13

1.2.2 – Oradores

Senadora Ana Amélia – Comentários acerca do julgamento que ocorrerá no STF sobre regras referentes a indultos de Natal que poderão beneficiar condenados por corrupção; e outros assuntos. 13

Senadora Ângela Portela – Satisfação com a liberação de recurso proveniente de emenda parlamentar de S.Exa. que custeia o Centro de Diagnóstico Precoce do Câncer, em Roraima. 16

Senador Telmário Mota – Apelo ao Governo Federal para que seja encontrada uma solução eficiente para a crise humanitária dos venezuelanos em Roraima; e outro assunto. 17

Senador Lasier Martins – Preocupação com a possibilidade de o STF aprovar indulto de Natal para condenados por corrupção; e outros assuntos. 22

Senador Paulo Paim – Celebração dos 30 anos da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh); e outro assunto. 24

Senador Humberto Costa – Indignação com a recente denúncia feita pelo Ministério Público Federal contra o ex-Presidente Lula, acusado de lavagem de dinheiro em negócio na Guiné Equatorial. 27

Senador José Medeiros – Defesa do fim do exame da OAB para o exercício da advocacia. 29

Senadora Lídice da Mata – Registro do Dia Nacional de Combate ao Câncer e aplauso aos investimentos em infraestrutura de atendimento à saúde e prevenção ao câncer pelo estado da Bahia. 32

Senadora Gleisi Hoffmann – Críticas à atuação da Operação Lava Jato no que concerne ao ex-Presidente Lula. 34

Senador Guaracy Silveira – Censura pelos procedimentos de contratação dos profissionais cubanos da saúde para o Programa Mais Médico durante o Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff. 37



Senadora Regina Sousa – Indignação com comentários que questionam a legalidade do Programa Mais Médicos; e outros assuntos.	39
1.2.3 – Suspensão da sessão às 16 horas e 18 minutos e reabertura às 16 horas e 48 minutos	42
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item extrapauta	
Mensagem nº 86/2018 (nº 224/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª DEBORA TOCI PUCCINI para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração – ANM.	42
1.3.2 – Requerimento	
Nº 560/2018, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de licença para tratamento de interesses particulares por 3 dias. Aprovado.	45
1.3.3 – Item extrapauta (continuação)	
Mensagem nº 86/2018 (nº 224/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª DEBORA TOCI PUCCINI para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração – ANM. Aprovada (votação nominal).	45
1.3.4 – Item extrapauta	
Mensagem nº 97/2018 (nº 512/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ELISA BASTOS SILVA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Aprovada (votação nominal).	47
1.3.5 – Requerimento	
Nº 563/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, de urgência para o Projeto de Resolução nº 54/2018. Aprovado.	54
1.3.6 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 54/2018, (apresentado como conclusão do Parecer nº 109/2018-CAE), que autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América). Aprovado.	55
Redação final do Projeto de Resolução nº 54/2018 (Parecer nº 197/2018-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	55
1.3.7 – Item 11	
Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2018 (nº 394/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 26 de março de 2014.</i> Aprovado. À promulgação.	56
1.3.8 – Item 12	
Projeto de Decreto Legislativo nº 28/2018 (nº 603/2017, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.</i> Aprovado. À promulgação.	57



1.3.9 – Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 62/2018 (nº 254/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, em 23 de agosto de 1978. **Aprovado.** À promulgação.* 57

1.3.10 – Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 63/2018 (nº 545/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10). **Aprovado.** À promulgação.* 57

1.3.11 – Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2018 (nº 682/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado em Brasília, em 7 de dezembro de 2011. **Aprovado.** À promulgação.* 58

1.3.12 – Item extrapauta

Mensagem nº 81/2018 (nº 454/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia. **Aprovada** (votação nominal). 58

1.3.13 – Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 122/2017 (nº 5.496/2016, na Câmara dos Deputados), que *inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria. **Aprovado, com emendas de redação.*** 60

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2017 (**Parecer nº 198/2018-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À sanção. 60

1.4 – ENCERRAMENTO 60

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 140ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Abertura de prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 83 e 93/2018. 62

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que Projeto de Lei do Senado nº 711/2015 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 1.445/2018-CE**). 62

2.1.2 – Comunicação

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Ofícios "S" nºs 17, 23, 58 e 67/2018, com posterior envio ao Arquivo (**Ofícios nºs 122, 123, 143 e 145/2018**) 65



2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Ciro Nogueira – Preocupação com a saída dos médicos cubanos do País e congratulações ao Ministro da Saúde pela agilidade para a reposição dos profissionais nos municípios. 71

2.1.4 – Expedientes de Ministros de Estado

Ofício nº 1.251/2018, na origem, Ministro de Estado da Educação, que solicita dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Requerimento nº 309/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin. ... 73

Ofício nº 31/2018, na origem, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 294/2018, do Senador Randolfe Rodrigues 73

Ofício nº 317/2018, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 120/2018, da Senadora Lídice da Mata 73

Ofício nº 318/2018, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 313/2018, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte 73

Aviso nº 203/2018, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 332/2018, do Senador Jorge Viana. 73

Aviso nº 205/2018, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 430/2018, do Senador Lindbergh Farias. 73

Ofício nº 32/2018, na origem, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que comunica verificação de erro material no texto encaminhado por meio da Mensagem nº 111/2018 (nº 650/2018, na origem).
Republicação do avulso inicial da matéria. 73

Aviso nº 229/2018, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 312/2018, do Senador Jorge Viana 93

Aviso nº 206/2018, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.086/2017, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 93

Ofício nº 832/2018, na origem, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social, em resposta ao Requerimento nº 246/2018, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 93

Aviso nº 574/2018, na origem, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento nº 211/2018, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 93

Aviso nº 204/2018, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 212/2018, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 93

2.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 86, 97 e 100/2018 95

2.1.6 – Mensagens do Presidente da República

Nº 676/2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2018, sancionado e convertido na Lei nº 13.750/2018. 98

Nº 677/2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38/2018, sancionado e convertido na Lei nº 13.751/2018. 99



2.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 139/2018, do Senador Romário e outro Senador, que *susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, que altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.* 101

2.1.8 – Projetos de Lei do Senado

Nº 452/2018, do Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para estabelecer que, após cumprir a pena, o egresso terá direito a passagem rodoviária para a sua cidade de origem.* 108

Nº 453/2018, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.* 113

Nº 454/2018, do Senador José Medeiros, que *estabelece a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissional da segurança pública.* 119

Nº 455/2018, do Senador José Medeiros, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.* 124

Nº 456/2018, do Senador José Medeiros, que *altera os Decretos-Leis nos 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.* 130

Nº 457/2018, do Senador José Serra, que *dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.* 137

Nº 458/2018, do Senador José Serra, que *altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.* 146

2.1.9 – Projeto de Resolução

Nº 54/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).* 153

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 54/2018. 169

2.1.10 – Requerimentos

Nº 553/2018, da Senadora Rose de Freitas, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 94/2017-Complementar. **Deferido.** 171

Nº 554/2018, do Senador Wilder Moraes, de retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 175/2017. **Deferido.** 173



Nº 555/2018, da Senadora Rose de Freitas, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 95/2017. Deferido.	175
Nº 556/2018, da Senadora Regina Sousa, em aditamento ao Requerimento nº 459/2018, de autorização para desempenho de missão no período de 29 a 31 de outubro último.	178
Nº 557/2018, do Senador José Medeiros, de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	180
Nº 558/2018, da Senadora Rose de Freitas, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 295/2018. Deferido.	183
Nº 559/2018, da Senadora Marta Suplicy e outros senadores, de realização de sessão especial, em 11 de dezembro próximo, destinada a homenagear a memória do empresário Fabrizio Fasano. Deferido. ...	186
Nº 561/2018, do Senador Romero Jucá, de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 487/2013.	190
Nº 562/2018, do Senador Romero Jucá e outros senadores, de realização de sessão especial, em 10 de dezembro próximo, destinada a comemorar os 88 anos de criação do Ministério do Trabalho.	192
Nº 564/2018, do Senador Omar Aziz, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Victoriana Campbell Marques.	194
Nº 565/2018, do Senador Omar Aziz, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João dos Santos Pereira Braga.	197
2.1.11 – Término de prazo	
Término do prazo, em 16 do corrente, com apresentação de 16 emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016	201
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Mensagem nº 86/2018	
Lista de votação	244
2.2.2 – Requerimento nº 560/2018	
Matéria lida e aprovada	247
2.2.3 – Mensagem nº 97/2018	
Lista de votação	250
2.2.4 – Projeto de Resolução nº 54/2018	
Requerimento nº 563/2018	253
Redação final (Parecer nº 197/2018-CDIR/PLEN-SF)	257
2.2.5 – Mensagem nº 81/2018	
Lista de votação	262
2.2.6 – Projeto de Lei da Câmara nº 122/2017	
Redação final (Parecer nº 198/2018-CDIR/PLEN-SF)	265



3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 109/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 112/2018	268
Nº 53/2018-CE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 711/2015	280
Nº 54/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2018	288
Nº 55/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83/2018	295
Nº 56/2018-CE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 27/2017	303
Nº 24/2018-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 97/2018	311
Nº 25/2018-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 86/2018	318
Nº 26/2018-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 100/2018	328

PARTE III**4 – RESOLUÇÃO**

Nº 30/2018	337
------------------	-----

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	340
---	------------

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	343
--	------------

7 – LIDERANÇAS	344
-----------------------------	------------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	348
--	------------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	359
---	------------

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	363
---	------------

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	413
--------------------------------------	------------



Ata da 140ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 27 de novembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira e João Alberto Souza.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 18 horas e 50 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

140ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 27/11/2018 07:00:00 até 27/11/2018 20:32:59

Votos no período: 27/11/2018 07:00:00 até 27/11/2018 20:32:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
MDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PODE	PI	Elmano Férrer	X	X
MDB	CE	Eunício Oliveira	X	
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
DC	TO	Guaracy Silveira	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	
MDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X

Emissão 27/11/2018 20:34:01





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

140ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 27/11/2018 07:00:00 até 27/11/2018 20:32:59

Votos no período: 27/11/2018 07:00:00 até 27/11/2018 20:32:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X	X
PSD	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
MDB	RR	Romero Jucá	X	X
PODE	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
MDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
MDB	MS	Waldemir Moka	X	X
-	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X	X

Compareceram 67 senadores.

Emissão 27/11/2018 20:34:01



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – ... eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora Ângela Portela está inscrita em primeiro lugar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Solicito a minha inscrição pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela Liderança, V. Exa. está inscrito em primeiro lugar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria de V. Exa. a compreensão, tendo em vista que eu combinei com o Senador Paulo Paim, que é o primeiro orador inscrito desta tarde, para permutar com ele – eu sou a terceira oradora inscrita – em função de uma audiência pública na CAS que terei de presidir a partir das 14h15.

Essa é a permuta e a solicitação que faço a V. Exa. para ser a primeira oradora inscrita.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exa. será atendida.

Há oradores inscritos.

Na Casa, presentes 39 Sras. e Srs. Senadores.

Por permuta com o Senador Paulo Paim, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia (Progressistas, do Rio Grande do Sul), pelo tempo regimental.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discursar.) – Caro Presidente, Senador João Alberto, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Paim pela cedência, pela permuta feita em função do que tenho de fazer agora na Comissão de Assuntos Sociais.



Eu queria começar a minha fala, Presidente, porque amanhã, o Supremo Tribunal Federal voltará a julgar as regras de indulto de Natal que podem beneficiar, inclusive, condenados por corrupção.

Tenho certeza de que o Senador Lasier Martins também tratará desse tema, mas eu queria trazer à lembrança não apenas esse aspecto de poder beneficiar os denunciados por corrupção, mas também por um fato que me preocupa, como, aliás – talvez mais ainda –, a sociedade, que está refém da criminalidade.

Fui autora de um projeto de lei, porque, hoje, no caso do regime semiaberto, o preso pode deixar a prisão quatro vezes por ano beneficiado por esse famoso saidão – quatro vezes por ano! Pode ser no seu aniversário, no dia das mães, no Natal ou no dia dos pais.

Ora, as estatísticas são terríveis no sentido de mostrar que, primeiro, ele sai e não volta para a penitenciária. Não volta! Segundo, que ele, em geral, pelas estatísticas pela própria polícia reafirmadas, vai reincidir ou vai praticar um crime, seja latrocínio, seja roubo e assim por diante. O projeto está tramitando, teve um acolhimento quando se discutiu a mudança no Código Penal, porém, aquele relatório do então Senador Pedro Taques acabou se perdendo nos escaninhos aqui do Legislativo e essa lei não foi aplicada. Ao longo desse tempo, mais crimes foram cometidos pelos saidões. Novo Hamburgo é um caso típico. O que aconteceu em Novo Hamburgo, com os chamados saidões, acabou provocando assassinato de pessoas conhecidas na comunidade.

Então, eu trago de novo o pedido ao Supremo Tribunal Federal que avalie com cautela essa questão, porque a sociedade, que já está refém da criminalidade corre o risco de, conforme o entendimento dos senhores Ministros... Claro, os presídios brasileiros não são, absolutamente, lugar de ressocialização, mas simplesmente uma escola para o crime. E aí também nós podíamos seguir exemplos que há no mundo, inclusive daqueles que falam muito no regime cubano.

O regime penitenciário cubano, para que se saiba, é um regime, eu diria, de absoluta disciplina, Senador João Alberto, e o senhor conhece bem porque governou o Maranhão. É uma disciplina militar dentro do presídio cubano. Há horário para levantar, se alguém fugir da disciplina é punido todo o pavilhão. Eu visitei durante dois dias uma prisão em Cuba. E mais: os apenados em Cuba trabalham para financiar o sustento e a manutenção do presídio, respondem por 82% – na época que eu visitei, eram esses números – com as suas habilidades, seja produzindo alimentos na horta, para servir para os presos da alimentação, seja produzindo cadeiras ou outros utensílios de madeira, carpinteiros ou marceneiros, seja consertando veículos, aqueles que têm habilidade para área da mecânica. Cada um é separado por grupos, e é assim que funciona lá. Então, pouca fuga, não há fuga. E aqueles que ainda têm uma pena máxima, que não seria aceita no Brasil... É que alguns de crimes menores – roubou uma bicicleta – usam uniforme identificativo de que roubaram uma bicicleta e vão para a rua varrer a rua. Senador, isso é aplicado em Cuba. Então, eu falei isso aqui porque eu quero dizer que o trabalho enobrece o homem. O trabalho é a única maneira, porque o ócio não é um bom conselheiro, ainda mais nas prisões superlotadas.

Então, queria chamar a atenção do Supremo Tribunal Federal. Aliás, ontem, em uma decisão também importante, o Ministro Luiz Fux tratou de acabar e extinguir o auxílio-moradia para a magistratura, o que vem, de certa forma, não atenuar o impacto que terá financeiro do reajuste que foi aprovado pelo Senado Federal, em relação aos magistrados, ao Supremo Tribunal Federal, como o teto de salários, mas pelo menos dá um regramento e um disciplinamento a essa questão.

Aliás, eu, Senador, fiz um projeto de resolução, aqui nesta Casa, logo que entrei no Senado, porque o Senado tem um auxílio de mudança. O Senador que chega aqui – do seu Estado,



Maranhão, ou do Rio Grande do Sul, o Senador Lasier, o Senador Paim – vem do seu Estado para mudar, trazer móveis ou utensílios e recebe um auxílio mudança; quando volta, não reeleito, recebe também o auxílio para voltar para o seu Estado. O que eu fiz pela lógica? Aquele Senador ou Deputado que foi reeleito já fez a mudança, já está em Brasília. Para que é que você vai fazer novamente um pagamento, se ele não vai fazer essa alteração na sua vida? Então, para esses casos, casos em que me incluo, não haverá esse auxílio.

Como eu sou autora dessa lei e não fui reeleita, já encaminhei à Secretaria da Administração do Senado pedindo que não façam esse pagamento a mim. É uma questão de coerência. É por isso que o projeto de resolução é uma questão lógica, uma resposta adequada, não é nada além daquilo. Quando sair, no final, se for o entendimento da Casa, eu acho que ela deverá agir.

Como eu também não tenho auxílio-moradia – eu moro na minha casa –, quando falo do auxílio-moradia aos Ministros do Supremo, também falo por coerência.

Nós teríamos que reexaminar o auxílio-moradia, não na medida como estão falando, porque algumas pessoas, com o salário, se pagarem moradia, vão acabar tendo que pagar para trabalhar. Paga-se para trabalhar. Não é isso. A lógica tem que ser: quanto custa a manutenção dos prédios funcionais? Qual é o preço do prédio funcional? O que é mais barato para a sociedade: manter o prédio funcional com segurança, com tudo, com vigilância, com manutenção, ou dar o auxílio-moradia, que é mais barato? Essa tem que ser a leitura desse tema, e tem que ser tratado com racionalidade, não com emoção. Então, temos que entender disso. Como eu não recebo auxílio-moradia, posso falar sobre essa questão.

Para terminar, Senador João Alberto, nessa matéria, eu queria apenas lembrar que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Câncer. A corrupção é um câncer, é um tipo de câncer; mas eu venho falar do câncer mesmo, da doença. O Brasil deve registrar 600 mil casos novos de câncer até o ano que vem. É muita gente com essa doença. Muitos, quando conseguem tratamento ou acesso a pesquisa clínica, têm a chance de curar a doença.

O câncer, dentro de alguns anos, Senador, será uma doença que nós vamos tratar como tratamos de diabetes, como tratamos de outras doenças que têm a manutenção com a medicação adequada. Estamos entrando na era dos medicamentos biológicos, que são muito mais adaptados à natureza humana, à fisiologia das pessoas, do que os medicamentos sintéticos, que são químicos, e sempre, digamos, as sequelas são maiores. No caso dos biológicos, por serem formados por células de mamíferos, eles terão uma eficácia muito mais garantida no tratamento dessa doença.

Sou autora de leis que agilizam a pesquisa clínica e também de uma lei que fornece e obriga os planos de saúde, Senador João Alberto, a pagar aos clientes que tenham um diagnóstico de câncer e cujo oncologista recomende que ele tenha que tratar a doença com o tratamento oncológico oral. Essa lei é minha. Essa lei está em vigor há quatro anos e foi sancionada pela Ex-Presidente Dilma Rousseff, que também teve câncer. Então eu penso que só esse projeto, que eu tive nessa Legislatura, que passou pelo Senado, foi para a Câmara Federal, que voltou para o Senado e foi aprovado, só esse projeto já teria valido o meu dever aqui no Senado Federal.

Mas muitos outros eu fiz, como criar um mamógrafo próprio para mulheres deficientes, que o SUS deve fornecer e disponibilizar, porque não é justo que as mulheres portadoras de deficiência física sejam discriminadas em relação a não ter o acesso, porque elas não se adaptam ao mamógrafo. Então é criar um mamógrafo que seja ajustado para atender a demanda das mulheres. Então, muita atenção ao câncer. Mais do que as questões genéticas, é o modo de vida das pessoas: a alimentação, o exercício físico, a vida saudável, não ter preocupação nem com as



injustiças nem com as decepções – especialmente para nós aqui na política, que mais vivemos esse mundo tão difícil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exa., Senadora Ana Amélia.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima.

V. Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aqui a Senadora Ana Amélia falou sobre o câncer, e a gente vem a esta tribuna exatamente falar sobre os recursos que nós destinamos – eu e o Deputado Federal Hiran Gonçalves, de Roraima – para a prevenção e combate ao câncer do colo de útero e de mama.

Uma parte importante de nosso trabalho como Parlamentar é a destinação de recursos de emendas para causas de grande interesse de nossa população, para causas importantes, e saúde é fundamental.

Dentro do Orçamento da União, como senadora, já tive oportunidade de direcionar milhões de reais que se traduziram em creches, escolas, postos de saúde, eletrificação, melhoria de estradas vicinais, entre outras obras que levam qualidade de vida a todos os Municípios do meu Estado.

Passada a eleição, esse trabalho continua. Por isso, é com grande alegria que quero registrar aqui, a liberação de uma emenda de bancada de R\$30 milhões para custeio do Centro de Diagnóstico Precoce do Câncer, em Roraima – instituto de prevenção em Boa Vista. As obras vão começar já no próximo ano. É muita alegria para mim, no final do mandato, poder assegurar, junto com o Deputado Federal Hiran Gonçalves, recursos para a prevenção do câncer de colo de útero e de mama.

Essa emenda parlamentar, iniciativa minha e do Deputado Hiran, a quem saúdo desta tribuna, vai trazer uma enorme contribuição à redução das taxas de incidência de diversos tipos de câncer em Roraima.

A previsão é que, inicialmente, priorize a prevenção e o diagnóstico do câncer de mama e de colo de útero, os dois que mais afligem as mulheres brasileiras e do meu Estado. Num momento posterior, o atendimento será estendido a outros tipos de câncer, como os de pele e de boca.

Ressalto que se trata de um centro de diagnóstico e prevenção, e não de tratamento. A medicina preventiva, todos sabemos, é uma tendência mundial, pois quanto mais precoce a detecção, maiores as chances de cura e menor o custo do tratamento, levando qualidade de vida para o paciente e reduzindo o gasto para a sociedade.

O Centro de Diagnóstico Precoce será administrado por uma fundação de reconhecida competência no combate ao câncer: o Hospital de Amor, de Barretos, em São Paulo.

Grande parte da população já admira o trabalho realizado há muitos anos, em Barretos, pelo Sr. Henrique Prata, um dos maiores benfeitores da saúde no Brasil. Mas nunca é demais divulgar, para quem ainda não conhece, a importância dessa instituição. Considerando que as famílias, as pessoas do meu Estado já foram amplamente atendidas pelo hospital de Barretos.

Durante muitos anos conhecido como Hospital do Câncer de Barretos, ele foi rebatizado, apropriadamente, como Hospital de Amor, nome que reflete de maneira adequada a beleza da obra que realiza. O Hospital de Amor surgiu aos poucos, diante da constatação de que pacientes



de câncer das diversas cidades do interior precisavam se deslocar até São Paulo, capital, para se tratar.

No final da década de 60, foi instituída em Barretos uma fundação para atender pacientes de câncer. Entre os médicos precursores estavam os pais do Sr. Henrique: o Dr. Paulo Prata e a Dra. Scylla Prata. Testemunhando desde criança a dedicação dos pais ao tratamento do câncer, o Sr. Henrique abraçou a causa e, no final da década de 80, com a ajuda da iniciativa privada e da sociedade de Barretos, ampliou esse trabalho até conseguir transformar a instituição em um hospital propriamente dito.

Hoje o Hospital de Amor é referência no Brasil, na América Latina e no mundo, atendendo pacientes de todo o País e ocupando posição de destaque em todos os *rankings* internacionais de qualidade no atendimento à saúde.

Pois bem, Sr. Presidente, é essa instituição de elevado grau de utilidade pública que estaremos levando para o nosso Estado, eu e o Dr. Hiran Gonçalves, nosso Deputado Federal. Meu mandato como Senadora termina no próximo dia 31 de janeiro, mas terei o orgulho, como cidadã de Roraima, de em breve ver meu Estado dispor de um centro de prevenção do câncer com padrão internacional de atendimento.

Tive a satisfação de receber em meu gabinete o Presidente do Hospital de Amor, Dr. Henrique Prata, um dos maiores nomes da medicina brasileira. Veio-me visitar acompanhado do Deputado Hiran e do Governador eleito de Roraima, Antônio Denarium, que apoia a iniciativa.

Parabenizo todos pela nobreza do gesto.

Momentos assim, em que homens e mulheres de diferentes campos do espectro político se unem por causas maiores, proporcionam as maiores satisfações de minha vida pública. Isso é uma satisfação muito grande, porque, independentemente de questão ideológica, partidária, nós estamos unidos para que o Hospital de Amor seja instalado em Roraima e possa atender as mulheres do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sou eu quem agradeço a V. Exa., Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, PTB, de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discursar.) – Presidente João, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o nosso povo de Roraima está ansioso pelo início do sucesso do próximo Governo. Estamos otimistas e esperançosos como há muito tempo não estávamos. O Brasil sofreu muito nos últimos anos com o aumento do desemprego, da corrupção e da violência.

Com muito pesar tenho de lembrar nossos compatriotas de que Roraima sofreu ainda mais do que o resto do nosso querido País. O problema da corrupção em Roraima é ainda pior do que no resto do Brasil em razão de décadas de uma política coronelista, perversa, que controlava todos os órgãos públicos estaduais e federais.

Felizmente, nas eleições deste ano, o povo de Roraima disse um sonoro "não" a esse coronel.

O problema do desemprego em Roraima é ainda maior do que no resto do Brasil. É difícil, Sr. Presidente, de acreditar, porque o Brasil está sofrendo uma calamidade social, com a maior taxa de desemprego em décadas. Infelizmente, a situação de Roraima consegue ser ainda mais grave.



Roraima era tradicionalmente um Estado agropecuário e minerador. Essas são as nossas vocações. Hoje, Sr. Presidente, mais de 60% da área de Roraima é de reservas indígenas, militares ou de proteção ambiental. Eu vivi isso muito de perto, pois minha querida cidade natal, Normandia, perdeu quase todo o seu território para a reserva Raposa Serra do Sol. Se, por um lado, isso é ótimo para preservar a natureza e a cultura dos nossos índios, dos quais eu orgulho de me descender, por outro lado, reduziu muito as oportunidades de emprego em atividades produtivas. Essa política obrigou muitos que viviam no campo a mudar para as cidades, principalmente para a capital, Boa Vista. Mas não há emprego para todos. Hoje, a capital depende basicamente dos empregos públicos, que estão diminuindo com a crise promovida pelo Governo Temer nos serviços públicos.

A violência também, Sr. Presidente, cresceu muito em Roraima em razão do desemprego e dos problemas de fronteira. Se o problema já não era suficientemente grave, piorou muito com a crise na Venezuela e a vinda de dezenas de milhares de refugiados para nossa capital e outras pequenas cidades. Não temos espaço para comportar tanta gente. Estimava-se, dizem, haver até 80 mil venezuelanos em Roraima, cuja população é de 570 mil, sendo apenas 330 mil eleitores. É um venezuelano para cada cinco eleitores no Estado de Roraima. O povo de Roraima, como todo o resto do Brasil, é muito hospitaleiro e gosta de receber visitantes, mas receber de repente tanta gente sem emprego e condições mínimas de sobrevivência é uma receita certa para conflitos e uma grave crise humanitária.

Fui o primeiro político a alertar para esses problemas no Senado e até hoje acho que sou quem mais fala sobre isso no Congresso Nacional. Vou continuar insistindo, Sr. Presidente, nesse assunto, porque tenho esperança em nosso novo Governo. Tenho certeza que ele será mais sensível que o atual sobre os problemas de Roraima. Minha mãezinha e minha família me ensinaram, quando eu era criança, quando eu era um pequeno curumim, de Normandia, que se tudo se resolve melhor com amor, solidariedade e diálogo. Defendo que a solução para essa crise passe pela solidariedade. Faço isso desde quando o povo de Roraima me honrou com a missão de representá-lo no Senado da República, em 2015.

Sempre defendi que a ONU ajudasse os venezuelanos dentro da Venezuela para que eles não sejam obrigados a abandonar suas famílias e migrar para outros países, como o Brasil. Felizmente, a ONU, finalmente, começou a adotar, Sr. Presidente, essa política de solidariedade dentro da Venezuela. Essa semana a Venezuela começou a receber 35 milhões de ajuda humanitária. Congratulo-me com a ONU por isso e com o governo da Venezuela, por ter tido a humildade de reconhecer que não está conseguindo resolver seus problemas sozinho e que precisa dessa ajuda. Ainda é pouco para os 31 milhões de habitantes do nosso vizinho país, mas já é um bom começo.

Minha sugestão não é construir campo de refugiados em Roraima, porque isso Roraima não suporta. Não precisamos disso. Minha sugestão é que esses campos sejam construídos na própria Venezuela, em Sierra de Lema, a 200km da fronteira com o Brasil, ou talvez que eles nem sejam construídos, uma vez que seria melhor que seus cidadãos recebessem esses recursos sem saírem de sua própria casa. É melhor que os venezuelanos fiquem na Venezuela. Isso seria muito mais barato para a ONU, e principalmente para o Brasil, que já gastou centenas de milhões de reais lidando com essa imigração em massa, sendo que uma parte muito pequena foi com comida e remédio. O custo maior para o Governo brasileiro, em seus gastos com os imigrantes, é com instalações, abrigo, segurança, transporte, serviços de saúde, assistência social e a gestão de todos esses processos.



Se os venezuelanos ficarem na Venezuela, o único gasto que a ONU e os países solidários precisarão fazer é com comida e remédio, Sr. Presidente. Portanto, é muitíssimo mais barato doar só alimento e remédio para que eles fiquem por lá com seus familiares. É o que penso e o que sugiro. É o que pensa o povo de Roraima e acredito que seja o que pensa o povo do Brasil.

Talvez, por essa questão emergencial, seja até necessário construir um campo de refugiados. Nesse caso, sugiro que seja construído na Venezuela, mais precisamente na Sierra de Lema, a 200 km do Estado brasileiro. Basta levar os alimentos e remédios para lá. Todos os outros custos podem ser bancados pelo Governo da Venezuela. É mais barato e não traz problemas sociais para o Brasil. E é muito mais humano.

Essa é uma proposta de Roraima para a solução dessa crise. Acredito muito que os governantes do nosso País e do resto do mundo vão perceber que essa é a melhor ideia, mais barata, mais eficiente e mais solidária.

O Exército e o Governo brasileiro, inclusive, têm uma ótima experiência em oferecer ajuda humanitária, através da ONU, no país de origem das pessoas, como fez no Haiti e em diversos outros países. Suponhamos que, em casos extremos, parte da Venezuela queira imigrar mesmo que recebam comida e remédios em seus país. Nesse caso, tudo bem, eles têm o direito e o Brasil deve recebê-los por caridade e hospitalidade. Mas, mesmo nesse caso, eu e o povo de Roraima defendemos que os venezuelanos possam receber, dentro da própria Venezuela, orientação, acompanhamento médico, vacinação e emissão de documentos para a interiorização e distribuição racional dos imigrantes pelos Estados do Brasil.

Roraima não tem estrutura e alojamentos para isso. Teria de construir tudo isso do zero e seria muito caro. O Governo Temer não se mostrou interessado em gastar tanto dinheiro e tem permitido que a calamidade se instale em Roraima, antes de agir.

O pior é que estamos em uma grave crise fiscal e não podemos despender tantos recursos apenas para que Roraima vire um ponto de parada e triagem para a imigração de refugiados para o Brasil e o mundo. Isso não faz sentido. Isso deve e pode ser feito na Venezuela, com uma pequena contribuição da ONU e dos países solidários.

Evidentemente, Sr. Presidente, para que isso dê certo é necessário muito diálogo e cooperação com o Governo da Venezuela, para que não pareça intervenção estrangeira em sua soberania. Precisamos reabrir o diálogo com a Venezuela e tirar das costas de Roraima todo esse peso que a imigração descontrolada está causando aos serviços mais essenciais.

O Governo Temer rompeu esse diálogo por pura vaidade, mas quem está sentindo na pele não é ele, são os roraimenses. Roraima precisa do diálogo com a Venezuela porque corre o risco até mesmo de ficar, Sr. Presidente, sem energia elétrica. Hoje Roraima consome 200MW e 130MW vêm da Venezuela – 65%, dois terços dessa energia. O nosso Estado é o único que não está interligado no Sistema Elétrico Nacional e depende de importação de energia da Venezuela para sobreviver.

Não existe economia, gestão pública ou conforto, hoje em dia, sem energia elétrica, Sr. Presidente. O contrato de fornecimento de energia com a Venezuela vence no prazo de um ano. O Governo Temer e seus comparsas em Roraima mantiveram propositalmente bloqueada a obra que interliga a energia entre Manaus e Roraima. Hoje não há mais tempo hábil para construí-la antes do fim do contrato com a Venezuela. Se o Brasil romper com a Venezuela, a crise humanitária não será apenas dos venezuelanos no Brasil, Sr. Presidente, mas será também dos brasileiros roraimenses.



Portanto, Sr. Presidente, Roraima precisa que esse contrato seja renovado, pelo menos por mais alguns anos, até que seja construído o Linhão até Manaus, de Tucuruí, que pode demorar até seis anos.

Se o Brasil ficar inimigo da Venezuela, Roraima corre o risco de ficar sem energia. Se isso acontecer, não serão apenas os venezuelanos que vão emigrar, o próprio povo de Roraima terá que emigrar. Para começar, vão todos se refugiar nas praças ou ruas de Manaus. Seria um caos absoluto. Ninguém no Brasil quer que isso aconteça, principalmente nós, do Estado de Roraima.

A situação é tão grave, Sr. Presidente, e está sendo tratada com tanto desleixo pelo Governo Temer, que há quem suspeite que esse impasse está sendo usado como desculpa para conflito entre Brasil e Venezuela, caso o vizinho não renove o contrato e deixe Roraima desabastecida. Eu não acredito nisso. Ninguém poderia ser tão irresponsável. Mas devemos nos precaver para que isso não venha a acontecer.

Sr. Presidente, dê-me um pouquinho mais de tempo, por favor.

Roraima precisa, Sr. Presidente, do diálogo com a Venezuela, porque toda crise é passageira. Depois da crise, Roraima e seu povo continuarão por lá no mesmo lugar, e a Venezuela também continuará lá no mesmo lugar. Para sair da crise, Roraima precisa aumentar a produção de grãos, carnes, frutas e vegetais. Roraima precisa aumentar sua produção mineral, precisa se industrializar.

O novo Governo quer diminuir o tamanho do Estado. O povo de Roraima hoje vive praticamente do Estado, do salário do funcionalismo e das transferências federais. Roraima não quer depender disso, Sr. Presidente. Roraima quer e pode produzir muito em benefício do Brasil, porque ainda tem muitas terras férteis e riquezas disponíveis fora das reservas ambientais e indígenas. Para isso, Sr. Presidente, Roraima precisa de nossos vizinhos, do comércio e da cooperação com eles.

Em um raio de 1.000km de Roraima, há um PIB e uma população maior do que a do próspero Estado de São Paulo, sendo a maior parte disso dentro da Venezuela. Temos uma boa estrada asfaltada até os ótimos portos da Venezuela, que são próximos ao Canal do Panamá, com fácil acesso ao mercado oriental.

Faz mais sentido sermos amigos ou inimigos da Venezuela? Vamos ser amigos, é a nossa proposição!

As coisas estão difíceis atualmente, mas com paciência, diálogo e cooperação, vão melhorar. Quando isso acontecer, Roraima e o Brasil tem muito a ganhar com o comércio e com a infraestrutura que hoje existe na Venezuela.

A Venezuela, Sr. Presidente, há muitos anos, é um dos principais compradores do Brasil, principalmente de manufaturados e alimentos. O Brasil sempre teve um grande comércio com a Venezuela, ou seja, nós lucramos muito mais do que eles nesse comércio.

A Venezuela faz parte do Mercosul, que foi nosso principal comprador nos últimos 20 anos, de onde tiramos um imenso saldo comercial. Vem do Mercosul a maior parte dos turistas estrangeiros que chegam ao Brasil. O Mercosul sustenta centenas de milhares de empregos diretos e talvez alguns milhões de empregos indiretos, e uma boa arrecadação de impostos.

Eu não estou compreendendo declarações de algumas pessoas dizendo que o Mercosul não é prioridade, que a Venezuela é inimiga. O que ganhamos, Sr. Presidente, com isso? – pergunto-lhe. Se alguém souber a razão disso, me diga, porque eu não estou entendendo essa posição do futuro Ministro da Fazenda do Presidente eleito.



Eu vejo sabedoria e sensatez no próximo Governo. Por exemplo, o Vice-Presidente eleito, Gen. Mourão, foi muito feliz em suas declarações. É evidente que o Mercosul deve ser também uma prioridade do Brasil. Isso não significa, de forma alguma, que nenhum outro grande país ou bloco comercial do mundo não seja prioridade também ou que deva ser menosprezado.

O Brasil nunca menosprezou ninguém, Sr. Presidente. Queremos o comércio com todos os países. Quanto mais comércio melhor – mais emprego e riqueza são gerados. Além disso, Sr. Presidente, o problema nos vizinhos não significa apenas um problema comercial. O problema nos vizinhos pode ser também um problema de fronteira e de migração, como está acontecendo em Roraima e na Venezuela.

Já concluindo, Sr. Presidente, existem 200 mil habitantes – olhe só, Sr. Presidente – brasileiros na Venezuela, em razão da emigração de décadas e décadas passadas. Essas pessoas também precisam ser lembradas. São brasileiros e estão sob nossa responsabilidade também. Se hostilizarmos os venezuelanos aqui, os brasileiros podem ser hostilizados lá. Prudência e caldo de galinha, Sr. Presidente, na nossa região – sempre digo –, não fazem mal a ninguém.

Por favor, eu peço racionalidade aos nossos políticos e jornalistas. O futuro do nosso Estado e de todo o Norte do Brasil depende de nossa moderação, de nosso bom senso. A tradição brasileira sempre foi a do diálogo, respeito e cooperação e não de intervenção em outros países, em especial nos nossos países vizinhos.

Já concluindo, Sr. Presidente, espero que mantenhamos a velha sabedoria da nossa diplomacia, respeitada no mundo inteiro. Roraima espera por isso, o Amazonas e o Norte do Brasil também, pois eles serão os primeiros a sofrer com o colapso humanitário na Venezuela e em Roraima, caso a cooperação com o nosso vizinho acabe de vez e Roraima fique sem energia e os refugiados, sem alternativa.

Sr. Presidente, esta é a Casa da Federação, dos Estados, do povo. É nesta Casa que são decididos os assuntos diplomáticos e externos. Peço que todos aqui, Senadores e Senadoras, pronunciem-se, dialoguem e se posicionem sobre um tema tão grave como esse.

Estamos, Sr. Presidente, falando de uma crise humanitária, uma crise que pode parecer distante para alguns, mas que pode não ser tão distante assim em tão pouco tempo. Afinal, Sr. Presidente, estamos falando de nossos irmãos brasileiros que vivem em Roraima, em Manaus, no Norte do País; estamos falando de seres humanos que estão sofrendo. São também crianças, jovens, mulheres, idosos, irmãos, cristãos como nós, humanos como nós, no Brasil e no país vizinho.

Deus nos deu essa oportunidade, que é uma oportunidade de ouro. Podemos ser solidários, podemos ser compreensivos, podemos ser sensíveis, podemos ser sensatos, podemos ser humildes. Deus nos deu a chance de sermos tudo isso. Vamos desperdiçar essa chance que Deus nos deu, Presidente? Não, não vamos. Vamos desperdiçar a chance que Deus nos deu? Vamos nos instrumentar de Deus para ajudar aqueles que sofrem. Vamos desperdiçar a chance que Deus nos deu para evitar uma crise humanitária em um de nossos entes federados? Claro que não! Logo Roraima, o menorzinho de nossos entes federados?

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, já concluindo, o Senado, a Casa da Federação, a Casa dos assuntos exteriores, deve fazer algo, deve se posicionar. Eu sugiro, inclusive, que seja constituída uma comissão especial para visitar Roraima, para visitar nossos vizinhos e ver *in loco* o que está acontecendo e depois trazer essa



experiência para os outros colegas para que possamos contribuir, Sr. Presidente, e servir o nosso Governo para que ele tome as decisões mais conscientes, moderadas e sensatas sobre isso tudo.

Não é uma questão de recursos. É muito mais barato ouvir e dialogar. É muito mais barato levar comida e remédio a algumas milhares de pessoas que passam fome.

Já na última página, Sr. Presidente: é muito barato cooperar e construir pontes. Nossos militares sabem disso, sabem que o conflito é muito mais caro do que a paz. Eu acredito que eles devem nos guiar e nos ajudar nisso, porque eles têm mais experiência nesses assuntos.

Recentemente, o Vice-Presidente eleito, o General Mourão, deu declarações sensatas sobre esse assunto. Eu o parabenizo pela sabedoria, conhecimento e sensibilidade. Todavia, o Senado, o Congresso Nacional e os órgãos especialmente designados para essa função, como a Comissão de Relações Exteriores e a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, não podem se abster nesse processo. É para isso, Sr. Presidente, que fomos eleitos.

Devemos cumprir nosso dever e nossa responsabilidade. Devemos nos agarrar à oportunidade que Deus nos deu, à missão que o povo nos confiou para sermos Parlamentares, em latim, "aqueles que conversam e fazem o diálogo". Devemos ajudar nosso Governo a encontrar uma saída solidária e humana para o impasse que atravessou nossas fronteiras e atingiu em cheio o povo de Roraima, o posto mais avançado da Nação brasileira na grande Floresta Amazônica, o presente que Deus nos deu, e eu confio nesta Casa e nas autoridades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSD, ao Senador Lasier Martins, PSD do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Sr. Presidente dos trabalhos, eminente Senador João Alberto.

Senadoras, Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o ano de 2018 está terminando e, sob o aspecto das instituições, foi um ano marcante, tanto por pontos positivos como negativos – sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista da ética. Tratamos muito desses temas aqui, ao longo dessa temporada que se encaminha para o final.

Eu entendo que o melhor de tudo, deste ano que está terminando, foi a reação do eleitorado brasileiro, que, pela primeira vez e de uma maneira avassaladora, ignorou as forças promocionais que permitem campanhas respaldadas no dinheiro, neste ano respaldadas nos fundos eleitorais e partidários. Eleitorado que ignorou os espaços generosos que alguns tiveram e outros não no rádio e na televisão. E, a despeito de tudo isto, Senador José Medeiros, foi o eleitorado que votou com uma consciência jamais vista; o eleitorado que refletiu, que pesquisou, que mostrou indignação e que trouxe uma palavra que foi uma das mais usadas neste ano de 2018, em todo o Brasil: a palavra "mudança", com o sentido quase que de uma aflição.

Assim, tivemos também pontos negativos, como agora, recentemente, e ainda repetido na noite passada, um ato que desagradou grande parte dos brasileiros, a mim muito particularmente, que foi a sanção presidencial de um reajuste salarial em favor da elite do funcionalismo público, justamente daqueles que mais ganham quando, contraditoriamente, a população brasileira passa por dificuldades. Na iniciativa privada, há 13 milhões de famílias que se desdobram no desemprego



e na penúria, e, apesar disso, se concede um reajuste de 16,4% àqueles que mais ganham. Foi um ponto negativo do ano.

O Estado brasileiro, como se sabe, está quebrado em seus três níveis de governo, que funcionam às custas do mesmo Tesouro, tão solapado. Mas o alto corporativismo preponderou nesse aspecto do reajuste, e essa corporação foi implacável na exigência e na conquista.

O impacto vai ser muito grande, e os problemas do governo que está chegando serão, inevitavelmente, aumentados.

Ressalve-se sempre nesse tema, em nome da justiça, que nem todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal foram insensíveis – não foram todos – ante a escassez de recursos para o reajuste concedido. Já sabemos que levantaram-se contra esse reajuste quatro Ministros sintonizados com a situação de dificuldade do povo brasileiro: Edson Fachin, Rosa Webber, Celso de Mello e Cármen Lúcia. Ministros diferenciados, sensíveis, de conformidade com a realidade brasileira.

E hoje sobrevém, Sr. Presidente, outro fato que se constitui numa ameaça, outra ameaça à estabilidade moral do País: a perspectiva do indulto de Natal para beneficiar centenas de presidiários corruptos, muito identificados nos últimos acontecimentos, sobretudo na Lava Jato; gente que concorreu para esse estado de crise que vivemos. Seria um julgamento – que está por ainda ser confirmado – decorrente de um acordo entre Poderes. Esperamos que não aconteça, nem mesmo que esse julgamento, previsto para amanhã, aconteça.

Pelo noticiário, o Supremo Tribunal Federal deverá, ou deveria – e tomara que não deva – decidir amanhã se vai aprovar o indulto presidencial, um indulto diferente de outros, flexível, generoso, com excessos de benevolência a delinquentes do colarinho branco.

Sabe-se que o ato de indulto é um ato discricionário do Presidente da República. Mas, se vai agora ao Judiciário, como sempre tem ido, é porque o Judiciário tem poderes para avaliar a sua extensão, e é o que esperamos. Se o caso vier a julgamento amanhã, que o Supremo avalie, inclusive, a inconstitucionalidade requerida pela Procuradoria da República, no sentido de que há excessos inadmissíveis na concessão desse indulto.

Um dos pontos fulcrais da liminar dada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, Relator do caso, é o veto com relação a condenados que cumpriram um quinto da pena, entre outras facilidades. Se isso vier a acontecer – essa concessão do indulto –, seria um grande incentivo à continuação da corrupção no Brasil, porque seria muito fácil cometer o crime e, depois, saber que o período de prisão, se vier a acontecer, seria mínimo ou, como diz outro item desse indulto, quando as cadeias estiverem cheias, não haverá por que mandar corruptos para lá, por falta de lugar. É um absurdo o que nos ameaça!

Lembrem-se de que, no final do ano passado, a Ministra Cármen Lúcia acatou uma reclamação do Ministério Público e reafirmou que o indulto não pode ser um ato de benemerência ou de complacência com o delito – e assim deve ser entendido, como entendeu a Ministra Cármen Lúcia –, e sem acordo, sobretudo, porque aí seria um escândalo.

Ora, como estamos às portas de uma mudança profunda nos costumes e do afastamento da velha política, esperamos que reine amanhã, se houver o julgamento, o bom senso entre os ministros do Supremo, a sensatez, o espírito público e, sobretudo, o espírito de justiça, em sintonia com os novos tempos que se prenunciam, de moralidade, de transparência e de respeito à vontade do povo. Que não se alterem preceitos tradicionais do indulto e não se adotem favores aos delinquentes que tanto dilapidaram as finanças públicas do Brasil nos últimos tempos.

Era isso que eu pretendia dizer, Sr. Presidente João Alberto.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente João Alberto, no dia de ontem, eu estive em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, participando, como convidado, de um evento que lembrou os 30 anos da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh).

Estive lá a convite do Presidente dessa entidade, o Sr. Moacyr Roberto Tesch. Em torno de 300 pessoas estavam presentes, autoridades de todas as áreas – Município, Estado e da União –, e pediram que eu falasse um pouco sobre a conjuntura, como está o Congresso, como está a reforma da previdência, para onde vai o mundo do trabalho, teremos ou não teremos Ministério do Trabalho, teremos Ministério do Meio Ambiente, como ficam as políticas de direitos humanos, como fica a área da educação, como ficam ou não ficam as privatizações. Enfim, Sr. Presidente, estive lá com muita alegria, porque a Contratuh é uma das confederações que muito bem representa os trabalhadores do Brasil, de uma forma combativa, corajosa, responsável, aguerrida. São 30 anos de atuação com muito respeito de toda a categoria.

A Contratuh foi fundada em 26 de novembro de 1988. Sediada em Brasília, a entidade representa 4 milhões de trabalhadores do segmento de turismo e hospitalidade. Em seu quadro de entidades filiadas estão 30 federações, 300 sindicatos distribuídos por todo o território brasileiro.

Quero aqui ressaltar o trabalho do Presidente da entidade, que é uma liderança incontestável desses trabalhadores, o Sr. Moacyr Roberto, que, ontem, numa postura de grandeza, saiu da Presidência – ele, que é diretor também da Nova Central – e passou para o cargo de Vice-Presidente, permitindo que outro líder assumisse a presidência da entidade.

Sr. Presidente, eu quero aqui valorizar o setor do turismo e também hospitalidade.

Estava lá o representante do Ministro atual da área do turismo e, conversando com ele, ficou clara para mim a importância do turismo como forma de recuperação da economia e geração de empregos.

Lá mesmo, naquela bela cidade, eu tive a satisfação de ficar ali, no marco principal dos três países: Paraguai, Argentina e Brasil. Assisti a um espetáculo dos três países juntos, mostrando uma unidade e o compromisso com o desenvolvimento do turismo naquela região.

Sr. Presidente, num país como o nosso, com 8 milhões de quilômetros quadrados de belezas naturais e infraestrutura em grandes cidades, qualificação profissional e respeito ao trabalhador do turismo e hospitalidade são essenciais, porque eles é que fazem a ponte com os milhões de turistas que chegam no Brasil.

O Brasil não explora nem as belezas do Rio Grande, não por eu ser gaúcho – dos pampas gaúchos, do minuano, dos rios, das fazendas, da tradição –, como não explora corretamente a beleza das nossas praias. Eu poderia me referir às dos mais diversos Estados, inclusive do seu. Como não explora a história de nós outros, construída desde que aqui chegamos, em 1500. É uma história bonita.

E lá eu vi muita gente falando, Sr. Presidente, da importância do turismo, que pode ser uma grande fonte geradora de emprego e rendas para o nosso País.

Eu sempre digo que todos têm a ganhar com o investimento numa mão de obra qualificada. Estou olhando aqui para trabalhadores e trabalhadoras empreendedores da área do turismo.



Investir no funcionário, no empresário e no turista, que sempre vai voltar e falar bem do nosso País. Há que haver uma caminhada, como a gente diz, irmanada – o caminho a gente faz caminhando, diz o poeta –, daqueles que investem no setor, valorizando os seus trabalhadores.

A Contratuh está na vanguarda dessa preocupação, pois entende que seu papel extrapola simplesmente obrigações de representatividade, mas visa à qualidade de vida de toda a sociedade, dos turistas, dos migrantes, dos imigrantes, dos empregadores e dos empregados. Essa posição, que lá percebi com muita clareza, de responsabilidade social, numa visão macro e que coloca a população em primeiro lugar, mostra a seriedade dessa confederação.

Sr. Presidente, na ocasião recebi um troféu, como a gente diz, um mimo, pelo reconhecimento do trabalho do nosso mandato – que não é só meu –, em prol dos trabalhadores de todas as áreas, e não somente, como eles disseram, do turismo e hospitalidade. Das pessoas com deficiência, do idoso, dos aposentados, dos assalariados, dos micro, médios e também grandes empreendedores, porque aqui dialogamos com todos.

Destaco que, nessa celebração, foi lançado um livro alusivo aos 30 anos da Contratuh. E eu lembrava, na minha fala: 30 anos da Contratuh, 30 anos da nossa Constituição.

Acompanhei o crescimento da Contratuh e ajudei a escrever a Constituição, junto com tantos outros Parlamentares, embora poucos ainda estejam na vida pública.

Recebemos também lá o representante dos Correios, essa estatal à qual eu tenho o maior respeito e que leva as nossas informações para o mundo, de uma forma muito competente. E eles apresentaram um selo dos 30 anos da Contratuh, como também fizeram os 30 anos do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, que é a Constituição cidadã, liderada, nunca esqueço, por Ulysses Guimarães.

A inauguração da marca filatélica que marca o início da utilização dos selos foi feita por mim, a convite do presidente da entidade, e também pelo Presidente da Contratuh, Sr. Moacyr Roberto, e pelo Vice Presidente da Confederação, Wilson Pereira, que também preside a Federação de Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Paraná (Fethepar), mais uma marca que mostra a importância da Contratuh, e nada mais emblemático do que uma confederação que roda este País, defendendo toda a nossa gente, repito, empregados, empregadores, trabalhadores do turismo e hospitalidade.

Essa emblemática mensagem, que passa a fazer parte de correspondências do Brasil pelo mundo, via nossos Correios, o selo foi carimbado e assinado não somente por mim, mas também pelas lideranças sindicais, lideranças do Município, do Estado e da União, que estavam lá presentes. E esse selo fará parte do acervo do museu dos Correios.

Assim, termino dizendo, Sr. Presidente, que o Presidente da Contratuh, Moacyr Roberto Tesch, está passando o bastão da entidade para o seu Vice-Presidente, Wilson Pereira, que me acompanhou durante o período em que eu estive lá, e também o Presidente, ali da cidade e o assessor, que me mostrou os pontos turísticos de Foz do Iguaçu. É inegável que as cataratas, o Parque das Aves... E assim fomos andando pela região.

Mas quero dizer que o Wilson Pereira assume o cargo a partir do dia 1º de janeiro de 2019. Meus cumprimentos também ao Luiz, dirigente sindical da cidade, que foi quem me acompanhou e foi me inteirando da fonte de turismo que é aquela região.

Termino, Sr. Presidente, desejando muito boa sorte ao próximo Presidente da Contratuh, que, eu tenho certeza, fará um grande trabalho.



Eu disse a eles que podem contar sempre comigo, como sempre contaram, independentemente da marca de que a Contratuh pertence à central. Eu tenho uma relação com todas as centrais, todas – nesse caso, é a Nova Central –, e me orgulho de ter recebido sempre o apoio de todas as centrais. Em cada embate que faço, seja nas peleias do dia a dia, aqui ou lá fora, ou mesmo nas campanhas eleitorais... E não são ajudas financeiras; são ajudas políticas, daqueles que acompanham o nosso trabalho aqui no Congresso.

Termino, Sr. Presidente, lembrando – e eu lembrei lá –, que eu tenho 32 anos de Parlamento. Entrei na Constituinte e nunca sai. São quatro mandatos de Deputado Federal, e agora vou para o terceiro mandato como Senador. E, durante todo esse período...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Eu fiquei sempre fiel às causas. Nunca mudei o meu eixo de atuação e do que defendo, em qualquer lugar em que vou, seja nos 27 Estados – eu sempre falo 27. São 26 mais o DF – do nosso País, ou quando mesmo nas poucas vezes em que fui ao exterior... Mas, quando fui, foi para uma atividade de Martin Luther King, nos Estados Unidos – ele já tinha falecido, claro. Outra vez, fui à África do Sul, em nome do Congresso, com mais seis Parlamentares, exigir a libertação de Nelson Mandela.

Outra vez, estive na Nicarágua, numa missão de paz, para onde foram empresários, padres, pastores de diversas religiões...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... buscando o entendimento, para que não acontecesse lá um massacre.

Quando estive aqui, mesmo no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, o fiz na busca pela liberdade de Lilián Celiberti e Universindo Díaz, que haviam sido raptados aqui no Brasil e tinham desaparecido naquele círculo que envolvia esses três Estados.

Confesso que fui somente uma vez a Genebra. E por que uma vez só? Não consegui entender bem o que que tantas missões fazem lá em Genebra, porque eu entrei lá como saí.

E preferi, então, não fazer mais comentários, mas analiso friamente a importância da OIT, que tem que se reciclar também, assim como o encontro de Genebra, porque se não se reciclarem... Entendo, e o movimento sindical entende, que têm que se reciclar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Para concluir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para concluir, Sr. Presidente.

Falo às centrais, federações, confederações, como também aos partidos políticos: têm que se reciclar, reavaliar a forma de fazer política. É inegável.

E lá eu falei tudo isso, que o que houve, aqui no Brasil, de uma forma ou de outra, foi o alerta de que a população não aceita mais a forma como nós todos, nós outros – porque nós todos pertencemos a um partido político – estamos fazendo a política neste País.

Termino, Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, só dizendo que, apesar disso tudo, eu sou um otimista, porque sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação.

Este País tem que dar certo.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa, PT de Pernambuco, como orador inscrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, que nos acompanham pelas redes sociais.

Nós todos, Sr. Presidente, recebemos com muito assombro e, ao mesmo tempo, com muita indignação a denúncia oferecida por Procuradores do Ministério Público Federal em São Paulo, no dia de ontem, contra o ex-Presidente Lula, que está preso injustamente, há quase oito meses, em Curitiba.

A peça enviada ao Poder Judiciário, que esperamos não aceite essa denúncia pelos procuradores, descumpra a Constituição brasileira, a legislação infraconstitucional e se configura como um ataque ao Estado democrático de direito.

Ela novamente transforma convicções em provas, criminaliza atos idôneos e tipifica condutas absolutamente legais como penalmente alcançáveis, com a finalidade exclusiva de dar mais combustível a esse *lawfare*, a essa implacável perseguição jurídica ao maior líder político da história deste País.

É uma denúncia construída em cima de mera retórica, absolutamente desconectada de fatos e que faz ilações arrazoadas, nascidas tão somente da criatividade dos seus acusadores.

Lula é acusado agora por lavagem de dinheiro e só não o foi por tráfico internacional de influência porque tem mais de 70 anos, e, em razão da sua idade, o crime se dá por prescrito, pretense crime.

Em que se baseia essa nova obra de imaginação irrefreável? Os procuradores vão a 2011, para dizer que Lula, já na condição de ex-Presidente da República, portanto, destituído de qualquer poder real, teria influenciado decisivamente em favor dos negócios de um grupo empresarial na Guiné Equatorial, junto ao então Presidente Teodoro Obiang. E que, em função disso, havia recebido uma doação de R\$1 milhão da empresa, para o funcionamento do seu instituto.

Mas, Sr. Presidente, na denúncia apresentada não há qualquer tipo de prova que corrobore as acusações, e por um motivo bem simples: não existe crime cometido, em que pese todo o esforço para criminalizar uma relação institucional entre agentes privados.

A doação realizada foi, como todas as outras recebidas pelo instituto, regularmente contabilizada e declarada às autoridades, como provam os documentos de posse da Receita Federal e do próprio Ministério Público.

De nada adiantam, no entanto, as provas de correção, quando há uma implacável cruzada contra Lula, já privado de sua liberdade e ao qual, nesse caso, sequer foram assegurados o devido processo legal e a presunção da inocência, tendo em conta que lhe foi cassada a oportunidade de prestar qualquer esclarecimento sobre a versão da denúncia, antes desse novo espetáculo midiático.

Ou seja: a denúncia foi feita sem que o denunciado tivesse, sequer, a oportunidade de depor e apresentar a sua visão verdadeira sobre os fatos.



Como é isso, Sr. Presidente? O devido processo legal exige que exista o contraditório. Como se pode fazer uma denúncia contra alguém sem que esse alguém sequer tenha sido ouvido sobre o teor da denúncia que está sendo apresentada? Por isso é que nós confiamos que o juiz responsável por esse caso irá rejeitar essa denúncia.

Há, de fato, uma verdadeira sanha persecutória contra o PT e suas lideranças, que tomou contornos muito especiais ainda durante as eleições, quando delações mentirosas foram liberadas com muito estardalhaço para a imprensa, por um juiz que trocou a toga pelo Governo do candidato vencedor.

Como encarar, por exemplo, a aceitação, pela Justiça Federal da primeira instância, de uma outra denúncia que transformou em réus Lula, Dilma e figuras importantes do PT, num processo que não prosperou no próprio Supremo Tribunal Federal? Foi um processo da lavra do ex-Procurador-Geral da República que cunhou a depreciativa expressão de "quadrilhão", com a finalidade de fragilizar o PT e de nos impor sérios prejuízos políticos, tendo em conta que a fantasiosa denúncia foi apresentada um ano antes das eleições.

Então, está muito evidenciado, inclusive para incontáveis observadores internacionais, que há uma sucessão coordenada de ataques, a partir de instituições policiais e judiciárias, com a finalidade de excluir o PT da vida política brasileira, de nos tornar um partido proscrito, ao mesmo tempo em que agem com extrema condescendência, por exemplo, em relação a denúncias de caixa dois e de outros crimes eleitorais que envolveram a campanha de Bolsonaro. Ou mesmo quanto a denúncias recheadas de provas contra ex-agentes públicos, atuais agentes públicos, Parlamentares, governadores, ex-governadores, contra os quais há farto material probatório de contas no exterior, de gravações telefônicas altamente comprometedoras, e que, no entanto, são tratados, como disse aqui, com total condescendência por muitas instituições policiais e judiciárias, Sr. Presidente. Essa denúncia que transformou nossos dois ex-Presidentes em réus é tão absurda que, na minha opinião, o que essa denúncia pretende, de fato, é criminalizar todos os 13 anos da gestão do PT à frente da Presidência da República.

É como uma tentativa de passar uma borracha, de nos apagar da vida pública brasileira, limpando da memória do povo tudo aquilo que nós legamos, em significativos avanços ao País, durante esse período.

Isso é um atentado à garantia constitucional de liberdade de organização política, algo jamais visto em uma democracia ocidental que possa ser chamada de tal.

De nossa parte, estamos absolutamente fortalecidos, não só pela vitória política que tivemos em outubro passado, a despeito de todo esse massacre jurídico-midiático a que nos submeteram, mas também pela nossa história, pela certeza da correção dos nossos atos, da firmeza do nosso projeto político e, especialmente, daquilo que já fizemos e, tenho certeza, voltaremos a fazer pelo Brasil.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros... PROS do...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – PODEMOS...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Fizeram completamente errado aqui.



PODEMOS de Mato Grosso do Sul.

Aqui botaram PROS do Distrito Federal. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu serei muito breve, até porque hoje temos, daqui a pouco, sessão e vamos tratar de alguns temas importantes.

Mas, antes que o Senador Humberto Costa deixe o Plenário, eu quero dizer que a passagem do PT pela administração do País será inapagável, para lembrar o Ministro Magri. É impossível apagar a passagem do PT pela administração do País. Então, Senador Humberto, pode ficar tranquilo, que jamais será apagada, até porque os registros estão bem calcificados no Judiciário.

Mas, mudando de assunto, eu quero dizer o seguinte: ontem houve uma discussão por causa de uma fala do Presidente eleito, Senador João Alberto, a respeito de exames pós-cursos. O sujeito se forma e, depois, tem que prestar este ou aquele exame para poder exercer sua profissão.

Eu penso que está na hora de a gente começar realmente a discutir isso. Ou esse diploma que o MEC expede tem valor, ou não tem valor. Nós temos que começar a fazer essa discussão, porque, a meu ver, não tem ato juridicamente mais completo e perfeito do que uma formatura. Ali está o padre, está a família, está todo mundo, o Prefeito da cidade, eventualmente está o juiz. E aí o que acontece? O formando recebe o diploma. Na segunda-feira, dependendo do curso que ele fez, ele vai poder trabalhar; dependendo do curso que ele fez, ele não vai poder trabalhar. Por quê? Porque para um a lei diz que ele pode exercer seu curso logo depois de terminar a faculdade; para outros, não. Há uma gambiarra por aí que diz que só depois de fazer um tal de exame...

Espere aí, mas e o tal do art. 5º da Constituição, Senadora Lídice da Mata, que diz que todos são iguais perante a lei? E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que define os currículos mínimos para as profissões? "Não, mas existe um estelionato educacional. Então, para exercer certa profissão, só pode depois de prestar o exame." Conversa fiada, corporativismo, indústria de cursinhos e por aí vai.

Nós precisamos tratar desse tema, Senador Guaracy. Hoje o estudante que termina, que se forma num curso de Direito, Senador João Alberto, passa a ser um preso em potencial. Sabe por quê? Porque, se ele se meter a fazer uma petição, ele corre o risco de ser preso. Enquanto ele está fazendo o curso, ele pode. Veja a doidice: ele, como estagiário, pode fazer uma petição, pode chegar a uma escrivania de um fórum, mas, no momento em que ele receber o diploma, está proibido. "Não, você tem que ter uma permissão da corporação de ofício chamada OAB."

E aí já queriam remeter, fazer esses negócios para Medicina também. Está sobrando médico, não é? Está sobrando médico... "Vamos fazer um exame para Medicina também." Espere aí, o que o exame ensina? Ensina nada. Da faculdade, o aluno tem que sair de lá sabendo.

Nós estamos com um projeto de lei ali – eu sou o Relator – para acabar com essa história de escola "ciclada". Onde já se viu um menino passar de ano sem saber, sem ter feito prova, sem nada? É por isso que acaba chegando lá na frente sem saber nada. Então, nós temos que chegar a um ponto em que só passe se souber o conteúdo e que esses diplomas que o MEC expede passem a ter valor.

Que conversa é essa do menino... A família toda gastou, o pai gastou, ele se formou. "Seu filho é formado em quê?" "Ele é advogado." Que advogado que nada, ele não pode trabalhar: os seus concorrentes têm que dizer se você pode ir ou não. E aí, quando vai fazer o exame, é cheio de pegadinhas, é cheio de não sei o quê.



Nesses dias, houve uma discussão muito forte dizendo o seguinte: "Mas, se lançar esses profissionais no mercado, vai haver um grande problema de ordem social". Bom, então, vamos fazer primeiro para os engenheiros, porque, senão, todas as casas vão cair na nossa cabeça.

Isso é conversa fiada. Aprende-se é na escola. Aprende-se é na escola. Então, essa história de, para poder exercer a profissão... E esses advogados... Esse exame começou há pouco tempo, há menos de 30 anos. Quer dizer que não havia advocacia que prestasse antes?

Então, esse controle de mercado, essas panelinhas precisam começar a ser discutidas.

Essa OAB é um conselho como qualquer outro e precisa começar a prestar contas, Senador João Alberto. Aqui, se qualquer um espirrar, a OAB no outro dia está nos jornais. Aí, eu pergunto: que personalidade jurídica é essa, Senadora Lídice da Mata? O maior arremedo jurídico que eu já vi é a personalidade jurídica da OAB. Ela não é pública, nem é privada. E sabe por que isso? Por que, no momento de ela ser fiscalizada, como um conselho, ela tem personalidade privada; não pode ser fiscalizada. No momento de ela pagar imposto, opa! Aí a personalidade é pública, porque ela é um conselho e, então, não paga imposto.

Aí, como o corporativismo é muito grande, eles chegaram ao STF... Eu não me lembro quem foi o Ministro na época, mas ele colocou, fez uma construção jurídica que tem que ser colocada numa parede. Ele disse: "A personalidade jurídica da Ordem dos Advogados, por sua característica ímpar e *sui generis* no Direito brasileiro, não se encaixa nem em pública, nem em privada, mas, por seu caráter ímpar, é de caráter híbrido". Ou seja, é híbrido. Híbrido de que jeito? Mutante: "Quando eu tiver que ter obrigação perante esse Estado que me fiscaliza, opa, opa, opa! Eu sou privado. Você não tem nada a ver comigo. Quando eu tenho que pagar imposto, epa! Eu sou público". E aí é um bando de vestais que vivem com o dedo apontado para todo mundo e não querem prestar conta... Mas, para o aluno que for pego fazendo uma petição, é a polícia em cima.

Então, nós precisamos é de tomar vergonha como Parlamento e fazer a Lei do Estatuto da Advocacia ficar debaixo da Constituição brasileira. O que a Constituição brasileira diz? Todos são iguais perante a lei. Então, por que o formando do curso de Direito não é igual ao do curso de Engenharia? Por que o formando do curso de Direito não é igual ao do curso de Medicina? Todos se formam numa mesma festa; na segunda-feira todos os outros vão trabalhar; o menino da advocacia vai ser estagiário de luxo em algum escritório de advocacia. Só falta dizer assim: "Contrata-se advogado que tenha bicicleta". É o estagiário de luxo, é o *boy* de luxo.

Então, está certíssimo o Presidente eleito: nós precisamos discutir isso.

Concedo um aparte ao Senador Guaracy.

O Sr. Guaracy Silveira (DC - TO) – Senador Medeiros, (*Fora do microfone.*) V. Exa. realmente tem um pronunciamento de profundidade, ácido quando precisa, e com muita inteligência. Mas, Senador, este aqui é um país de cartéis. Imagine bem V. Exa. que, para alguém comprar um antibiótico que custa R\$15,00, R\$20,00, uma pomada Quadriderm, um colírio antibiótico, ele tem que consultar um médico, que vai cobrar R\$300,00, para ter uma consulta para poder comprar um remédio que custa R\$15,00.

Então, nós temos, parece, umas corporações que fazem de tudo para prejudicar a sociedade brasileira, como é o caso do que V. Exa. está falando, Senador. Então, V. Exa. o faz com muita propriedade.

Vejam, por exemplo, que, hoje, as farmácias... As farmácias, hoje, não são farmácias; são vendedoras de remédios. Farmácia era no tempo das boticas, dos boticários, quando as pessoas manipulavam os remédios. Mas qualquer farmácia, até uma farmácia que vende R\$10 mil por mês,



tem que ter um farmacêutico. O que o farmacêutico faz? Encarece o seu remédio, encarece o remédio do pobre.

Então, corporações desse tipo parecem ter um vínculo para explorar e prejudicar a sociedade brasileira. Eu não sei até onde vai, mas essa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Guaracy Silveira (DC - TO) – ... cartelização tem que acabar no Brasil, porque tem um objetivo só: prejudicar o cidadão, encarecer os remédios, encarecer o custo de tudo.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

E, já encerrando, Sr. Presidente, eu quero dizer que já houve várias iniciativas nesse sentido, mas eu estou colocando mais uma para que haja a discussão e que haja o debate. Eu estou propondo o fim desse exame da Ordem. Ele não faz sentido. A aferição do conhecimento tem que ser feita em sala de aula, tem que ser feita pelos professores. E mais: não é o MEC quem vai dar o diploma? Então, que se faça, ao final do curso, um provão. Se ele não passou, vai fazer de novo, mas na escola. Não tem o pai que ficar pagando um monte de coisas para ele poder exercer a profissão.

Então, precisamos discutir algumas pestilências que há no nosso sistema e que estão aí arraigadas. E mais: ficam colocando a culpa.... Não estou aqui fazendo defesa corporativa do Parlamento não, mas aí é o seguinte: é começar a dar a César o que é de César. Aqui, nesta Casa, há defeitos? Há. Aqui as pessoas cometem pecados? Cometem. Mas, espera aí! Vamos fazer o seguinte: é para passar o Brasil a limpo? Vamos passar o Brasil a limpo. Então, é todo mundo prestando contas. Se todo mundo quer as coisas certas, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares.

É incrível este raciocínio: os meninos se formam ali, todo mundo junto, uma festa bonita, e, na segunda-feira, Senador João Alberto, o menino da Medicina vai trabalhar, o engenheiro também, e o advogado... "Meu filho, você não vai trabalhar?" "Não posso, eu não fiz o exame da Ordem ainda." "Exame de quê? Mas você não está com o diploma? Esse aqui não é o seu diploma? Não foi o MEC, o Ministério da Educação, que lhe deu?" "Foi, mas eu não posso" "Por quê?" "Porque a OAB..." "Que OAB, rapaz?! Que OAB?!" "Não, mas é que tem o estatuto, porque o Senado e a Câmara caíram na engabelação e aprovaram uma lei anticonstitucional que, até hoje, o Supremo não teve coragem..." É porque o Supremo não tem coragem de pôr o dedo naquilo e falar, com todas as letras, que aquela lei é constitucional, porque não é. Houve ali algumas pequenas decisões que fazem... Mas não têm coragem os Ministros do Supremo, todo mundo, de chegar e dizer que é constitucional, porque não é. Não é constitucional dizer que o aluno de Direito não pode exercer a advocacia porque não fez o exame da Ordem. Isso fere o princípio da igualdade, o princípio do art. 5º, já que você trata de forma desigual os iguais.

Então, esse debate precisa voltar a esta Casa com muita propriedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ele pode ser *(Fora do microfone.)* promotor.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito bem lembrado! (*Fora do microfone.*) Pode ser delegado, pode ser juiz, pode ser promotor. Aí pasmem: esse menino que não pode ser advogado pode ser Ministro do STF, mas ele não pode ser advogado. Há cabimento numa coisa dessas?

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Em permuta com a Senadora Regina Sousa, concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, do PSB, da Bahia, como oradora inscrita, pelo tempo regimental.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, meios de comunicação da Casa, brasileiros e brasileiras que nos acompanham, como alguns oradores aqui já se referiram hoje se registra o Dia Nacional de Combate ao Câncer, estabelecido pela Portaria do Ministério da Saúde 707, de 1988, que instituiu essa data com a finalidade de chamar a atenção da sociedade, mobilizar a sociedade para os aspectos educativos do controle da doença em nosso País.

O Brasil deve registrar cerca de 600 mil novos casos de câncer por ano entre 2018 e 2019, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, na publicação *Estimativa 2018 de Incidência de Câncer no Brasil*. É um número assustador, Sr. Presidente; alguns analisam que há situações específicas da sociedade brasileira que levam a um crescimento tão grande de câncer na nossa população.

Na Bahia, o Governo da Bahia – eu quero destacar aqui – tem feito o esforço para investir em infraestrutura de atendimento à saúde pública e também na prevenção ao câncer. Em parceria com o Instituto Avon e o Hospital de Amor, o Governo do Estado ampliou em seis regiões as ações de combate ao câncer. Para auxiliar no projeto, o Instituto Avon investirá R\$12 milhões na aquisição de veículos para as seis unidades fixas e seis unidades móveis; enquanto o Governo irá arcar com a manutenção das estruturas, ao custo de R\$16 milhões ao ano.

As unidades fixas estão em Salvador, Guanambi, Irecê, Jequié, Juazeiro e Teixeira de Freitas, portanto, espalhadas no conjunto do Estado. Para o Governador Rui Costa, a ação é importante para atingir todas as mulheres. Além disso, o Governo iniciou, no início de novembro, a ampliação do Centro Estadual de Oncologia da Bahia (Cican), que é referência no Estado, com novos consultórios e uma nova ala totalmente reformada para a quimioterapia, com intenção de oferecer um tratamento mais humanizado nesse momento delicado da saúde das mulheres.

O Cican realiza uma média de 800 consultas diariamente e são realizadas aproximadamente 50 sessões de quimioterapia por dia. Entre os meses de agosto de 2017 e julho de 2018, foram realizados 556.293 procedimentos no Cican, que funciona desde 1992. No local são realizadas consultas especializadas ambulatoriais, procedimentos de diagnóstico por punção e biópsia, radiologia, mamografia, tomografia computadorizada, pequenas cirurgias oncológicas, entre outros.

Com um total de mais de 1,128 milhão de mamografias realizadas pelo SUS entre 2015 e abril deste ano, a Bahia obteve o primeiro lugar em cobertura no *ranking* nacional do exame, conforme estudo realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Mastologia, em parceria com a Sociedade Brasileira de Mastologia.

Portanto, a Bahia está na frente na luta contra o câncer de mama no Brasil, e isso é resultado do investimento que o Governo do Estado fez na saúde da mulher em nosso Estado. A conquista é resultado da preocupação do Governo do Estado com as mulheres, em relação ao



câncer de mama – a luta das mulheres no nosso Estado para conseguir fazer o diagnóstico cedo –, para, dessa maneira, defender a vida das nossas mulheres.

A mamografia é indicada para mulheres de 50 a 69 anos pelo menos, faixa etária de maior risco para a doença. Assim era o que considerávamos: hoje cada vez desce mais a idade de mulheres que têm câncer de mama, o que faz com que haja uma preocupação maior ainda para que nós possamos investir mais nessa área em nosso Estado e garantir a vida das nossas mulheres.

As unidades móveis do programa itinerante Saúde Sem Fronteiras já percorreram 24 regiões de saúde, realizando exame de mamografia para mulheres que nunca tiveram a oportunidade de fazê-lo.

Lançado pela Sesab em outubro de 2015, o Saúde Sem Fronteiras, por meio da ação de rastreamento do câncer de mama, possibilitou a realização, até o último mês de abril, de um total de 321.038 mamografias, contemplando 328 Municípios baianos. O número leva em conta apenas as mamografias realizadas em unidades móveis. A estratégia busca ampliar o acesso ao diagnóstico precoce do câncer de mama, complementando ações já desenvolvidas no que tange à saúde da mulher nos hospitais.

O diferencial do programa é o acompanhamento das mulheres com mamografias inconclusivas, com a oferta de exames complementares para o diagnóstico e o encaminhamento ao tratamento, visando a integralidade do atendimento. Para mulheres com diagnóstico positivo, o tratamento cirúrgico, quimioterápico ou radioterápico é realizado em unidades de alta complexidade em oncologia na região de residência das pacientes. A iniciativa é uma ferramenta de acesso da mulher às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama.

Não satisfeito com a ação do Cican e com essa ação que hoje é desenvolvida através das novas policlínicas que o Governo inaugurou – oito, e até o final do ano devemos chegar a dezoito novas policlínicas que, no seu entorno, tem esse programa de rastreamento do câncer de mama –, o Governo, no ano passado, inaugurou o primeiro Hospital da Mulher, em Salvador, que ultrapassou a marca de 10 mil procedimentos cirúrgicos já realizados, com um total de 11.583 cirurgias contabilizadas desde a inauguração no ano passado até o mês de junho.

O Governador, pessoalmente, tem acompanhado o esforço do Hospital da Mulher e buscado junto à equipe daquele hospital – que tem uma aprovação imensa da população e das mulheres pacientes daquela instituição –, após o diagnóstico, após, portanto, a identificação da doença, garantir a possibilidade de que em 30 dias a mulher possa fazer a sua cirurgia. Hoje, a média é 45 dias, mas o Governador, pessoalmente, está acompanhando e buscando garantir e investir mais em contratação de novos médicos para que nós possamos dar à mulher baiana esse conforto de, ao ser diagnosticada, em 30 dias poder realizar a sua cirurgia pelo SUS – estou falando do Sistema Único de Saúde.

Portanto, eu quero nesta data dizer que sempre colocamos emendas para as unidades de oncologia, na Bahia, e especialmente estamos satisfeitos e fazendo um esforço da nossa bancada, que anualmente coloca e aprova uma emenda impositiva para a área de saúde, para a construção de novas policlínicas, para que o Governo do Estado possa interiorizar as ações de combate ao câncer em nosso Estado, especialmente, a proteção à saúde da mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Que esse esforço que o Governo da Bahia vem fazendo possa ser seguido por governos de outros Estados, para que nós possamos ter esse que é um registro muito alto de tipo de câncer no Brasil. O câncer de mama para mulheres tem uma estimativa de 9 mil casos; o câncer de próstata, para os homens, 68 mil casos. Portanto, o câncer de mama é o que



mais acomete a mulher no Brasil, e é nesse tratamento, para esse diagnóstico precoce, que o Governo da Bahia está investindo os seus esforços mais produtivos e mais generosos.

Eu quero, portanto, neste dia parabenizar o Governador Rui Costa, que perdeu a sua mãe em função de um câncer de mama e tem transformado essa, em uma causa do seu Governo e da sua vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exa., Senadora Lídice da Mata.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Quero registrar aqui a presença aqui ao meu lado do ex-Senador Francisco Escórcio, que veio nos visitar. É uma grande honra recebê-lo aqui na Presidência da Casa.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Por permuta com a Senadora Regina Sousa, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, como oradora inscrita, pelo tempo regimental.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos acompanha pela TV Senado e pelas redes sociais, quero aqui dar um boa-tarde muito especial ao nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Boa tarde, Presidente Lula.

A história vai registrar que, ao contrário de combater a corrupção, como era seu objetivo inicial, a Operação Lava Jato, comandada por Sergio Moro, promoveu um espetáculo de impunidade em nosso País. A maioria dos corruptos da Petrobras e dos corruptores e seus agentes está solta ou cumprindo prisão domiciliar. Aproveitam-se das fortunas que roubaram, graças a acordos de delação premiada em que não disseram a verdade. Disseram o que os procuradores e Sergio Moro queriam ouvir, para atingir principalmente o PT e perseguir o Presidente Lula.

A imprensa noticia que, nos próximos dias, talvez até mesmo amanhã, um dos mais tristes personagens da farsa judicial movida contra Lula pode ser liberado da prisão. Trata-se de Antonio Palocci, um dos mais de cem acusados pela Lava Jato, que desistira de se defender para negociar acusações falsas em troca de benefícios penais e financeiros.

Palocci foi preso em 2016, de forma ilegal – registre-se –, como tantas outras decisões de Sergio Moro. Foi condenado, um ano depois, a 12 anos de prisão, às vésperas de prestar depoimento em uma ação contra o Presidente Lula. Naquele depoimento, Palocci já era assistido por um notório advogado, negociante de delações com o esquema de Sergio Moro. Numa fala ensaiada, marcada pelo cinismo, desfiou uma série de mentiras contra Lula. Vamos recordá-las e rebater uma por uma aqui.

Primeiro, a Odebrecht colocou R\$300 milhões à disposição de Lula após seu mandato presidencial. Nenhum, nenhum dos 77 delatores do grupo disse isso. O valor foi citado por Marcelo Odebrecht, referindo-se da seguinte forma: R\$200 milhões doados para as campanhas municipais de 2008 e R\$100 milhões doados para campanha presidencial de 2010.

Lula não autorizou nem foi informado sobre a suposta movimentação daquela ou de qualquer outra soma para qualquer motivo que fosse, mesmo a campanha eleitoral. O pai de Marcelo, Emílio Odebrecht, em delação premiada, confirmou a declaração do filho sobre as doações eleitorais, mas destacou que nunca conversou sobre valores com o ex-Presidente.



Três: Lula não pediu ou recebeu pacote de propinas da Odebrecht no final do seu Governo – não pediu nem recebeu –, que incluiria um prédio para o Instituto Lula. Marcelo Odebrecht informou que o imóvel foi comprado por uma empresa chamada DAG, mas nem ele nem o pai, nem qualquer dos outros 75 delatores da empresa disseram que o imóvel seria doado ao instituto. Marcelo e Demerval Gusmão, dono da DAG, afirmaram que, se o terreno viesse a ser usado pelo Instituto Lula, seria alugado ou comprado por um grupo de empresas.

A denúncia do MPF contra Lula sobre esse imóvel não procede, nem deveria estar sob a jurisdição do Sergio Moro. Marcelo Odebrecht afirmou em sua delação que a aquisição do imóvel não teve qualquer relação com os contratos da Odebrecht com a Petrobras, que é foco nas investigações da Lava Jato.

Não foi Palocci quem convenceu Lula e os diretores do instituto a recusar o terreno, numa suposta reunião em fins de 2011. O imóvel foi descartado pelo próprio Lula por ser inadequado, após uma visita de avaliação em julho daquele ano. Em fins de 2011, o Lula estava sob intensa quimioterapia para tratamento de câncer, afastado de qualquer atividade.

A Odebrecht não pagou propina de R\$4 milhões ao Instituto Lula. As doações de diversas empresas e pessoas físicas ao instituto, inclusive da Odebrecht, foram registradas, contabilizáveis e informadas à Receita Federal dentro da lei. Muitos institutos de ex-presidentes receberam doações. O de FHC, por exemplo, recebeu também doação de empreiteiras. E os advogados de Lula pediram que abrissem as doações que foram recebidas por outros institutos, e isso não aconteceu; não permitiram o acesso da defesa. Então, ninguém – ninguém! –, exceto Antonio Palocci, jamais se referiu a essas doações como supostas propinas, expressão que passou a ser utilizada por delatores premiados e procuradores levianos para criminalizar qualquer movimentação financeira envolvendo seus alvos políticos.

As palestras de Lula, mais de 70 palestras para mais de 40 empresas e entidades empresariais do Brasil e do exterior entre 2011 e 2015, foram registradas, contabilizadas e informadas ao Imposto de Renda, com o imposto pago. Nenhum delator ou testemunha referiu-se a elas como suposta e inexistente propina. O Moro está fazendo palestras por aí, muitas – inclusive uma recentemente no prédio da Bolsa de Valores do Rio, que foi paga por um conjunto de empresas, e o almoço oferecido. Ele deveria explicar, então.

Quem fez um pacto de sangue com a Lava Jato foi Antonio Palocci. A expressão que ele usou para causar impacto e fazer manchetes estava escrita em um papel que o ex-Ministro consultava ao longo do depoimento diante das pessoas presentes à audiência. Aquele depoimento sinalizou a total submissão de Palocci às exigências dos procuradores de Curitiba. Mas tinha tão baixa credibilidade que o Ministério Público rejeitou sua proposta de delação premiada. Ao beijar a cruz da Lava Jato, Palocci serviu apenas para criar novas manchetes contra Lula, aquele que lhe deu imensas responsabilidades no Governo.

Mas a perseguição a Lula teve muitos caminhos. E a Polícia Federal valeu-se de Palocci para impor uma autoridade que não tinha de negociar delações. As mentiras rejeitadas pelos Ministério Público e pelo STF acabaram homologadas pelo Desembargadores partidarizados do TRF 4 e foram vazadas de forma ilegal, leviana e traiçoeira por Sergio Moro às vésperas do primeiro turno das eleições. Aliás, prática de Moro: vazamentos ilegais, traiçoeiros, vazamentos que comprometem o processo penal. Ali se comprovou a parcialidade de Moro, seu desígnio de interferir nas eleições. E, se restasse alguma dúvida, essa dúvida acabou quando Moro aceitou ser Ministro de Jair



Bolsonaro, o candidato que ele ajudou a eleger com a perseguição de Lula, ou seja, tirando Lula do pleito eleitoral.

As novas mentiras de Palocci estão servindo para manter acesa a campanha de ataques ao PT, que parece ser o único projeto político relevante de Bolsonaro, em conluio com a Rede Globo e com famílias que controlam os meios de comunicação no Brasil. Também essas novas mentiras, vamos rebater uma por uma.

Lula nunca teve uma suposta conversa com Palocci, em fevereiro de 2007, sobre o envolvimento de diretores da Petrobras em desvios. Em 2007, nenhum órgão de controle externo ou interno da estatal ou do Governo, nenhum procurador ou jornalista havia apontado os casos de corrupção. A única pessoa, naquela altura, que conhecia as movimentações financeiras de Alberto Youssef era Sergio Moro, que o manteve grampeado por oito anos. Aliás, Youssef é velho conhecido de Sergio Moro, que o livrou do esquema Banestado.

As medidas provisórias editadas por Lula e Dilma não foram mais de mil, como disse Palocci, mas cerca de 600. Tramitaram no Congresso Nacional de acordo com a Constituição e seguindo os Regimentos da Câmara e do Senado. Foram transformadas em lei ou rejeitadas por decisão soberana dos Parlamentares. Todas as alterações naturais, no processo parlamentar, foram feitas no interesse do País. Se fosse verdade o que diz Palocci sobre pagamentos ilícitos nesses trâmites, ele teria obrigação de denunciá-los quando era Ministro, em vez de confessar agora a sua prevaricação. Isso, por si só, faria com que a sua delação à PF fosse rejeitada e com que Palocci continuasse preso.

Os valores das campanhas de Lula e Dilma foram declarados e fiscalizados pelo Justiça Eleitoral, que aprovou a lisura das contas. Se quer apontar doações ou gastos irregulares de seu exclusivo conhecimento, que aponte nomes, datas, contas, provas enfim. Quais são as provas? De novo, mais uma delação sem provas contra Lula, mais um conluio! Da mesma forma que no anterior, Antonio Palocci tem de apontar os nomes, os valores e as provas sobre a acusação leviana que fez sobre os contratos de publicidade da Petrobras.

A construção, no Brasil, de sondas, navios e equipamentos para a Petrobras foi uma política aprovada nas eleições de 2002 e debatida com o povo brasileiro, que ressuscitou a indústria naval brasileira e gerou mais de 1 milhão de novos empregos na cadeia produtiva de óleo e gás. A participação dos fundos de pensão das estatais na estruturação dos estaleiros nacionais foi feita dentro da lei e dos interesses dos acionistas. Criminoso é a Petrobras voltar a fazer compras lá fora, como faz no Governo Temer e fará no Governo Bolsonaro, gerando empregos em outros países e desemprego aqui no Brasil. Vão gerar emprego em Singapura, na China.

As mentiras de Antonio Palocci estão sendo resgatadas agora para servirem de pasto a uma campanha de vingança contra o PT. Os setores do sistema judicial que tudo fizeram para excluir Lula das eleições, a mídia que se acumpliciou a estes setores e o futuro Governo, produto da mentira e do ódio, não nos perdoam por termos saído das eleições como uma força política relevante, uma força popular relevante deste País. Não nos perdoam por mantermos acesa a chama da democracia e da esperança do povo.

Sabe-se agora, pelo menos, quanto custou a delação de Palocci: pelos termos negociados com a PF, ele teria a pena reduzida de 12 para 4 anos; e receberia de volta R\$ 47 milhões dos R\$ 80 milhões de seu patrimônio identificado pela Lava Jato, um verdadeiro Judas.

É a isso que chamamos de espetáculo da impunidade.



O que querem é acabar com o Lula, o que querem é que Lula não sobreviva. Eu quero dizer desta tribuna: o que se pretende, Sr. Presidente, é que Lula morra. É isso que estão fazendo. É esta a promessa de Jair Bolsonaro na Avenida Paulista: deixá-lo apodrecer na prisão, e esta é ação do Sr. Sergio Moro, que não tem outra coisa na vida a fazer senão a sua vingança, o seu ódio contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Que fique bem claro: se algo acontecer a Lula, a responsabilidade é dessa Operação Lava Jato, que não tem nenhuma – nenhuma! – responsabilidade com a verdade, com as provas e com o devido processo legal!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exa., Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra ao Senador Guaracy Silveira, Democracia Cristã, como orador inscrito – pelo tempo regimental, Excelência.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO. Para discursar.) – Srs. Senadores; Sr. João Alberto, nosso Presidente que ora preside os trabalhos, brilhante Senador pelo nosso querido Maranhão; funcionários desta Casa; repórteres; quero lembrar o dia 23 de abril de 2013, o dia em que o PT revogou parte da Lei Áurea.

Senador João Alberto, quero lembrar sempre ao público brasileiro que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, que esta é uma grande opção, saudável e inteligente para a nossa gente brasileira.

Mas, meu Presidente, a Princesa Isabel, Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II,

faz saber a todos seus súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Uma lei muito simples.

Dada no Palácio, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império, essa lei foi aprovada por 85 votos favoráveis e 9 contrários na Câmara Geral – atual Câmara dos Deputados. Mas, aqui no Senado, Senador João Alberto, ela foi quase unanimidade: houve apenas um voto contrário à Lei Áurea – apenas um voto contrário, possivelmente do Barão de Cotegipe.

Entre tantos atos notáveis desta Casa, eu creio que não existe um ato mais nobre de toda a nossa história, desde 1824, que o de aprovarmos a Lei Áurea, porque foi um ato de humanidade, um ato de cristianismo, um ato de solidariedade.

Esse acontecimento só foi possível depois de uma profunda articulação que a Princesa Isabel fez, destituindo o gabinete comandado pelo Barão de Cotegipe e nomeando o novo gabinete, comandado dessa vez por João Alfredo de Oliveira. Esse novo Presidente dessa comissão fez com que se aprovasse no seu gabinete – Presidente da Comissão, não, Presidente do Gabinete –, que a Lei Áurea fosse ao Plenário, e assim foi aprovada em 13 de maio de 1888.

Mas, Sr. Presidente, em 23 de abril de 2013, 140 anos passados, o PT vem revogar parte da Lei Áurea, adquirindo aproximadamente 10 mil escravos. Dessa vez não foram os chosas, não foram os bantos e não foram os zulus os vendedores de escravos, nem a África foi o fornecedor. Mas sim os carnicheiros do Caribe, os escravocratas Fidel e Raúl Castro, que alugavam os seus



súditos, e a ilha cubana fazia o suprimento da mão de obra escrava. Mas ainda juntos com o êxodo dos escravos vinham também – espante-se, Sr. Presidente – os feitores, tais quais os capitães do mato, que tinham a missão de delatar as atitudes se seus escravos demonstrassem qualquer descontentamento. Eles tinham obrigação de relatar a Cuba. Eram os capitães do mato modernos. Já não eram os infelizes transportados nos infames navios negreiros, mas em aviões a jato para que a infâmia escravagista moderna começasse com mais urgência.

Ah, se o nosso grande poeta Castro Alves vivo fosse, não mais escreveria Navios Negreiros ou Espumas Flutuantes, naqueles versos em que ele demonstrava tanta indignação, mas possivelmente faria voos à escravidão ou nuvens revoltas.

Mas a moderna escravidão é mais cruel que a anterior, pois os escravos cubanos nem sequer podiam estar juntos de sua família, seus familiares ficavam como reféns ou empenhorados como garantia financeira à ditadura castrista. Essa infeliz operação destruiu milhares de famílias tanto no Brasil como em Cuba. Infelizmente o Estado brasileiro foi levado por esse tratado à cumplicidade de um ato vil, nosso caráter humano, democrata foi enodado por esse feito.

Pois vejamos a injustiça social desse tratado. Pelo aluguel desses seres humanos, o Brasil pagaria à ditadura de Castro aproximadamente R\$11,4 mil, *per capita*, mensalmente, assim divididos: cada um receberia, no Brasil, aproximadamente R\$1 mil, mais R\$1,4 mil eram depositados em Cuba numa conta vinculada e controlada pelo governo ditatorial como um fundo de garantia e, finalmente, R\$9 mil são os *commodities* da ditadura cubana. Nesses cinco anos, financiamos a ditadura cubana com aproximadamente R\$5 bilhões a R\$7 bilhões.

O Estado comunista que tanto combate o lucro aplica em cima do suor, do sangue e da vida de seus filhos a lei da mais-valia, no desfavor de seu povo e no favorecimento da corrupção estatal.

Por esse elencado de injustiças cometidas contra a humanidade, requeiro a esta Casa, que é a guardiã dos direitos sociais, dos direitos humanos e dos direitos cristãos, que providencie junto aos Poderes Executivo e Judiciário o processo de asilo político aos cubanos que optarem por aqui ficar; que se faça urgentemente o Revalida com todos que optarem por permanecer no Brasil, a fim de que a saúde de nossa Nação não corra risco de ser tratada por incompetentes, porque estive vendo, Sr. Presidente, entre os ditos médicos, há alguns práticos, alguns enfermeiros, farmacêuticos, pessoas sem nenhuma competência, por causa disso é necessário o Revalida; havendo pendência financeira a ser paga a Cuba, os valores sejam retidos aqui, no Brasil, e que os mesmos sejam distribuídos como indenização aos que aqui ficarem; que todos os responsáveis por esse ato de exploração humana que de alguma forma contribuíram com esse crime vil contra a humanidade e todos que estão pactuados nesse contrato sejam denunciados junto ao Tribunal Internacional de Haia; que se divulgue amplamente à imprensa nacional e internacional que a Nação brasileira abomina a escravidão, apenas ignorava, desconhecia a gravidade do ato e não compactou com essa infâmia e que foram, sim, alguns políticos de Cuba e dirigentes da Opas também responsáveis ou culpados; e faça representação à Organização Internacional do Trabalho e à Organização das Nações Unidas com denúncia da exploração de trabalho escravo movido por Cuba.

É esse o nosso pronunciamento.

Que Deus abençoe a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Guaracy Silveira, mas V. Exa. falou a respeito de um requerimento.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO) – Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu gostaria que o requerimento chegasse à Mesa para que nós o encaminhássemos à Comissão competente.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, PT, do Piauí, pelo tempo regimental, como oradora inscrita.

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu ia falar sobre esse relatório da Oxfam sobre o Brasil estagnado há dois anos, mas eu vou deixar para outro momento.

Também falaria sobre os 16 Dias de Ativismo, que é um projeto da ONU contra a violência contra as mulheres, que começou dia 25 e vai até o dia 10. Mas disso também vou falar rápido, simbolizando no caso Cristiane, uma atriz da Globo – não sei se é da Globo, mas já foi –, e o Sr. Sérgio Thompson-Flores, nome pomposo, de família famosa, o que ele fez com aquela mulher. E a gente pergunta assim: a nossa luta até hoje valeu o quê? A gente recebe parabéns no Dia Internacional da Mulher, a gente recebe flores, a gente ouve algumas pessoas cumprimentando pelos 16 Dias de Ativismo. Agora, onde é que estão os homens nessa campanha? Do lado de quem? Porque todo dia se abre jornal, se abre a televisão e é marido que matou mulher, namorado que matou namorada e por aí vai.

Todos os dias, você pode abrir qualquer canal de TV que você vai ter notícia de um assassinato de mulher, de um feminicídio. Alguns se recusam até a caracterizar como feminicídio, porque dá mais trabalho, e preferem caracterizar como homicídio.

E aí quero conclamar os homens a uma reflexão: até quando a gente vai assistir a isso sem atitude? Porque aquela moça... O cara ainda se deu ao luxo de desqualificar a fala dela, de dizer que ela estava louca. Isso se chama misoginia, dizer que a mulher está louca para dizer que ela não está dizendo coisa com coisa, para falar que ela está fora do seu juízo normal. Se não fosse ela gravar aquelas cenas horrorosas que eu vi ontem em um programa de televisão inteiro passando todos os detalhes dos espancamentos que aquele homem fazia com aquela menina... E aí ele não estava preso. Só foi preso porque descumpriu medida protetiva. Eu não sei que justiça é essa também. A moça está toda cheia de hematomas. Até enforcamento com fio de telefone ele fez. E é marido. Depois ficava fazendo juras de amor, pedindo perdão. E ela teve a ideia de gravar, de esconder uma câmera e gravar todo o processo de espancamento.

E é isso, ela simboliza todas as mulheres espancadas neste País, todas as mulheres mortas neste País. E ela está com medo de morrer, como ela disse, porque, se ele sair dali, ele vai matá-la, claro.

Então, eu vou falar disso com mais calma, porque eu acho que não adianta só campanha, só elogios às mulheres, só flores para as mulheres; é preciso que homens tenham atitude contra outros homens violentos. Não é possível que a gente continue com isso. Mas eu mudei meu discurso porque o que eu ouvi aqui ainda agora eu não sei nem como qualificar. Chamar médico cubano de escravo é desconhecer a escravidão no Brasil.

Saiu um relatório na semana retrasada: 209 empresas brasileiras praticando o trabalho escravo, empresas já levadas à Justiça pelo Ministério do Trabalho. E tudo começa com fazenda, tudo agronegócio. São pouquíssimos de outras áreas, mas tem também, na construção civil, na confecção... Aliás, grifes famosas explorando os imigrantes bolivianos e venezuelanos nas suas confecções, fazendo-os trabalhar 14 horas por dia. Ninguém fala disso, porque são os amigos, os empresários são os amigos. Aí vêm falar de médico cubano, de escravidão de médico cubano. Vai



para a Unimed ver quanto a Unimed paga para um médico! É a mesma coisa. Ela fica com o dinheiro. O médico faz a consulta, mas o dinheiro fica com a Unimed. Ela paga 30%, 40% para o médico. Isso não é escravidão. É escravidão porque é Cuba. É essa paranoia com o comunismo. A paranoia é tamanha que um menino foi fazer o dever de casa e, como a pergunta era sobre desigualdade social, e respondeu com o art. 3º da Constituição, que fala na sociedade justa, a mãe disse que a professora dele era comunista. Aí ele disse: "Não, mãe, isso aqui é o art. 3º da Constituição". É uma paranoia com o comunismo.

Talvez esse desprezo pelos médicos cubanos... Talvez a pessoa com esse tamanho desprezo, se não fossem os médicos cubanos debelarem o ebola na África, já estivesse morta pelo ebola. E eles vão debelar epidemias é de graça. Não cobram nada. Então, isso que ele cobra aqui é para cobrir o bem que ele faz, vacinas que vêm para este País, que são de Cuba, porque é Cuba que descobre primeiro, porque estudam, porque têm a melhor medicina.

Americanos vão se tratar em Cuba com os seus barcos de luxo. Estudantes americanos fazem questão de ter um estágio em Cuba para valorizarem mais o seu diploma.

Eu não entendo essa raiva, porque os cubanos não vieram tomar o lugar de ninguém. Foram abertas inscrições para brasileiros. O primeiro edital era para os brasileiros; quando não se preencheu, chamaram os estrangeiros, e não só cubanos.

Brasileiro até tem, mas muitos fazem acordo com as prefeituras para trabalharem só dois dias na semana. E as prefeituras... Um prefeito disse para mim: "Regina, eu prefiro ter um médico por dois dias do que não ter de jeito nenhum". Então, eles se submetem. Todos têm consultórios, têm clínicas, são sócios de clínicas, trabalham em hospitais públicos; então, não querem ficar... Eu quero ver.

"Ah, não. Já preencheram todas as vagas". Mentira! Inscreveram-se 30 mil? Inscreveram-se, mas, na hora, não vão ficar. Eu quero ver ir à Amazônia para passar não sei quanto tempo dentro de um barco para chegar a uma comunidade. Eles não vão!

Os brasileiros consultam lá, vão para o posto de saúde, ficam detrás de um *bureau* esperando as pessoas. Os estrangeiros vão às casas das pessoas ver a água que bebem, ver a comida que comem, ver qual é a condição sanitária.

Então, é um absurdo! Eu quero ver quem que vai para as aldeias indígenas. Trezentos e um saíram das aldeias indígenas. Eu duvido que apareçam 301 brasileiros para irem morar nas aldeias indígenas.

Aí vêm dizer: "E por que eles não fazem o Revalida?" Se eles fizessem o Revalida, eles teriam os mesmos direitos dos brasileiros. Ou seja, eles iriam botar consultório. Se alguns ficarem aqui, eles vão ter esses direitos. Vão fazer o Revalida e vão ter esse direito de montar consultório, e, aí, eles não vão fazer o Mais Médicos, não, lá nos lugares que ninguém quer ir, nos grotões, como se diz, onde as pessoas veem um médico uma vez na vida. E, aí, foi dado a essas pessoas o direito de ter médico todos os dias.

Eu visitei postos de saúde em lugares distantes onde uma pessoa me disse assim: "Senadora, eu sou surda. Eu me sentava na frente do outro médico que tinha aqui e eu não entendia nada do que ele dizia. Esse médico aí botou a cadeira do meu lado e falou no meu ouvido. Eu entendi tudo que ele disse".

É a atenção básica. Eles não vieram aqui para operar nem para fazer a alta complexidade, não. Eles vieram aqui para fazer a atenção básica, a prevenção, evitar que adoeçam os nossos índios.



Estão falando em CPI do Mais Médicos lá na Câmara. Deveriam fazer uma CPI para saber quantas crianças indígenas morreram por falta de médicos ou quantas pessoas da floresta morreram por falta de médicos. Era isso!

Se os brasileiros forem, eu vou bater palmas. Agora, eu estou achando difícil eles se embrenharem em uma aldeia indígena e ficarem morando lá. Não vão! Porque exige sacrifícios, e não é todo mundo que é dado a fazer sacrifícios.

Então, falar que o PT escravizou... Quem escraviza é o agronegócio neste País! Todo dia estão aí os exemplos de não sei quantas autuações do Ministério do Trabalho resgatando pessoas que trabalham 14, 15 horas por dia.

Os caras botam na tabela de pagamento que eles estão sempre devendo. Têm o desplante de botar na tabela de pagamento que a pessoa deve o preço da liberdade. Uma doutora lá do Piauí, que fez a tese dela, botou os bilhetinhos, copiou tudinho e colocou, tinha até o preço da liberdade.

A pessoa comia 150kg de carne em poucos meses. Colocavam lá 150kg de carne. O cara, que não sabia ler...

(Soa a campainha.)

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... já estava devendo. Então, ele não poderia sair nunca. Isso, sim, é escravidão!

É escravidão o trabalho intermitente de que se vangloriam aí e que está pagando R\$300, R\$400 para as pessoas, que nunca vão se aposentar porque não estão pagando previdência. Isso é escravidão!

Então, é preciso que a gente pare de dizer bobagens e coloque as coisas como são.

Não gostam do comunismo? Todo mundo tem o direito de não gostar, mas eles não estavam aqui como comunistas; eles estavam aqui como seres humanos que aprenderam a solidariedade, que fizeram a Medicina humanizada. Por que é que os estudantes americanos vão para Cuba estudar se é tão ruim assim? Por que é que as vacinas se Cuba são requeridas pelo mundo inteiro se são tão ruins assim? Lá não tem hospital particular, lá não tem clínica particular, lá não tem escola particular, tudo é de graça. E as pessoas têm acesso à igualdade, acesso para todos. Eles estudam...

(Soa a campainha.)

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... formam-se e vão depois pagar com essas ações beneficentes. Para muitos lugares, a África por exemplo, não cobram; a Opas não cobra para muitos lugares. Agora, para o Brasil, que podia pagar, cobrou. E o Brasil só trouxe porque os médicos daqui não quiseram ir. O edital abriu primeiro para os médicos brasileiros, e eles não quiseram ir; aí foi que abriu para os outros.

Então, é preciso que a verdade seja dita, não pode camuflar pelo ódio que carrega no peito pelo PT – está camuflando as coisas. Tem que dizer as verdades. Não é possível falar essas coisas parecendo verdades. Não, não pode. Por quê? O Mais Médicos foi o programa mais bem avaliado deste Governo e ele foi votado aqui no Senado e na Câmara. O programa mais bem avaliado do Governo Federal ainda é o Mais Médicos. Vai lá entrevistar as pessoas, ver os vídeos das despedidas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)



A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... falta dos médicos cubanos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Amanhã eu falo sobre essa questão deste País estagnado que saiu no relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Suspendo a sessão por dez minutos.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 18 minutos e reaberta às 16 horas e 48 minutos, sob a Presidência do Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Há número regimental.

Declaro aberta a presente sessão, sob a proteção de Deus.

Primeiro item da pauta.

Mensagem nº 86, de 2018 (nº 224, de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado o nome da Sra. Debora Toci Puccini para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração (ANM), com mandato de três anos.

Parecer 25, de 2018, o Relator foi o Senador Wellington Fagundes.

Discussão do parecer em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

E eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário, estamos em processo de votação nominal.

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra a Senadora Rose de Freitas. Tem a palavra V. Exa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Pela ordem.) – Eu gostaria de, inicialmente, saudar V. Exa. pela reunião de Líderes hoje. É importante construir entendimentos, acordos. Essa pauta é muito importante para o Brasil.

Sabendo do carinho que V. Exa. tem com o trabalho dos Parlamentares, eu queria fazer um apelo para que V. Exa., tão logo seja possível, coloque em votação o PLS 392. Faço isso, inclusive, por um apelo que me foi trazido. Esse PLS trata diretamente da questão do Fundo de Garantia. A liberação do fundo corrige a injustiça social histórica de impedir o trabalhador de movimentar os recursos da conta do Fundo de Garantia. V. Exa. sabe disso.

O Governo administra esse processo, tem algumas flexibilidades. No entanto, como a gente tem sempre debatido, discutido, colocado aqui no Plenário, tem que se conceder ao trabalhador o direito de ele movimentar 100% da sua conta na hora de pedir sua demissão, não só em casos em que é demissionário.



São várias as razões pelas quais apresentamos este projeto. Ele dá o direito ao trabalhador, sobretudo, Senador Vicentinho, de procurar uma alternativa para sua vida, de procurar novos caminhos, de edificar sua própria vida, de aplicar o recurso para pagar o curso de seus filhos ou construir a sua casa. Enfim, esse dinheiro é do trabalhador. O trabalhador tem direito a fazer novas opções, a novas aspirações. Às vezes, por condições muito precárias, insatisfeito com o trabalho, o trabalhador tem direito de procurar alternativa e construir isso.

Este Projeto 392 apresentado não é uma ideia, é uma luta pelo direito do trabalhador. O Governo tem projeto de infraestrutura, projeto Minha Casa, Minha Vida, financiamento da casa própria, tudo isso. E nada disso será impactado com esse direito que nós estamos tentando obter com a aprovação deste projeto, colocando o trabalhador em condições de construir a sua própria vida, dirigir seu destino, tomar as suas decisões.

Tenho certeza de que o recurso do Fundo de Garantia impulsiona a economia, ajuda o País. Vimos, há pouco tempo, quando o Presidente da República fez uma liberação de mais de R\$30 bilhões, quando foram liberadas as contas inativas do fundo, que a medida não provocou nenhum colapso na economia, nem no setor habitacional, nem nos projetos de infraestrutura. Pelo contrário, ela movimentou bastante, impulsionou o PIB em 0,61%, o que foi bem significativo no incremento na nossa economia.

Eu gostaria de registrar para V. Exa., pois é importante saber, que, em 2016, a contribuição do Fundo de Garantia para a economia foi de R\$179 bilhões, com um lucro recorde de R\$14,55 bilhões. Enquanto a economia lucra com isso, a remuneração é muito pequena em relação à aplicação do Fundo de Garantia. O trabalhador fica à míngua com esse dinheiro depositado no banco, administrado por outrem – nesse caso, o próprio Governo.

A questão é distribuir. Se nós estamos falando de um momento tão difícil – com ajustes, a economia muito difícil –, tem que facultar ao trabalhador o direito de usar o seu Fundo de Garantia para prover a sua própria vida e fazer os seus projetos.

É isto que queria pedir a V. Exa.: tão logo seja possível, coloque em votação o projeto que apresentamos, o PLS 392.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu e os Senadores Ataídes e Guaracy queremos solicitar de V. Exa. a leitura do requerimento de urgência do empréstimo para Palmas, se possível, para que possamos votar no dia de hoje ainda. Ele não está aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Ele está aí!

Com a atenção que nós temos com o Ceará, V. Exa. terá com Tocantins, com certeza. É um recurso importante para a nossa capital, tão bem administrada pela nossa companheira Cinthia.

É esta a solicitação: que possamos ainda votar, no dia de hoje, esse recurso importante para a nossa capital Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só fiz a brincadeira, porque eu tenho condições de fazer a brincadeira com V. Exa. e a certeza de que...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Claro, claro.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E a certeza de que jamais lhe faltaria numa matéria tão importante para o seu querido Estado do Tocantins.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Claro, claro. E eu levei nesse sentido também, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Meu querido Líder, reforço aqui o pedido do nosso colega tocantinense com relação a esse empréstimo no valor de US\$60,870 milhões para a nossa capital, Palmas, para ser investido na infraestrutura da nossa capital, Sr. Presidente. É sabido que a nossa capital está aí completando seus 30 anos, e há muita carência principalmente na área de infraestrutura, como asfalto, calçamento, mobilidade e outros. Portanto, Sr. Presidente, eu tenho absoluta certeza de que o amigo Presidente colocará em votação, logo, em breve, esse Projeto 86, de 2018, para que nós possamos, então, a juro extremamente subsidiados pelo CAF, utilizar esses recursos para melhorar a vida do nosso povo palmense. Portanto, Sr. Presidente, aguardo ansiosamente V. Exa. colocar esse projeto em votação.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exa. será atendido, com absoluta certeza.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, é para registrar os agradecimentos nossos. É o Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – É só para aproveitar o momento para agradecer ao Ministro Padilha pelo empenho no encaminhamento desta matéria até aqui, para agradecer ao Presidente Michel Temer, para agradecer ao Ministro da Fazenda e toda sua equipe, para agradecer ao Deputado Federal Vicentinho Júnior, que trabalhou também muito neste projeto, para que pudéssemos chegar a este momento final que será de aprovação, se Deus quiser, com o apoio de todos os Senadores e as Senadoras, no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente! Aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu queria que o senhor colocasse, na sequência, a Mensagem 97, também indicação da Elisa, logo depois que abrir essa votação da Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Elisa Bastos? Aneel?



O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Isso! Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Na sequência, eu vou votar o empréstimo do Tocantins e colocarei em votação. *(Pausa.)*

Enquanto os Senadores e Senadoras não chegam para votar, eu vou ler o requerimento.

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, da licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa, no período de 11 a 13 de dezembro de 2018, para tratar de interesses particulares. Comunico ainda que, nos termos do 39, inciso I, no período de 6 a 20 de dezembro 2018, estarei ausente do País. **(Requerimento nº 560/2018 – Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

Senador Fernando Bezerra.

É o requerimento que faz.

Em votação, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Enquanto os Senadores não chegam para votar, serão tomadas as devidas providências pela Mesa Diretora da Casa. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discursar.) – A minha cidade tem um hospital, o Hospital Paulo de Tarso. É uma instituição beneficente e presta serviços para o Estado de Mato Grosso. Ao longo do tempo, o Estado de Mato Grosso vem acumulando algumas dívidas com o hospital. E a Bancada recentemente resolveu aportar alguns recursos para que o Estado pudesse sanar essas dívidas.

Entretanto, apesar de terem sido repassados 100 milhões de emenda de bancada, não foi repassado o pagamento ao Hospital Paulo de Tarso. Eu recebi essa documentação agora há pouco. E eu queria fazer aqui de público... É meio constrangedor fazer cobrança de público, em plena TV Senado, ao vivo, mas é uma questão famélica já do hospital.

Eles prestam um serviço extremamente meritório para a comunidade, mas já estão para fechar as portas. E eu queria que isso fosse anotado pelo Secretário de Saúde para que pudesse pagar essa quantia. Eu estou vendo aqui, é pouco, o valor é irrisório, 1,8 milhão, o que para o Estado de Mato Grosso pouco significa, mas para aquele hospital significa manter as portas abertas ou não, e é o único hospital que recebe as pessoas ali na região.

Então, está aqui, eu recebi o ofício. A Associação Espírita Benéfico Paulo de Tarso tem compromissos financeiros tais como folha de pagamento e tal. Final do ano - a gente sabe que isso é inerente a todos que têm folha de pagamento -, vem décimo terceiro e tudo mais. Estão em extrema dificuldade.

E o compromisso que o Governo fez com a Bancada de Mato Grosso foi de que repassaria – e aqui está o Senador Wellington, que é testemunha –, e o Hospital Paulo de Tarso não recebeu um vintém, Senador Wellington. E a gente faz esse apelo para que o Governador do Estado possa repassar, senão esse hospital vai acabar fechando.

Desde o ano passado que nós passamos esses valores, e está aqui, não receberam.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, a indicada para o cargo de Diretora a Agência Nacional de Mineração, a Sra. Debora Toci Puccini foi sabatinada hoje pela manhã na Comissão de Infraestrutura.

Para assumir qualquer uma das funções na Agência de Mineração, qualquer função pública, se requerem dois pré-requisitos: reputação ilibada e notório saber naquela área. Acredito até que a Comissão de Infraestrutura deve ter aprovado o critério do notório saber, só que me chega a informação de que a Sra. Debora Toci é ré em ação judicial de natureza penal movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em razão de crime ambiental.

Sr. Presidente, é de uma temeridade enorme, principalmente, Senador Omar, para nós da Amazônia, colocar na Agência de Mineração alguém que é ré em crime ambiental.

Chega também a informação da participação do Sr. Moreira Franco, atual Ministro de Minas e Energia, na indicação da Sra. Debora. Ora, sobre o Sr. Moreira Franco recentemente tivemos as informações de que ele teve um papel protagonista na tentativa de flexibilizar o decreto da Reserva Nacional do Cobre na minha região do Amapá e do Pará, flexibilizando para mineradoras internacionais a atividade dessas mineradoras em nossa região.

Parece que se juntam as coisas: coloca-se na Agência de Mineração quem é réu em crime ambiental; a maior parte dos parques mineradores que existem estão na Amazônia; para fazerem a exploração de todos os parques minerários que há na Amazônia, obviamente, tem-se de devastar o meio ambiente; e quem tem a participação nesse processo é exatamente o Sr. Moreira Franco, que há muito tem demonstrado interesse nas reservas minerais da Amazônia. Isso tanto é a ação que ele procurou articular para flexibilização da Reserva Nacional do Cobre.

Portanto, Sr. Presidente, não encontro, como dizia a minha avó, Senador Benedito de Lira, um agrado, uma razão para votar favoravelmente à indicação. A Dra. Debora deve ter notório saber, mas eu fiz questão de fazer esse registro, e não ficarem na calada o voto e minha manifestação aqui, porque me parece que, para um local estratégico como esse, os pré-requisitos não estão sendo cumpridos.

A outra questão é que, me parece, há um festival de indicações para agências reguladoras. É óbvio que os mandados estão sendo concluídos, mas há um festival de indicações neste final do Governo Temer, e eu peço a atenção e o cuidado do Plenário com esses festivais de indicações de final de governo.

O voto é, obviamente, faço questão de declarar, o nosso voto foi contrário. (*Pausa.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Vamos abrir o painel, vamos trabalhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estamos exatamente fazendo isso: trabalhando. Não posso obrigar que os Senadores cheguem ao Plenário. Estou aguardando os Senadores e as Senadoras. (*Pausa.*)



Todos já votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação - Vide item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 49 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, 08.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Sra. Debora Toci Puccini para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração (ANM), com mandato de três anos.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/MDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/MDB - RR. Pela ordem.) – Eu pediria que constasse na ata o meu voto favorável, já que eu não pude estar presente a essa indicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – A Mesa constará o voto de V. Exa. E na sequência, vamos votar nominal.

Próximo item da pauta, atendendo à solicitação do Senador Wilder Moraes.

Mensagem 97 (nº 512, de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação da Sra. Elisa Bastos Silva, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Tiago de Barros Correia.

O Relator foi o Senador Wilder Moraes.

Discussão do parecer em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Passa-se à votação, que, de acordo com o Regimento Interno, no seu art. 291, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Armando Monteiro, tem a palavra V. Exa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discursar.) – Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, para fazer um registro.

E faço com pesar esse registro.

É que o meu Estado, pela inação, pela insensibilidade do atual Governo, perdeu um dos acervos de arte mais importantes, desse artista múltiplo, extraordinário, que é Abelardo da Hora.

O Brasil inteiro conhece a expressão, a força de sua obra, grandiosa pelo talento e pelo acervo extraordinário que ele nos legou, mais de 300 peças desse artista, como eu disse, múltiplo, escultor, desenhista, ceramista, uma figura fantástica.



E aí o Estado da Paraíba, que é nosso irmão – eu digo sempre que essa fronteira de Pernambuco e da Paraíba é virtual mesmo –, na pessoa de seu Governador Ricardo Coutinho, muito mais atento e proativo, ao final ofereceu à família um local adequado, um memorial, para receber esse acervo fantástico. E é de se lamentar que a família tentou muito, insistentemente, sensibilizar o Governo de Pernambuco para que ele pudesse garantir a boa guarda desse acervo que é tão importante para o nosso Estado e para o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, eu faço, como pernambucano, com muito pesar, este registro. Pernambuco perde, portanto, a possibilidade de poder manter, no seu território, esse acervo fantástico. Não perdemos de todo porque esse acervo estará na Paraíba, mas é lamentável que o Governo de Pernambuco não tenha tido a sensibilidade e a presteza necessárias para garantir a manutenção desse acervo fantástico no nosso Estado, especialmente no momento em que temos o registro de quatro anos da morte desse extraordinário artista.

Portanto, quero tributar a ele essa homenagem. Quero fazer aqui também um registro à ação sempre muito cuidadosa da sua família, que ficou sobrecarregada na tentativa de manter esse acervo e, em última instância, pela falta de iniciativa do Governo de Pernambuco, que teve que transferi-lo para o vizinho Estado da Paraíba.

É com pesar, Sr. Presidente, que faço este registro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. Para discursar.) – Sr. Presidente, nos últimos dias, eu tentei desesperadamente falar com V. Exa., mas não consegui. É que eu vivi também uma circunstância inusitada.

Os meus adversários costumam dizer que eu não adoço, Sr. Presidente, e eu já estava até me habituando a que eu não adoço mesmo. Eis que uma gripe, que já me acompanha desde a campanha eleitoral renhida, Senador Eduardo, como sabe V. Exa., acabou me submetendo a um tratamento emergencial e muito competente, Sr. Presidente. Uma médica do Senado Federal me prescreveu um antibiótico de última geração para tratar uma pneumonia que covardemente tomou conta de mim. E aí houve uma reação medicamentosa inusitada, inusitada. Eu passei uma sexta-feira dramática, de sexta para sábado, e ainda tive que contemporizar tudo isso com um compromisso com o Senador José Serra às 10h30 da manhã. Eu bati no apartamento do Serra, e o servidor disse assim: "O Serra pediu desculpas, porque teve que sair muito cedo do apartamento". Aí, não estando lá o Serra, o nosso Ministro, eu fui para a UTI de um hospital aqui, em Brasília, e fiquei, Sr. Presidente, lá na UTI durante dois dias, trocando a medicação, sem entender o que estava acontecendo comigo. Uma reação inusitada. Eu nunca imaginei que o limite humano pudesse ter uma consequência medicamentosa daquela forma, daquela forma.

Eu estou falando isso para dizer que o que estava me levando a telefonar a V. Exa. era exatamente essa questão, que agora já está mais ou menos encaminhada não do ponto de vista da cura, do tratamento, mas do ponto de vista da retirada da alergia, da reação medicamentosa. Por quê, Sr. Presidente? Porque tudo que meus adversários querem, infelizmente – sempre foi assim –, é que eu, por conta dessa pneumonia, diga que eu ou sou ou não sou mais candidato à Presidência do Senado.

E eu estou cumprindo compromissos. Agora mesmo, vim lá da Presidência da República. Já tive reuniões com o Senador Eduardo Braga.

Eu queria rapidamente, com a paciência de todos, registrar dois fatos.



Ontem eu estava vendo a imprensa e vi, em uma entrevista, o Juiz Sergio Moro, o futuro Ministro da Justiça, a quem, em todos os momentos, eu elogiei nesta Casa, dizer, Sr. Presidente, que ia fazer uma reforma no ministério por medida provisória e decreto regulamentador. Eu, lá do hospital, mostrei para o nosso futuro Ministro que aqui no Congresso não há essa coisa de decreto regulamentador de medida provisória. Você, no Congresso, regulamenta a lei, você tem um decreto regulamentador da lei, mas só quando a lei, a medida é sancionada pelo Presidente da República, porque decreto regulamentador sem lei é decreto-lei. E essa memória não é a memória mais agradável que nós temos na nossa República.

Hoje também, Sr. Presidente, eu vi uma queixa do Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre uma das propostas do futuro Presidente, o Presidente eleito, Jair Bolsonaro, para a reforma da previdência social. Especificamente falava o nosso Ministro Toffoli com relação à aposentadoria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Dizia o Ministro Toffoli que a reforma do Bolsonaro não pode reduzir a idade para a aposentadoria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Meu Deus! Não dá para responder esse tipo de coisa, porque, quando nós elevamos a idade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para 75 anos – todos lembram aqui –, a Presidente Dilma tinha que nomear cinco Ministros do Supremo Tribunal Federal e não sabia como fazer; estava assoberbada pelas crises econômica, política e social e botava qualquer um, sem conversar com o Congresso.

Sr. Presidente, quando o legislador, o Constituinte estabeleceu que cabe ao Senado Federal sabatar os seus Ministros, é porque compreendeu que o papel legítimo do Legislativo é participar desse processo de formulação desde o início, não apenas na sabatina, não apenas na nomeação.

Quando ela se recusou definitivamente a isso, eu pedi que uma proposta que o Senado já tinha votado há muitos anos fosse apreciada na Câmara dos Deputados – eu não me dava bem com o Presidente da Câmara de então – e foi apreciada.

Na oportunidade – e me permitam que conte este fato aqui –, um Ministro do Supremo disse assim: "Olha, eu estou completando 70 anos, mas eu vou refletir se eu devo aceitar os 75 anos. Só que eu faço uma exigência: que eu não seja sabatinado novamente". Eu não sei por que ele disse isso – talvez porque ele já não confiasse ou na memória ou nos postulados de direito que aprendeu na universidade federal. Eu disse para ele: "Não, sem problema, eu vou dispensá-lo de fazer a sabatina". Depois eu tive que me arrepender, em uma entrevista que dei para o *O Estado de S. Paulo*, dizendo que aquela deveria ter sido a sabatina em que eu deveria ter insistido mais.

Eu aproveitei também a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acaba de julgar aquele processo que foi interposto contra mim na semana em que eu disputei a eleição para a Presidência do Senado contra o nosso saudoso Senador Pedro Taques – não sei se saudoso, ele está vivo, ele não se elegeu, ele continua... É o nosso querido Pedro Taques. Sr. Presidente, eu ocultei a minha candidatura e deixei para lançá-la na última semana. Na última semana, a Procuradoria-Geral da República mandou Procuradores para Alagoas: um senhor chamado Anselmo Barros, um outro chamado Pelella, que vivia vazando informações. E, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Não é o do Cruzeiro, esse é o do Atlético.

E, Sr. Presidente, entraram com várias investigações contra mim. Para quê? Para me intimidarem, para que eu parasse, para que eu desistisse, para que eu saísse da vida pública. Isso



tem um peso muito grande na minha vida nos últimos anos, na minha família, com consequências trágicas. E eles entraram, dentre essas investigações, com um pedido, na Justiça do Distrito Federal, com relação aos pedidos que eu mesmo havia feito no Supremo Tribunal Federal – eu mesmo havia feito, porque aquelas investigações de 2007 foram de minha iniciativa.

O Juiz da cura *gay* – ele ficou celebrizado como o Juiz da cura *gay* – passou 15 dias nessa vara – 15 dias – e, nesses 15 dias, me condenou num processo, numa ação de improbidade da qual eu já havia sido absolvido em todas as votações no Senado Federal.

E hoje, Sr. Presidente, o tribunal acaba de concluir o julgamento me absolvendo de novo, por 3x0. Olha, eles me investigaram, a vários pretextos, até porque eu defendi a Constituinte, Cristovam... Eu fui investigado porque eu defendi a Constituinte – foi uma das investigações. Eles me investigaram dezenove vezes. Dessas, o Supremo Tribunal Federal já apreciou nove. Em todas as nove, eu fui absolvido por unanimidade, inclusive nessa ação de improbidade que foi proposta aqui na Justiça Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, cumprimentar V. Exa., dar essa notícia ao Senado e ao Estado de Alagoas, comunicar aos companheiros esses problemas de saúde que eu enfrentei e dizer também que eu estou muito feliz com o que houve e que estou muito feliz, mais ainda, com o que vai acontecer com o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, primeiro... Senador Renan...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, primeiro...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, primeiro, eu quero parabenizar pela justiça feita com V. Exa. Segundo, eu quero dizer a V. Exa. que estou surpreso, porque eu jamais deixaria de atender V. Exa – está tudo invertido. Terceiro, gripe para derrubar um nordestino não é coisa normal. Gripe para nós não é doença. E, quarto, V. Exa. querer ser atendido às 10h da manhã pelo Serra é tarefa quase impossível. Então, também eu fico feliz de saber da absolvição de V. Exa. e do pronto estabelecimento de V. Exa: uma, feita a justiça, recuperando aquilo que V. Exa. deve ter sofrido muito, junto com sua família; segundo, agora, restabelecido, para alegria de todos nós, pela saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Eunício.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Senador Renan, eu visitei o senhor na quinta-feira, e o senhor estava forte feito um leão – o senhor se lembra? Na sexta-feira, então, veio essa crise, mas eu quero cumprimentá-lo pelo restabelecimento, pela absolvição e pela vitória do CSA, que nós estávamos comentando lá, de 4x0...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Na verdade, isso foi o que me recuperou.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Recuperou! Então, o CSA está na primeira divisão do campeonato brasileiro, o que faz parte de uma conquista sua e do seu filho lá também. Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Aproveite para votar, Senador Renan. (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Peço aos Senadores que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu ainda posso dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Renan Calheiros tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. Para discursar.) – Sr. Presidente, outra informação, que, durante a minha presença no hospital, pediram-me por várias vezes. É sobre uma proposta que eu não conhecia e que está tramitando aqui no Senado Federal. Ela propõe a abertura de votos na eleição para a Presidência do Senado.

Só para os desavisados, Sr. Presidente: quem fez a reforma do sigilo do voto nesta Casa, modéstia à parte, fui eu!

Essa praça aqui estava lotada, e nós deliberamos, fizemos a reforma do voto, Senador Cristovam, com as pessoas pedindo aí, na manifestação de junho.

Sr. Presidente, eu já me elegi quatro vezes Presidente do Senado. Eu nunca fui indicado – nunca fui indicado! Eu sempre fui indicado pelo meu Partido, mas sempre disputei no voto. Na primeira eleição, eu disputei numa candidatura contra o PSDB e contra o DEM, que não queriam aceitar a proporcionalidade. E eu construí – V. Exa. lembra; V. Exa. não tinha nem chegado ainda – uma alternativa à proporcionalidade que os partidos não estavam aceitando. Nas duas primeiras vezes em que eu fui Presidente do Senado, Senador Cristovam, eu indiquei o Senador Antonio Carlos Magalhães, duas vezes, contra o Partido dele, para ser Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, duas vezes. Na terceira vez, eu disputei – foi a mais triste de todas –, contra um querido amigo, o Senador José Agripino, também contra o seu Partido. E, na terceira vez, aí já foi uma modelagem diferente: é que os partidos que não queriam a proporcionalidade apoiaram um candidato no MDB, o saudoso Senador Luiz Henrique, que foi à minha casa e disse assim: "Olha, Senador Renan, eu não aceito o resultado da bancada; eu vou disputar no Plenário". E eu, da mesma forma, disputei no Plenário.

Quem retirou o sigilo do voto no Brasil, modéstia à parte, foi o Senador Renan – peça para avisar ao autor do projeto –, foi o Senador Renan, foi ele que fez a reforma do sigilo do voto. Eu, Lasier, não tenho preocupação com sigilo de voto. Eu tenho uma preocupação com sigilo de voto, mas é em solidariedade aos companheiros da Casa – em solidariedade! Porque o Senador mesmo, injustamente acusado de ter agredido a esposa, se isso for levado a ferro e a fogo, vai ter que se



submeter a uma decisão do Conselho de Ética e deste Plenário. E aí não há sigilo de voto, porque essa reforma de sigilo de voto eu já fiz lá atrás, já fiz lá atrás!

Por enquanto, Sr. Presidente, eu torço para que a proposta do Lasier ande e torço para que ande também a acusação a que ele responde no Conselho de Ética de que agrediu a sua mulher. Eu era Presidente do Senado Federal, e a única solidariedade que eu tive, a coerência me obrigava a ter, foi apoiar a sua esposa. Principalmente quando ela o expulsou do apartamento funcional do Congresso Nacional, ela contou com a minha total solidariedade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estamos percebendo que o Senador Renan volta da sua doença a mil por hora e volta muito mal informado. Em primeiro lugar, se o Senador Renan foi pelo fim do sigilo, que ele ajude nesta luta para que tenhamos aqui uma eleição para Presidência do Senado com voto aberto.

Agora com relação a um *affaire* que teria ocorrido com minha ex-companheira, o Senador está muito mal informado e lamentavelmente está aqui cometendo uma calúnia. Esse alegado processo não passou de um inquérito policial muito bem instruído, com farta prova, e que acabou sendo arquivado por parecer do Ministério Público Federal e por decisão do Ministro Fachin uma vez que foi constatado que não houve aquele fato.

Eu jamais agredi qualquer pessoa, muito menos uma pessoa que foi muito...

Eu pediria a V. Exa. que silenciasse um pouco. Você voltou a mil por hora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Eu conversei com a esposa do Senador. Eu a recebi na Presidência do Senado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não vem ao caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – E fui solidário a ela.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não vem ao caso.

V. Exa. está criando uma confusão porque sabe que aqui tem alguém que não é seu eleitor. Não é seu eleitor, porque V. Exa. não tem condições mais para presidir este Senado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Sr. Presidente!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Exa. responde a 14 processos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Sr. Presidente!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Exa. é réu no processo. Como é que nós podemos ter como Presidente do Senado alguém que não pode nem atender à ordem sucessória da Presidência da República?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador, Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Para concluir.

Nós estamos vendo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só um minutinho.



Eu dei a palavra a V. Exa.

O Senador Renan não citou o nome de V. Exa.; "um Senador".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não. Falou "um Senador".

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não. Citou nominalmente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Citou nominalmente, e indireta não serve.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E dei a palavra a V. Exa. nem pelo art. 14. Agora, não vamos fazer esse tipo de debate nesta noite aqui. Não é construtivo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Acontece que o Senador Renan está começando aqui hoje a sua campanha para o Senado. Não sei se ele vai levar, até porque nós teremos muita gente nova que vem aqui para votar no dia 1º de fevereiro.

Agora, eu não admito que V. Exa. procure levar adiante uma verdadeira calúnia. Eu não fui a... Eu não agredi a ninguém. Isso foi demonstrado em inquérito policial. A imprensa do Brasil, a imprensa do Rio Grande do Sul e o Correio Braziliense divulgaram amplamente. Não houve aquele fato, e V. Exa. está aproveitando para me agredir, como me agrediu em uma rádio do Rio Grande do Sul. V. Exa. não tem ética. V. Exa. não tem respeito com as pessoas que são contra a sua eleição, a sua candidatura para Presidência do Senado. Será uma tragédia para tudo isso que o eleitorado brasileiro renunciou ou procurou evitar e deu o grito das urnas.

V. Exa. é a velha política. E nós não podemos continuar com a velha política!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu venho dessas urnas!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim. Lamentavelmente, vem dessas urnas, mas o seu tempo terminou, Senador. O senhor não vai ser eleito novo Presidente do Senado, o Senado não merece. O Senado merece gente de ideias novas. E quanto a mim, Senador, eu tenho ficha-limpa, e V. Exa. não tem ficha-limpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu mais do que V. Exa. nunca bati na minha mulher.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Também não! E foi Polícia Federal que disse que não houve aquele fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu, do contrário, não bato em mulheres.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Você está inventando! Está inventando tudo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lasier, Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu tenho nojo de quem bate em mulher!



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Por gentileza. Esse debate não é adequado para o nível desta Casa. Por gentileza... Por gentileza, vamos ter calma.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Exa. viu que quem começou foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Por gentileza, Senador, não vamos...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu não sei aonde ele pretendia chegar. Ele fez uma longa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu não quero ser grosseiro e cortar microfone de Senador. Esse debate não é um debate um debate adequado para esta Casa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Muito bem, Sr. Presidente!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E um processo a mais na sua história não vai lhe fazer diferença, mas V. Exa. está cometendo calúnia. Está cometendo calúnia!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lasier, Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Você bateu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Por gentileza! Por gentileza, Senadores!

Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário. Nós estamos em processo de votação nominal e teremos várias outras votações.

Eu ainda aguardo uma manifestação sobre a questão da cessão onerosa. Se não chegar a tempo, até o final da sessão, eu passarei a matéria para amanhã.

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação. Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 44 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, 10.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Sra. Elisa Bastos Silva, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Tiago de Barros Correia.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Havia um compromisso desta Presidência de votar o empréstimo a pedido do Estado de Tocantins – pedido do Senador Vicentinho e do Senador Ataídes.

Foi apresentado requerimento, que será publicado na forma regimental, de urgência para o Projeto de Resolução 54, de 2018, crédito externo entre o Município de Palmas, no Estado de Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento (CAF) para o Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro. **(Requerimento nº 563/2018 – Vide Item 2.2.4 do Sumário)**



Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário do Senado Federal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Não sei como V. Exa. encaminhará as votações na sequência, mas há o item 4 da pauta, projeto de autoria do Deputado Otavio Leite, do Rio de Janeiro, que interessa muito ao setor de turismo no Rio. Há consenso em relação a esse projeto. Se V. Exa. pudesse, ainda na tarde de hoje, colocá-lo em votação, fica aqui o agradecimento dos companheiros do PSDB, Sr. Presidente. E tenho certeza também...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exa. será atendido, Senador Aécio.

Projeto de Resolução 54, de 2018 (apresentado na conclusão do Parecer 109, de 2018, da CAE, Relatora: Senadora Rose de Freitas), que autoriza o Município de Palmas, situado no Estado de Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento, no valor de até U\$ 60.870.000,00.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há parecer da Comissão Diretora, oferecendo redação final. (**Parecer nº 197/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide Item 2.2.4 do Sumário**)

Discussão da redação final, que será publicada na forma regimental. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Ataídes e, depois, Senador Vicentinho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Só quero agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, e também a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes por terem aprovado esse Projeto de Resolução nº 18, de 2018, que autoriza este



empréstimo por parte da nossa Prefeita Cinthia, da capital do Tocantins, Palmas, no valor de US\$60,8 milhões – isso representa algo em torno de R\$240 milhões.

Nossa capital é uma capital nova, Sr. Presidente, e precisamos de tudo, principalmente asfalto, mobilidade, calçamento, de forma que esse dinheiro será muito bem aplicado em nossa grande capital.

Portanto, agradeço. Ratifico o nosso agradecimento a essa Presidência e a todo o Plenário do Senado Federal, Sr. Presidente.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – Presidente, na mesma linha, para agradecer a V. Exa. e a toda a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Depois, o Senador Guaracy.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... agradecer aos colegas Senadores, às colegas Senadoras, agradecer à equipe econômica do Governo Federal, agradecer ao Ministro Padilha, agradecer ao Presidente Michel Temer, que teve um empenho direto para que isso tudo ocorresse e também aqui, em nome da Prefeita Cinthia, eu quero registrar aos palmenses mais uma prestação de serviços executados por nós no acompanhamento desse projeto de financiamento desde o início.

Portanto, o Deputado Federal Vicentinho Júnior teve uma participação importantíssima no acompanhamento da liberação desse empréstimo, e eu quero aqui também parabenizá-lo.

E, por fim, Presidente, a gentileza de V. Exa., como sempre, para com os tocantinenses e, agora, particularmente, com os palmenses, fica a nossa gratidão.

Portanto, muito obrigado a todos. Vai ser um recurso de suma importância para a mais bela e jovem capital, Palmas, no nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO. Pela ordem.) – Nós estamos com o coração jubiloso hoje por esta Casa, sensibilizada, (*Fora do microfone.*) autorizar este empréstimo para o Município de Palmas. Isto nos traz júbilo, nos traz alegria, Senador Davi. Eu convidaria o povo brasileiro e os Senadores que ainda não conhecem Palmas que venham conhecer, a cidade mais bem estruturada e mais bela do Brasil.

Então, que seja o nosso agradecimento, desde a Comissão, a todos os Senadores que trabalharam e os que aqui... Aliás, a aprovação foi unânime. E o nosso agradecimento ao Senador Eunício por ter conduzido e ter pautado este acontecimento. Palmas, hoje, tem mais US\$60 milhões para que a Prefeita Cinthia trabalhe com ele e que a cada dia melhore mais, para que Palmas seja uma cidade plena de realizações, com realizações sociais e com progresso.

Deus abençoe a todos os Senadores por esse gesto de patriotismo e de amor ao Tocantins.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Projeto de Decreto Legislativo 9, de 2018 (nº 394, de 2016, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, dia 26 de março de 2014.



O Relator foi o Senador Antonio Anastasia.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não há inscritos para a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Próximo item da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 28 (nº 603, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.

Parecer favorável sob o nº 29, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores, Senador José Medeiros foi o Relator.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Próximo item da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo 62, de 2018 (nº 254, de 2015, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, no dia 23 de agosto de 1978.

Parecer favorável do Senador Rudson Leite.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Próximo item da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo 63 (nº 545, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10).

Parecer favorável 78, de 2018, da CRE, o Relator foi o Senador Airtton Sandoval, do MDB, de São Paulo.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação. (*Pausa.*)



Projeto de Decreto Legislativo (nº 682, de 2017, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado em Brasília, no dia 7 de dezembro de 2011.

O Relator foi o Senador Antonio Anastasia, Parecer favorável nº 66.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Próximo item da pauta.

Mensagem 81 (454, de 2018 na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Augusto Silveira de Andrade Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

O Relator foi o Senador Airtton Sandoval.

Discussão do parecer em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o 291 do Regimento Interno do Senado Federal, será feita em votação secreta.

Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E eu peço às Senadoras e aos Senadores que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa.: se possível, que deliberássemos o item 7 da pauta de hoje, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2017, que inscreve o nome do nosso nobre Juscelino Kubitschek no Livro dos Heróis da Pátria.

Considerado um dos políticos mais importantes da história do Brasil e de Brasília, JK é até hoje lembrado e amado pelo nosso povo. Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa de inscrever no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A construção de Brasília foi um dos fatos mais marcantes da história brasileira e da política de JK no seu mandato de cinco anos como Presidente, sendo uma das maiores obras do século XX. JK é admirado pela população brasileira como um visionário empreendedor, que concretizou seus planos em grandes obras, dando sequência ao processo de modernização do País iniciado por Getúlio Vargas – conquanto JK não mantivesse o mesmo apelo nacionalista que caracterizara o Governo de seu antecessor. Sua habilidade política no âmbito doméstico, evidenciada sobretudo na



condução das várias tentativas de desestabilização sofridas por seu Governo, é igualmente lembrada de maneira favorável.

Além disso, Sr. Presidente, o nosso nobre Senador Paulo Octávio é esposo da única neta viva de JK, Anna Kubitschek. Será uma justa homenagem nós tentarmos votar hoje a inclusão de JK no Livro dos Heróis da Pátria. Desse modo, venho ressaltar a necessidade de aprovarmos esse projeto, que está na pauta como o item nº 7.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Gostaria também, se possível, Senador Eunício Oliveira, da inclusão na pauta do dia de hoje do Projeto de Decreto Legislativo 137, que trata da Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Foi encaminhado ao Congresso pela Mensagem nº 2, de 2017.

Então, se V. Exa. incluí-lo na pauta, fico antecipadamente agradecida, em nome da instituição que também tem interesse na matéria.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Anastasia, com muita honra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu queria tão somente endossar as palavras do Senador Hélio José sobre a questão do item 7, que trata do Projeto de Lei da Câmara que inscreve Juscelino Kubitschek no Livro dos Heróis da Pátria, o que para nós mineiros é muito importante.

O seu autor é o Deputado Otavio Leite, do Rio de Janeiro, que é afilhado do ex-Presidente. E Minas Gerais, Brasília e todo o Brasil reconhece quem foi JK.

Então, acho que é uma homenagem que nós faríamos a tempo e a hora ainda nesta sessão legislativa, sob a presidência de V. Exa., que tem aqui no Distrito Federal e em Goiás também grande atividade e sabe da importância que foi Juscelino para o futuro do Brasil àquela época e para o nosso presente.

Portanto, reitero aqui esse pedido e agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Logo que tenhamos quórum atingido, eu encerrarei esta votação e colocarei essa matéria de V. Exa. em votação.

Senadora Ana Amélia.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário, estamos em processo de votação nominal.

Todos já votaram? Todos já votaram? (*Pausa.*)

Eu vou encerrar a votação.

Nós temos Senadores em Plenário que ainda não votaram. (*Pausa.*)



Senador Cristovam, Senador Eduardo Braga. Senador Aécio já votou?

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação - Vide Item 2.2.5 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 40 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, 01.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Augusto Silveira de Andrade Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Ministro das Relações Exteriores na Embaixada do Brasil na República da Namíbia.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Projeto de Lei da Câmara 122 (da Casa de origem), que inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

Parecer sob nº 8, de 2018, da Comissão de Educação, o Senador Antonio Anastasia foi o Relator, com a Emenda nº 1 e 2, da CE, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas ao projeto à Mesa.

Discussão do projeto e das emendas em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo inscritos, está encerrada a discussão.

Votação do projeto e das emendas nos termos do parecer.

Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicado na forma regimental.

(Parecer nº 198/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide Item 2.2.6 do Sumário)

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar na noite de hoje, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 140ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução dos Projetos de Lei da Câmara nº 83, de 2018 e nº 93, de 2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2015, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br



Of. nº 345/2018/CE

Brasília, 27 de novembro de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Denomina a alteração do nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho”.

Atenciosamente,

SENADORA LÚCIA VÂNIA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



Comunicação



Recebidos os Ofícios n^{os} 122, 123, 143 e 145 de 2018, da CI, comunicando o conhecimento das matérias aos membros da referida Comissão.

As matérias vão ao Arquivo.

São os seguintes os Ofícios:





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 122 /2018-CI/PRES

Brasília, 20 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

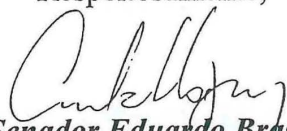
Assunto: Arquivamento de matéria conhecida pela Comissão

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na 28ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018, foi dado conhecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura do OFS nº 17/2018, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, que “encaminha o relatório sobre o andamento dos empreendimentos e demais ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, referente ao ano de 2017, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016”.

Observo que, já conhecida pela Comissão, a matéria pode ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 123 /2018-CI/PRES

Brasília, 20 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Eunício Oliveira**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Arquivamento de matéria conhecida pela Comissão**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na 28ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018, foi dado conhecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura do OFS nº 23/2018, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que “encaminha o Balanço de Gestão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, referente ao ano de 2017”.

Observo que, já conhecida pela Comissão, a matéria pode ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 143 /2018-CI/PRES

Brasília, 20 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Eunício Oliveira**
Presidente do Senado Federal

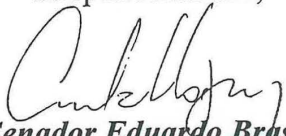
Assunto: Arquivamento de matéria conhecida pela Comissão

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na 28ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018, foi dado conhecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura do OFS nº 58/2018, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, que “encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, ano base 2017, referente ao desempenho da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, em relação a seu Plano Empresarial 2017-2021”.

Observo que, já conhecida pela Comissão, a matéria pode ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 145 /2018-CI/PRES

Brasília, 20 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Eunício Oliveira**
Presidente do Senado Federal

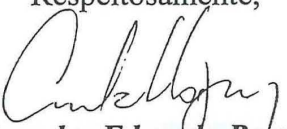
Assunto: Arquivamento de matéria conhecida pela Comissão

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na 28ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018, foi dado conhecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura do OFS nº 67/2018, da Agência Nacional de Telecomunicações, que “encaminha o Relatório Anual da Anatel, referente ao ano de 2017”.

Observo que, já conhecida pela Comissão, a matéria pode ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 11 “B” – Fone: (61) 3303.4607 – Fax: (61) 3303.3286
Anexo II - Senado Federal
70.165-900 – Brasília - DF



Discurso encaminhado à publicação



O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, todos ficamos um tanto apreensivos com os movimentos – internos e externos – que levaram os profissionais de medicina cubanos a deixar nosso País.

Em nosso estado do Piauí, temos uma população de 3 milhões e 260 mil habitantes; divididos em 224 municípios, sendo que, destes, 196 têm população estimada em menos de 20 mil habitantes.

Em nosso estado, os médicos cubanos representavam 61% dos contratados pelo Mais Médicos: ao todo, eram 203.

Diante desse quadro, tivemos preocupações em relação à possível baixa adesão de profissionais brasileiros ao programa e fizemos gestões junto ao Ministério da Saúde para equacionar possíveis gargalos.

Fundamental para sanar essa situação foi a atuação do Ministro Gilberto Occhi que publicou, em tempo recorde, já no dia 20 de novembro, o edital dessas novas contratações. Segundo esse edital, 100 municípios piauienses estão entre os 2.824 que tiveram vagas no Mais Médicos.

O ministro Occhi tem sido um parceiro importantíssimo no desenvolvimento da Saúde do nosso estado e mais uma vez mostrou seu compromisso com o Piauí, e com todo o Brasil, agindo de forma rápida e precisa.

A resposta veio de imediato: até o dia de ontem, segundo o Ministério, 97,2% das vagas do Mais Médicos já foram preenchidas. Foram mais de 29 mil inscrições de profissionais com CRM.

Em outras palavras, das 8.517 vagas disponíveis no novo edital, 8.230 já foram alocadas para atuação imediata.

A expectativa é que, até o dia 14 de dezembro, os médicos selecionados entreguem os documentos exigidos nos municípios onde irão trabalhar. A rapidez nas providências para preencher as vagas será de fundamental importância, sobretudo no Piauí.

Por sinal, com esse elevado número de inscritos, estamos contando com a possibilidade de haver um número maior de médicos disponíveis para atuar em regiões como as dos municípios piauienses.

Além de beneficiarmos mais a população, estaremos, simultaneamente, gerando postos de trabalho altamente qualificados.

Nossa expectativa, portanto, é a de voltar a atender, de imediato, todos os municípios que ficaram sem médicos; de repor as vagas naqueles em que os cubanos deixaram de trabalhar, e mais: reivindicar a ampliação do número de profissionais médicos.

Sr. Presidente, finalizo, mais uma vez, parabenizando o Ministro Gilberto Occhi e sua equipe pela tempestividade e eficiência de suas ações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!



Expedientes de Ministros de Estado



- Ofício nº 1251, de 26 de novembro de 2018, do Ministro de Estado da Educação, que solicita dilatação do prazo para entrega da informação solicitada no Requerimento de Informação nº 309, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; A solicitação foi encaminhada digitalmente ao Requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

- Ofício nº 31, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 23 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 294, de 2018, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;

- Ofício nº 317, do Ministro de Estado da Educação, de 22 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 120, de 2018, de autoria da Senadora Lídice da Mata;

- Ofício nº 318, do Ministro de Estado da Educação, de 22 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 313, de 2018, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte-CE;

- Aviso nº 203, do Ministro de Estado da Fazenda, de 23 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 332, de 2018, de autoria do Senador Jorge Viana.

- Aviso nº 205, do Ministro de Estado da Fazenda, de 23 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 430, de 2018, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

As respostas foram encaminhadas eletronicamente aos requerentes e disponibilizadas no sítio do Senado Federal. Os Requerimentos vão ao Arquivo.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 32, de 2018, na origem, do Ministério das Relações Exteriores, comunicando ter sido constatado erro material no texto encaminhado por meio da Mensagem nº 650, de 2018, na origem, autuada como Mensagem nº 111, de 2018.

O Ofício será juntado ao processado da matéria.

A Presidência determina a republicação do avulso inicial da matéria.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 111, DE 2018

(nº 650/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Avulso refeito em 27/11/2018 (Por republicação) Avulso republicado conforme Ofício nº 32/2018.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 650

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Os méritos do Senhor Fabio Vaz Pitaluga que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 2018.



EM nº 00298/2018 MRE

Brasília, 13 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FABIO VAZ PITALUGA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FABIO VAZ PITALUGA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 568 - C. Civil.

Em 20 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FABIO VAZ
PITALUGA**

CPF: 938.555.597-91

ID: 9894 MRE

1964 Filho de Plínio Pitaluga e de Maria Theresinha Vaz Pitaluga, nasce em 13 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica / RJ

1990 CPCD-IRBr

1998 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas / IRBr

Cargos:

1990 Terceiro-secretário

1995 Segundo-secretário

2001 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991 Divisão de Formação e Treinamento, assistente

1991 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor;

1994-97 Embaixada em Buenos Aires, terceiro e segundo-secretário

1997-00 Embaixada em Cingapura, Segundo Secretário;

2000-01 Divisão de Meio Ambiente, assistente;

2001 Divisão de Política Comercial, Subchefe;

2001-04 Divisão de Acesso a Mercados, Subchefe;

2004-07 Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro;

2007-09 Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul em Montevidéu, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe;

2009-13 Divisão do Mar, da Antártida e do espaço, Chefe;

2014-15 Assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

2015-18 Embaixada em Moscou, ministro de segunda classe;

2018 Embaixada em Damasco, ministro de segunda classe, Encarregado de Negócios

Obras Publicadas

2009 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil

2013 Medalha Mérito Santos-Dumont

2013 Ordem do Mérito Aeronáutico

2014 Medalha do Pacificador

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DO LEVANTE



REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA



PERFIS BIOGRÁFICOS



BASHAR AL-ASSAD
Presidente da República Árabe Síria
(Damasco, 1965)

Al-Assad foi educado em uma das mais prestigiosas escolas de Damasco, graduou-se em Medicina pela Universidade de Damasco e especializou-se em Oftalmologia pelo Hospital Militar *Tishrin*, também em Damasco. Entre 1992 e 1994, aprofundou seus estudos no Reino Unido.

O falecimento de seu irmão mais velho abreviou sua carreira médica e levou-o a assumir a primeira posição na linha sucessória do pai, o Presidente Hafez Al-Assad. Ingressou, assim, na Academia Militar, onde foi promovido ao posto de Coronel e nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Assumiu a Presidência em 2000,

após a morte do pai.



Imad Khamis
Primeiro-Ministro
(Damasco, 1961)

Engenheiro elétrico de formação, é membro do Baath. Fez toda sua carreira no setor de eletricidade. Foi Diretor-Geral da Companhia de Eletricidade da província de Damasco de 2005 a 2008. Em 2011, assumiu o Ministério da Eletricidade. Com perfil técnico, ingressou na Direção Regional do Partido Baath apenas em 2013. Teve seu nome incluído em lista de sanções da UE por suposto uso de cortes na eletricidade como forma de repressão a protestos em 2012. Foi nomeado primeiro-ministro em junho de 2016.



WALID AL-MUALLEM
Ministro dos Negócios Estrangeiros
(Damasco, 1941)

Graduou-se em Economia pela Universidade do Cairo. Ingressou no serviço diplomático sírio em 1964.

Serviu na Tanzânia, na Arábia Saudita, na Espanha e no Reino Unido. Foi Embaixador na Romênia, de 1975 a 1980, e nos EUA, de 1990 a 1999. Na Chancelaria síria, foi Diretor do Departamento de Documentação e Tradução, entre 1980 e 1984, e do Departamento de Assuntos Especiais, entre 1984 e 1990.

Entre 2000 e 2006, atuou como assessor direto do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Farouq al-Shara'a, um dos atuais Vice-Presidentes. Al-Muallem é membro do partido Baath e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 2006.

INFORMAÇÕES DE APOIO

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Síria mantêm laços históricos, fortalecidos pela presença de numerosa comunidade de origem síria estabelecida no Brasil, estimada em torno de dois milhões e meio de pessoas. As relações diplomáticas remontam a 1945, e a Legação brasileira em Damasco foi aberta em 1951.



Em dezembro de 2003, a Síria foi a primeira parada do périplo de oito dias realizado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Oriente Médio. Em fevereiro de 2008, o então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, em viagem ao Oriente Médio, visitou a Síria. Menos de um ano depois, em janeiro de 2009, retornou à Síria. Em março de 2010, após as visitas presidenciais a Israel, Palestina e Jordânia, o chanceler Celso Amorim esteve uma vez mais em Damasco, para encontro com o presidente Assad. Visitou a capital síria, novamente, em julho daquele ano.

Em junho de 2010, o presidente sírio, Bashar al-Assad, visitou o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferências de pessoas condenadas, saúde e agricultura. Em Brasília, Assad teve reunião de trabalho com o presidente Lula e foi recebido pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Desde o início do conflito, registram-se muito poucas visitas bilaterais de alto nível. Veio ao Brasil, em 2012, a assessora Política e de Imprensa do presidente da Síria, ministra Bouthaina Chaaban, ocasião em que se encontrou, informalmente, com o então vice-presidente da República, Michel Temer, em São Paulo. Em 2016, visitaram o Brasil os Patriarcas de Antioquia e todo o Oriente das Igrejas Síria Ortodoxa, Sua Santidade Moran Mor Inácio Efrém II, e Siríaca-Católica, Sua Beatitude Ignatius Joseph III Yonan.

O ministro da Saúde sírio, Nizar Yazigi, chefiou delegação que participou da Cúpula Mundial sobre Hepatite, realizada em São Paulo, em novembro de 2017, em parceria com a Aliança Mundial de Hepatites (WHA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). O ministro também manteve encontro com o então ministro da Saúde, Ricardo Barros, ocasião em que discutiram potenciais atividades de cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área da Saúde, assinado em 2010. O ministro sírio relatou dificuldades do país na obtenção de medicamentos e vacinas e solicitou doações do governo brasileiro. Manifestou, ainda, interesse em retomar a cooperação do Brasil na formação de médicos sírios na área de transplante de fígado, a ser realizada em hospitais brasileiros. Uma primeira experiência foi organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em São Paulo, em fevereiro de 2011 para capacitação na área de transplante de fígado. A iniciativa foi posteriormente suspensa em razão da situação naquele país.

Em setembro de 2018, em contato com o encarregado de negócios do Brasil, o ministro Yazigi entregou minuta de documento intitulado "Mutual Collaboration in the Field of Medicines, Medical Supplies and Equipment", que, no seu entendimento, facilitaria a relação entre as empresas privadas dos dois países. A minuta foi encaminhada ao ministério da Saúde e à Anvisa para análise e reação. O ministro informou que, embora os medicamentos solicitados em 2017 à empresa EMS, localizada em Campinas, tivessem sido enviados, teriam chegado com a validade prestes a vencer, o que inviabilizou sua distribuição para as áreas mais afetadas. Solicitou, então, novas remessas de medicamentos com prazos de validade mais longos. A propósito, o ministério da Saúde informou que desconhece a doação realizada pelo laboratório EMS ao governo Sírio, por tratar-se de entendimento com empresa privada. O ministro Yazigi reiterou ainda o interesse de retomar a cooperação com o Hospital Sírio-Libanês na qualificação de médicos sírios no tratamento de câncer e na área de transplante de fígado. A ABC incumbiu-se de realizar contato com o hospital nesse sentido.

Relações Parlamentares

A Assembleia do Povo (parlamento unicameral sírio) instituiu o Grupo de Amizade Parlamentar Síria-Brasil (seção síria). O Grupo de Amizade é presidido por Bashar Yazigi, deputado de Marmarita, no Wadi al-Nassara (Província de Homs), onde residem muitos brasileiros e famílias com parentes no Brasil. O Grupo deverá buscar o fomento dos contatos com a comunidade de origem síria do Brasil e a promoção de operações comerciais e de investimentos no âmbito da reconstrução da Síria.

Em janeiro de 2018, delegação parlamentar composta pelos deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP), Carlos Melles (DEM/MG) e Esperidião Amin (PP/SC), acompanhados do Sr. Eduardo Felício Elias, da Federação de Entidades Americano-Árabes (FEARAB), realizou missão à Síria para se encontrar com membros do Grupo de Amizade Parlamentar Sírio-Brasileiro. A delegação visitou, além de Damasco, as cidades de Maaloula e Saidnaya e se reuniu com representantes do Comitê Sírio para Investimentos e da Federação das Câmaras de Comércio. Em encontro com membros do Grupo de Amizade Parlamentar Sírio-Brasileiro, que contou com a presença do presidente do Parlamento, deputado Hammoudeh Sabbagh, a delegação formulou convite para que o grupo viesse ao Brasil para visitar o Congresso Nacional.

Na ocasião, o ministro da Reconciliação Nacional, Sr. Ali Haidar, apresentou aos parlamentares as três vertentes da estratégia de seu governo para a reconciliação nacional: (i) desarmamento e evacuação de grupos armados; (ii) diálogo com os combatentes com vistas à "desradicalização" e à reconciliação com o governo e (iii) apoio para reinserção social e no mercado de trabalho. O ministro foi convidado pela delegação a visitar o Brasil no futuro para, se possível, apresentar ao Congresso brasileiro a estratégia de reconciliação síria.



Em encontro com o primeiro-ministro sírio, Imad Khamis, a delegação parlamentar indicou-lhe que, ao término da missão, havia consenso entre seus integrantes tanto sobre a responsabilidade da ingerência externa na guerra, quanto sobre a unidade do povo sírio em prol da paz, reconciliação e reconstrução nacionais. A delegação indicou que trabalharia pela normalização plena das relações diplomáticas, por meio do acreditamento recíproco de embaixadores plenipotenciários nos dois países, tema que também foi abordado pelo ministro dos negócios estrangeiros Walid al-Muallem.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, senador Fernando Collor, realizará missão oficial a Damasco no período de 2 a 6 de novembro de 2018.

Representação brasileira em Damasco

Os membros do Serviço Exterior Brasileiro em Damasco foram evacuados em 20 de julho de 2012 para Beirute, em razão de ameaças à segurança do pessoal. A embaixada do Brasil em Damasco tem sido chefiada por encarregados de negócios desde a saída do embaixador Edgard Casciano, em maio de 2013. De forma análoga, a embaixada da Síria em Brasília tem sua chefia nesse mesmo nível de representação desde março daquele ano. Em maio de 2018, o encarregado de negócios e demais membros do serviço exterior brasileiro retornaram à Damasco.

A comunidade brasileira na Síria é estimada em cerca de 1300 pessoas, quase a totalidade também de nacionalidade síria (estima-se que apenas sete pessoas deteriam exclusivamente a nacionalidade brasileira). Não houve, em geral, vontade de evacuação do país, o que pode ser explicado pelo fato de a maior parte dos nacionais brasileiros que permaneceram no país estarem em pontos do território relativamente poupados do conflito: Tartous e Damasco. Aqueles que se encontravam em zonas deflagradas, em sua maioria, partiram.

Os serviços consulares voltaram a ser oferecidos na embaixada do Brasil em Damasco em julho de 2016. Em maio de 2018, a embaixada retomou plenamente suas funções.

Conflito na Síria

O Brasil tem manifestado extrema preocupação com a contínua violência na Síria e reiterado a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo inclusivo liderado pelos próprios sírios. Desde o início da crise, o Brasil defendeu que as legítimas aspirações do povo sírio deviam ser atendidas. No que concerne aos direitos humanos, o Brasil condena as violações cometidas por todas as partes. O Brasil tem votado favoravelmente a resoluções do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral das Nações Unidas que condenam as violações de direitos humanos na Síria e que pedem uma solução negociada para a crise.

Para o Brasil, foi particularmente positiva a aprovação da Resolução 2254 (2015) do CSNU, a primeira voltada exclusivamente à obtenção de uma solução política para o conflito.

Ajuda Humanitária

Para o alívio da situação humanitária no país, o Brasil, em 2014, contribuiu com doação de US\$1,2 milhão para o Fundo Central para Respostas a Emergências das Nações Unidas (CERF-OCHA), de US\$ 300 mil para ação conjunta do UNICEF e do ACNUR e de US\$ 190 mil em medicamentos destinados ao combate da leishmaniose à Organização Mundial da Saúde.

O Brasil também participou das seis reuniões de doadores para a Síria realizadas até o momento, havendo anunciado a doação de 250 mil dólares em 2013; 300 mil dólares em 2014 e 5 milhões de dólares em 2015. O montante prometido em 2015 consistiu em contribuição em espécie efetivada por meio do Programa Mundial de Alimentos. Por ocasião da Conferência "Apoiando a Síria e a Região" (Londres, fevereiro de 2016), o Brasil anunciou doação no valor de US\$ 1.325.557,00, oriundos do Ministério da Justiça e destinados ao custeio de atividades desenvolvidas pelo ACNUR no Brasil, relacionadas ao processo de reconhecimento do "status" de refugiados no País, bem como a atividades de apoio à integração local. O



Brasil participou das duas edições da Conferência de Bruxelas, realizadas, respectivamente, em abril de 2017 e abril de 2018, com o objetivo de angariar auxílio aos países vizinhos afetados pelo conflito.

Em 2017, o Governo brasileiro doou cerca de uma tonelada de medicamentos e vacinas, em caráter de ajuda humanitária, para a Representação da OMS na Síria. Uma fragata da Marinha brasileira, que chegou a Beirute no dia 8 de março para ser incorporada à UNIFIL, levou o carregamento até o Líbano e a OMS concluiu o deslocamento até o território sírio, onde foi entregue em 10 de abril. As vacinas integraram campanha da OMS na Síria prevista para beneficiar até 2 milhões e 700 mil crianças abaixo de cinco anos afetadas por endemias antes extintas no país, como a pólio e a febre amarela. Em 2018, o governo brasileiro providenciou o envio de 40 mil frascos de Insulina Humana Tipo NPH e 4 mil frascos de Insulina Humana Tipo Regular, com vistas a atender refugiados sírios no Líbano. A carga seguiu a bordo da Fragata Independência, da Marinha do Brasil e foi entregue à OMS em 16/3/18.

Vistos Humanitários

Em setembro de 2017, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) aprovou resolução que renova, por mais dois anos a concessão de visto, por razões humanitárias, a pessoas afetadas pelo conflito sírio que manifestem a intenção de buscar refúgio no Brasil (Resolução Normativa 25). Em setembro de 2015, a RN 20 já havia renovado por dois anos o programa, estabelecido pela RN 17, em 2013. Já foram emitidos mais de 9 mil vistos e há aproximadamente 2.500 refugiados sírios reconhecidos pelo governo brasileiro. O programa está sendo implementado nas Embaixadas em Amã, Ancara, Beirute e Cairo e no consulado-geral em Istambul.

O processo de elegibilidade para determinação da condição de refugiado se inicia após o ingresso do solicitante em território brasileiro. Em qualquer posto da polícia federal no Brasil, o solicitante poderá dar entrada no processo, quando receberá número de registro que lhe confere direito ao trabalho regular, acesso a serviços básicos e a programas de assistência social.

POLÍTICA INTERNA

Até a eclosão dos protestos, em março de 2011, a gestão de Bashar al-Assad caracterizava-se pela oscilação entre uma agenda de reformas políticas e econômicas limitadas e a reafirmação da influência dos conservadores.

O Parlamento, cujo último mandato iniciou-se em junho de 2016 é dominado por deputados da coalizão partidária liderada pelo Baath (196 das 250 vagas). Os 54 assentos restantes foram divididos entre candidatos independentes e representantes da oposição interna.

A Assembleia do Povo, como é conhecido o Parlamento Unicameral sírio, elegeu, no final de setembro de 2017, um novo presidente, Hammoudah Sabbagh, que se tornou o segundo cristão a ocupar o cargo na história da Síria. Ele substituiu Haddia Abbas, do mesmo partido, a primeira mulher eleita para a presidência de um parlamento no mundo árabe, destituída, no entanto, do cargo, após abaixo-assinado de 164 dos 250 parlamentares, por sua "postura autoritária e pouco democrática".

POLÍTICA EXTERNA – CONFLITO NA SÍRIA

Os primeiros anos do conflito caracterizaram-se pelo embate entre forças leais a Damasco e grupos da oposição armada. Esta oposição jamais gozou de unidade, marcada por distintas formas de organização (que iam de grupos militarmente treinados a sublevações populares voluntárias), ideologias (que variavam de posturas moderadas aos discursos islâmicos extremistas dos salafistas), formas de financiamento (dinheiro, armas e treinamento oriundos de potências ocidentais e do Oriente Médio), nacionalidade (dos libaneses e iranianos que apoiam o governo aos curdos apoiados pelos EUA e combatentes de inúmeros países que engrossaram as fileiras do autodenominado "Estado Islâmico").

No plano multilateral, as primeiras iniciativas sobre a crise foram tomadas pela Liga dos Estados Árabes (LEA), no segundo semestre de 2011, embora em novembro do mesmo ano a Síria tenha sido suspensa da Liga, ao que se seguiu a imposição de sanções econômicas. Nesse contexto, e somando-se o fracasso de outras iniciativas da LEA, consolidou-se o distanciamento entre a organização e o governo sírio.



No mês de julho de 2014, foi anunciado o nome do ítalo-sueco Staffan de Mistura como novo Enviado Especial do SGNU para a Síria, em lugar de Lakhdar Brahimi, que havia renunciado ao cargo no final de maio. O primeiro enviado especial fora o ex-SGNU Kofi Annan. Desde o início, de Mistura defendeu a criação de "freeze zones", nas quais o conflito teria sua intensidade reduzida paulatinamente até que alcançasse a cessação completa da violência. Após a realização de rodadas de conversas com diferentes interlocutores nos meses de maio e junho de 2015, o EESG De Mistura apresentou proposta de retomada do processo político no âmbito multilateral, com a criação de grupos de trabalho temáticos intra-sírios. O envolvimento militar direto da Rússia no conflito, no segundo semestre de 2015, a pedido de Damasco, ajudou a criar ambiente favorável para a realização de mais duas rodadas de conversações em Viena, em outubro e novembro. Delas saiu comunicado que previa, para o ano de 2016, trégua entre governo e oposição, bem como negociações para promulgação de nova constituição e organização de eleições. Foi o teor deste comunicado que deu origem à Resolução 2554, aprovada por unanimidade pelo CSNU em 2015.

As negociações sobre o conflito na Síria têm ocorrido em duas frentes: Processo de Genebra, liderado pelo EESG Staffan de Mistura, que trata de aspectos institucionais e políticos, de acordo com o programa estabelecido pela Resolução 2554 do CSNU de 2015; e Processo de Astana, liderado por Rússia, Turquia e Irã, no qual têm sido tratados aspectos militares.

Em janeiro de 2018, teve lugar em Sochi o Congresso do Diálogo Nacional Sírio (CDNS), que contou com a participação do EESG Staffan de Mistura e, segundo o governo russo, de 1500 delegados de todo o espectro político sírio, além de 500 jornalistas e diplomatas de diversos países. A declaração final criou um comitê constitucional com o objetivo de elaborar uma reforma constitucional em consonância com o Processo de Genebra e a Resolução 2554.

O EESG informou que deverá desligar-se do Processo de Genebra no final do mês de novembro de 2018. Ressaltou que pretende, no entanto, realizar a primeira reunião do comitê constitucional antes de seu desligamento.

Ataque com armas químicas e ação norte-americana – abril de 2018

A região de Ghouta-Leste, controlada desde 2012 por grupos armados, foi uma das quatro zonas selecionadas em 2017 para que fosse implementada a "desescalada" da violência. Nela, encontravam-se o grupo armado pró-saudita Jaish al-Islam, controlando Duma, a maior cidade da Ghouta-Leste, e facções armadas como a Faylaq al-Rahman e a Ahrar al-Sham, ligadas à Al-Qaeda, que tinham posição dominante no sul e oeste do enclave.

Em 7/4, surgiram denúncias de que teria ocorrido em Duma, região de Ghouta-Leste, ataque com armas químicas.

O Brasil publicou nota, em 10/4, em que manifestou "grave preocupação com alegações de uso de armas químicas em 7 de abril contra a população civil de Douma, na Síria". Ao instar o estabelecimento de investigação no âmbito da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), reiterou seu repúdio ao uso de armas de destruição em massa, qualquer que seja sua motivação.

Em 14/4, muito embora missão da OPAQ estivesse em trânsito para investigar as alegações de uso de armas químicas, ataque conduzido pelas forças aéreas dos EUA, Reino Unido e França lançou cerca de 100 mísseis e outros projéteis contra alvos militares e científicos na Síria: Centro de Pesquisa Científica de Barzeh (subúrbio de Damasco), Al-Kiswah, bases militares (antiaéreas) no Monte Qasiun (Damasco), Centro de Pesquisa Científica de Misyaf, cidade industrial de Homs. Os locais atacados teriam sido evacuados, em razão de interlocução prévia entre EUA e Rússia.

O Brasil, por nota em 14/4, manifestou grande preocupação com a escalada do conflito militar na Síria, assim como uma vez mais com as denúncias de uso de armas químicas em 7 de abril corrente, em Duma, Ghouta-Leste. O presidente Michel Temer, em discurso na sessão plenária da 8ª Cúpula das Américas, em Lima, no dia 14/4, afirmou que a escalada do conflito militar na Síria é motivo de profunda preocupação para o Brasil.

A Missão de Apuração dos Fatos (FFM) da OPAQ, durante a 88ª sessão do Conselho Executivo (CE) da organização, entre 10 e 12 de julho, apresentou relatório que concluía pela presença de químicos orgânicos clorados nos locais dos supostos ataques de abril em Duma. Todavia, o documento descartava a presença de compostos organofosforados, como o sarin. A FFM tampouco teria encontrado indícios de produção de armas químicas em instalações apontadas pelo governo sírio como locais suspeitos. De acordo com a missão, suas conclusões seriam sustentadas por provas que incluiriam: coleta direta de amostras ambientais, com a preservação da cadeia de custódia; entrevistas a testemunhas; e amostras biológicas e ambientais recebidas "de país vizinho" não definido.

Posição do Brasil na OPAQ

Em suas intervenções na OPAQ, a delegação brasileira tem reiterado os seguintes argumentos sobre os relatórios da organização: ausência de indicações importantes no documento, tais como identificação dos laboratórios onde foram realizadas as análises técnicas; vinculação funcional dos especialistas consultados; e nacionalidade e/ou persuasão político-religiosa das testemunhas entrevistadas; lacunas na cadeia de custódia das provas; falta de provas que atestam inequivocamente que as amostras teriam sido retiradas dos locais dos ataques; envio tardio de equipes próprias; ausência de coleta direta de provas; incerteza quanto à quantidade de agente químico utilizado; registros médicos inconsistentes; conclusões inconclusivas quanto ao armamento usado.



Sobre o mandato do Mecanismo de Investigação da OPAQ, o Brasil lamentou a incapacidade do Conselho de Segurança em chegar a um consenso. O Brasil é favorável à renovação de seu mandato, uma vez que a continuidade de suas atividades teria o condão de sanar as lacunas e inconsistências apontadas. Foi expressado, contudo, receio com a excessiva politização da OPAQ, o que poderia comprometer seu funcionamento e sua credibilidade. O Brasil também teme que retaliações a Damasco apenas prejudicariam a interlocução do país com a OPAQ e a investigação dos incidentes.

Zona de desescalada de Idlib

A zona de Idlib, controlada por duas coalizões jihadistas, a Al-Qaeda na Síria (HTS) e o grupo salafista Ahrar al-Sham (AAS), é a última zona de desescalada. Todos os jihadistas que rejeitaram os acordos de reconciliação capitaneados pela Rússia foram encaminhados para a região, que se transformou numa zona de realocação para jihadistas nacionais ou estrangeiros (uighurs, chechenos, de países europeus, do norte da África, do Golfo) que não querem ou não podem, por sua nacionalidade, aceitar os acordos.

Em 17 de setembro, Rússia e Turquia anunciaram acordo de desmilitarização parcial da região. O patrulhamento da região ficará a cargo de tropas russas e turcas, com fundamento nos acordos de desescalada derivados do Processo de Astana. Até o final do ano deverá ser restaurado o livre trânsito na Síria entre Alepo e Latáquia (eixo norte-zona costeira) e entre Alepo e Hama (eixo norte-centro).

ECONOMIA

Antes da eclosão do conflito, a Síria havia iniciado um processo de abertura econômica que parecia caminhar paralelamente à aproximação do regime sírio com as economias ocidentais. Desde fins da década de 1990 e início da década de 2000, uma série de reformas foi implementada, visando à diminuição de gastos públicos, ao controle da inflação e à facilitação dos fluxos financeiros. Essas reformas indicavam, além de tentativa de superação do rígido modelo estatizante prevalente na Síria desde a década de 1960, a dinamização da economia. Com a guerra, todavia, as mudanças nas diretrizes de política macroeconômica parecem ter perdido prioridade e sido vinculadas à variável "segurança nacional" interna.

A crise afetou fortemente a economia síria em todos os seus setores. Em 2011, o PIB sofreu uma contração de 3,4%, que se aprofundou nos anos seguintes. Com a desvalorização da libra síria frente ao dólar (mais de 50% desde 2011), os produtos importados, inclusive gêneros alimentícios, passaram a compor uma espiral inflacionária. O embargo econômico imposto por EUA e União Europeia contribuem para uma deterioração ainda maior da economia.

O governo sírio vem sinalizando que, uma vez findo o conflito, priorizará, no processo de reconstrução econômica e de infraestruturas do país, o relacionamento com países não-hostis ao governo, como os BRICS, e empresas que já estejam em atividade na Síria. A reconstrução do país exigirá, a depender das fontes, investimentos da ordem de \$180 a \$400 bilhões de dólares. O chanceler Moallem declarou contar com seus principais aliados, Irã e Rússia, para levar adiante esse processo de reconstrução. Afirmou que outros países amigos poderão fazer parte desse processo, entre os quais mencionou China, Índia, Malásia, África do Sul e Brasil.

Relações econômicas com o Brasil

Em dezembro de 2010, por ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Foz do Iguaçu, foi firmado Acordo-Quadro para estabelecimento de área de livre-comércio entre o Mercosul e a Síria. Apesar de, ao longo de 2011 e 2012, o governo sírio ter demonstrado interesse em iniciar as negociações do ALC, a posição do Mercosul tem sido a de que a atual conjuntura não é adequada para a retomada do processo negociador com a Síria.

A 60ª edição da Feira Internacional de Damasco (FID-60) teve lugar em Damasco de 6 a 15 de setembro de 2018. Tratou-se da segunda edição consecutiva da principal feira multisetorial da Síria, após período de interrupção de 6 anos (2011-16), a qual contou com um público estimado em mais de dois milhões de pessoas. O Brasil organizou dois estandes no evento, um institucional, de 18 m2, oferecido pelo governo sírio, e outro privado, de 12 m2. O estande institucional contou com as empresas Minerva Foods, Agilise Cosméticos e Vitta Gold Cosméticos, bem como com o serviço de inspeção 'hala' da Federação Islâmica do Brasil. Representante regional para a Síria, Líbano e Jordânia da Vitta Gold esteve presente ao longo da feira. A embaixada brasileira aproveitou-se do estande para distribuir material turístico e educacional (PEC-G e PEC-PG) sobre o Brasil. O estande privado, por sua vez, foi alugado pela empresa Fadico, que atua na área de importação e exportação, e que representou a empresa Lorenzetti do Brasil. Agente comercial da Fadico/Lorenzetti, Sr. Fadi Abo Al Ainain, baseado em São Paulo, foi do Brasil especialmente para o evento e declarou haver conseguido encaminhar negócios. Estiveram presentes no evento o secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), Sr. Michel Alaby, bem como seu presidente, Sr. Rubens Hannun.



Entre 2 e 6 de outubro ocorreu a quarta edição da Feira "Rebuild Syria", voltada para a comercialização de produtos "in loco" para o grande público, para a intermediação de parcerias e para a celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de bens e serviços necessários à reconstrução da infraestrutura do país. Não houve participação de empresas brasileiras.

Missão da CCAB a Damasco

Delegação da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) chefiada por seu presidente, senhor Rubens Hannun, esteve em Damasco, no período de 15 a 17 de setembro de 2018, e realizou programa organizado pelo Consulado da Síria em São Paulo e pela Federação Síria das Câmaras de Comércio (FSCC). A delegação ouviu do gerente geral da Agência Síria de Investimentos (ASI), senhor Median Ali Diab, que tem como função coordenar a política de investimentos na Síria e criar ambiente propício para os investidores estrangeiros, que o país vem trabalhando na elaboração de nova lei de investimentos, a qual deverá trazer facilidades para o investidor, como simplificação tributária e de licenças, bem como redução de taxas e impostos, a depender do tamanho do projeto e do volume dos recursos investidos. Diab salientou, ademais, a existência de 43 projetos prioritários no valor da ordem de US\$ 7 bilhões, para os quais estão sendo esperados parceiros internacionais, em áreas com grande potencial como: agrícola, indústria em geral, saúde, construção civil, mineração, turismo, transporte e energia limpa. A delegação também visitou a Feira Internacional de Damasco.

Em encontro da missão da CCAB com a Federação Síria das Câmaras de Comércio (FSCC), empresários sírios manifestaram interesse na área de refino de açúcar, em especial na manutenção das usinas. Os empresários admitiram que não se tem ideia muito clara do real valor das exportações brasileiras pois, em razão das sanções, muitos dos produtos brasileiros acabam entrando na Síria por terceiros mercados. Haveria, sempre, um intermediário, sobretudo europeu ou libanês, o que acabaria por encarecer demais o comércio.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

I – Comércio exterior bilateral

I.A – Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil

Dados da SECEX/MDIC indicam que a corrente bilateral de comércio entre Brasil e Síria totalizou, em 2017, US\$ 76 milhões, o que representa piora com relação a 2016 (US\$ 107 milhões), mas é consistente com o nível de 2015 (US\$ 71 milhões). Os números recentes, contudo, dão a dimensão do impacto exercido pelo conflito sobre as trocas comerciais sírias e, especificamente, sírio-brasileiras. Em 2010, antes da eclosão da crise, as trocas haviam atingido o recorde histórico de US\$ 594,8 milhões, cerca de 250% a mais que o volume bilateral de comércio desde 2006: 241,7 milhões (2006), 205,2 milhões (2007), 313,7 milhões (2008), e 307,2 milhões (2009).

Até agosto de 2018, o Brasil havia exportado US\$ 33 milhões para a Síria e importado US\$ 900 mil.

I.B – COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras para a Síria totalizaram, em 2017, aproximadamente US\$ 75 milhões; as importações, US\$ 1,3 milhões. O superávit brasileiro em 2017 registrou uma queda em relação a 2016 de mais de 30% (de US\$ 104 milhões para US\$ 73 milhões). Cumpre observar que esse saldo já foi de US\$ 500 milhões, em 2010, e US\$ 321,6 milhões em 2011. Tradicionalmente, o Brasil exporta produtos primários, tais como açúcar, café, carnes e cereais. Granito, madeiras e borracha, ainda que representando pequena parcela do total, apresentaram alta expressiva quando comparados com anos anteriores.

Sementes de anis (da categoria café, chá, mate e especiarias) foi o principal produto na pauta exportadora síria para o Brasil nos últimos anos.



MAPA



LISTA DE ACORDOS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica	Cooperação Técnica	30/06/2010	Tramitação Congresso Nacional - Aprovado pela CREDN em 16/03/2011. Sem mais andamento.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação na Área da Saúde	Saúde Cooperação	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura.	Agricultura Cooperação Técnica	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria para o Estabelecimento de Consultas entre seus Ministérios das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros.	Consultas Diplomáticas	09/02/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Sanidade Animal e Vegetal	03/12/2003	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo	Turismo, Feira e Exposições	03/12/2003	Em Vigor



Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria para os Anos de 2004, 2005 e 2006	Cooperação Artístico-cultural	03/12/2003	Expirado
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria	Cooperação Educacional e Esportiva	03/12/2003	Em Vigor

DADOS BÁSICOS



NOME OFICIAL	República Árabe Síria
CAPITAL	Damasco
ÁREA	185.180 km²
POPULAÇÃO (2015)¹	17,9 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial), curdo, armênio, siríaco, circassiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Aproximadamente 74% muçulmanos sunitas, 12% alauítas, 10% cristãos e 4% drusos.
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bashar al-Assad
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Imad Khamis
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Walid Al-Muallem
PIB (2015)²	US\$ 28,27 bilhões
PIB PPP (2015)	N/D
PIB PER CAPITA (2015)³	US\$ 1.588
PIB PER CAPITA PPP (2015)	N/D
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Síria (SYP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Encarregado de Negócios Mohamad Khafif (desde setembro de 2017)
EMBAIXADOR NA SÍRIA	Encarregado de Negócios Fabio Vaz Pitaluga (desde setembro de 2018)
COMUNIDADE BRASILEIRA	1300 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)

Brasil – Síria	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan/ago)
Exportações	547,4	366,2	94,4	52,1	112,4	69,6	105,8	74,6	33
Importações	47,4	44,6	2,4	1,3	1,1	1,4	1,1	1,3	0,9
Intercâmbio Total	594,8	410,8	94,9	53,4	113,5	71,1	107	75,9	33,9
Saldo Comercial	499,9	321,6	90	50,8	111,2	68,1	104,6	73,2	32,1

¹ Estimativas Economist Intelligence Unit (Set/2015).

² Idem

³ Idem



00100.155994/2018-18

99999999 - à classificar

Urgentíssimo

Ofício Nº 32 G/AFEPA/SGEX/PARL

Brasília, em 27 de novembro de 2018.

Senhor Presidente,

Faço referência à Mensagem (SF) nº 111, de 2018, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria".

2. A propósito da referida mensagem, informo que consta da indicação ser o diplomata "do Quadro Especial" da Carreira de Diplomata deste Ministério. No entanto, o Ministro Fabio Vaz Pitaluga não integra o referido Quadro, cuja menção se deu por equívoco e requer, portanto, correspondente retificação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNICIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Rivânia
Presidência do Senado Federal
Rivânia Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 27 / 11 / 18 Hs 11:17
Em mãos

Recebido em 27 / 11 / 18
hora: 12:10

Renata Inês da Silva - Mat. 315749
SGM/SLSF

Página 18 de 19

Parte integrante do Avulso da MSF nº 111 de 2018.



Fls. 2 do Ofício Nº 32 G/AFEPA/SGEX/PARL

3. Nesse contexto, muito agradeceria verificar a possibilidade de promover, nos registros internos do Senado Federal, a correção do texto para "... o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, ...".

Respeitosamente,



EDUARDO PAES SABOIA
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

OF1.5369/2018



- Aviso nº 229, de 2018, do Ministro de Estado de Minas e Energia, 26 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 312, de 2018, de autoria do Senador Jorge Viana; A resposta foi encaminhada eletronicamente ao requerente e disponibilizada no sítio do Senado Federal. O Requerimento vai ao Arquivo.

- Aviso nº 206/MF, de 23 de novembro de 2018, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1086, de 2017, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e

- Ofício nº 832/2018/GM/MDS, de 23 de novembro de 2018, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social, em resposta ao Requerimento de Informações nº 246, de 2018, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As respostas foram encaminhadas fisicamente aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

- Aviso nº 574, de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 21 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 211, de 2018, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC;

- Aviso nº 204, de 2018, do Ministro de Estado da Fazenda, de 23 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 212, de 2018, de autoria da CTFC; Os Requerimentos visam a instruir o Aviso nº 57, de 2016. As respostas foram encaminhadas eletronicamente à Comissão requerente e disponibilizadas no sítio do Senado Federal.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O Aviso nº 57, de 2016, vai à CTFC, para prosseguimento da sua tramitação.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução das Mensagens n^os 86, 97 e 100/2018, as matérias aguardarão deliberação do Plenário.



Mensagens do Presidente da República



- nº 676, de 2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso nº 19, de 2018, sancionado e convertido na Lei nº 13.750, de 2018; e

- nº 677, de 2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso nº 38, de 2018, sancionado e convertido na Lei nº 13.751, de 2018.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos.

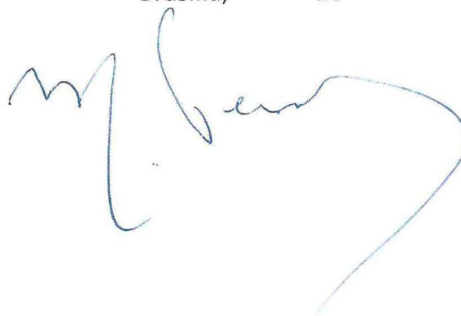


Mensagem nº 676

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 65.583.083,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.750, de 23 de novembro de 2018.

Brasília, 23 de novembro de 2018.

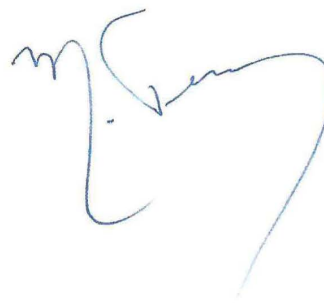


Mensagem nº 677

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 334.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.751, de 23 de novembro de 2018.

Brasília, 23 de novembro de 2018.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2018

Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, que altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.

AUTORIA: Senador Romário (PODE/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS)

DOCUMENTOS:

[- Texto do projeto de decreto legislativo](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018-
CN**

Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, que altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este Decreto Legislativo susta, conforme competência exclusiva do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República, o Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, por exorbitância do poder regulamentar.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), veio ao encontro dos anseios de igualdade, anseios esses de presença profunda e generalizada na população e na cultura brasileiras. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, debatido e aprovado pelos representantes do povo reunidos neste Parlamento, expressa esse anseio de igualdade e de justiça em todo o seu espírito. Pode-se observar tal espírito igualitário em diversos de seus comandos. Assim os artigos 4º, 7º, 8º, 9º,



SF/18480.50891-54



inciso VII, 14, 15, 34, 35, 36, 37, 38, 74, 84 e 88 reiteram, de diversos modos, a preocupação da sociedade em vencer os preconceitos e trazer as pessoas com deficiência ao círculo social de proteção e de produtividade.

O Poder Executivo havia regulado o Estatuto de modo bastante razoável e conforme à Lei ao editar o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Contudo, exorbitou de seu poder regulamentar ao “corrigir” o Decreto mencionado por meio da edição do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018. Este último, conforme diz sua ementa,

Altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para *excluir a previsão de adaptação das provas físicas* para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas *poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos*.

Ao regular a aplicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Decreto não poderia ter se voltado contra ela. Observemos o teor do art. 4º e de seu § 1º:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Observemos também, antes de prosseguirmos com a argumentação, o teor do § 3º do art. 34 do Capítulo VI (Do Direito ao Trabalho) do Título II (Dos Direitos Fundamentais) da Lei:

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

Ou, ainda, vejamos o art. 36 da mesma Lei:



SF/18480.50891-54



Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de **habilitação profissional** e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa **ingressar**, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

Não deve haver hesitação quanto ao fato de o Decreto nº 9.546, de outubro de 2018, contrariar diretamente os artigos citados (e, como um todo, o espírito mesmo da Lei nº 13.146) *quando sua própria ementa não deixa haver dúvidas quanto a isso*. A ementa, citada por inteiro acima, afirma que a finalidade do Decreto nº 9.546 é a de “excluir a previsão de adaptação das provas físicas”; também afirma que os critérios de correção das provas físicas “poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.” Ora, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que o Decreto nº 9.546 tão-somente regula, afirma, no § 1º de seu art. 4º, com meridiana clareza, considerar-se “discriminação em razão da deficiência *toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais* de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas”. Diante de tais comandos, como poderia a ementa do Decreto, bem como o texto do § 4º que acrescenta ao art. 4º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, afirmar que os critérios de correção *poderão* seguir aqueles aplicados aos demais candidatos? A única expressão razoável a regular a Lei seria a de que aqueles critérios apenas poderão ser os mesmos aplicados aos demais candidatos quando, e somente se, a aplicação dos mesmos critérios não implicar distinção, restrição ou exclusão que possa ter por efeito prejudicar, impedir ou anular o exercício de direitos e de liberdades fundamentais, dentre os quais conta-se o direito ao trabalho. Esse, aliás, era o espírito da regulação da Lei anterior à edição do Decreto nº 9.546, de outubro deste ano.

Por fim, mas não menos grave, há o fato de que o novel art. 3º, inciso IV, do Decreto nº 9.508, determina que os editais dos certames públicos deverão exigir, quando da inscrição nos mesmos, apresentação da avaliação biopsicossocial, conforme descrita no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Ocorre que o § 2º do mesmo artigo atribui ao Poder Executivo a obrigação de regulamentar tal tipo de avaliação, e o art. 124, sempre da Lei nº 13.146, de 2015, fixa o prazo de dois anos, a contar da data de sua publicação, para que tal obrigação seja cumprida. Mas jamais houve ato normativo cumprindo tal obrigação legal, tendo o Estado,



SF/18480.50891-54



portanto, se tornado inadimplente no dia 7 de julho de 2017, dois anos após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Temos, então, situação em que o Poder Executivo fixa, como condição indispensável para a inscrição em concurso público, a apresentação de uma avaliação que ele mesmo se recusa a emitir. A absurdidade da situação é tanta que torna não apenas difícil, mas impossível a inscrição de qualquer pessoa com deficiência em qualquer certame público. Não se trata de metáfora ou analogia. Trata-se de absurdo real, que os olhos veem e o coração sente. O decreto tenta revogar, na prática, o Capítulo VI do Título II do Estatuto (arts. 34, 35, 36 e 37), que dispõe sobre o direito ao trabalho. Em nome da ordem jurídica pátria, tal norma não pode seguir vigente.

O simples fato de a alteração do Decreto nº 9.508, de setembro de 2018, sobrevir-lhe trinta e seis dias depois de sua edição torna mais fácil e clara a identificação de seu caráter preconceituoso e, nesta medida, ilegal. A primeira versão da norma regulatória é perfeitamente acorde à Lei, e cumpre bem seu papel. Por razões que desconhecemos, o preconceito, que não sobreviveria ao debate normativo que certamente houve na Presidência da República (daí a boa forma original do Decreto nº 9.508), apresentou-se isolado, quase envergonhado, da presença das outras ideias normativas que compõem, hoje, a regulação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não há, pois, melhor alternativa do que esta que ora propomos, de modo sereno e desassombrado, aos nobres Pares, a quem pedimos apoio para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
PODEMOS/RJ

Senador PAULO PAIM
PT/RS



SF/18480.50891-54



O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 139, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 452, DE 2018

Altera o art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para estabelecer que, após cumprir a pena, o egresso terá direito a passagem rodoviária para a sua cidade de origem.

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera o art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para estabelecer que, após cumprir a pena, o egresso terá direito a passagem rodoviária para a sua cidade de origem.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 25.**

.....
III – no custeio, se necessário, de passagem rodoviária para o retorno à sua cidade de origem.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Embora considerada uma das legislações mais modernas do mundo, a Lei de Execução Penal (LEP) brasileira enfrenta obstáculos na aplicação de muitos de seus dispositivos. Em seu Artigo 1º, a lei apresenta o objetivo de “efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A legislação tenta, de um lado, garantir a dignidade e a humanidade da execução da pena, tornando expressa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos, e, de outro, assegurar as condições para a sua reintegração social. No Artigo 10 está disposto que “a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se esta ao egresso”. A LEP prevê, entre as atenções básicas que devem ser prestadas



2

aos presos, assistência à saúde, assistência psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social e material.

O presente Projeto de Lei quer assegurar a todos os presos que não possuem nenhum valor de pecúlio acumulado ao longo da sua pena, nem condições pessoais e familiares para o seu deslocamento, que o Estado garanta que, uma vez cumprido a pena, o egresso possa retornar para sua cidade de origem, como forma de facilitar a sua ressocialização no seio da sua família e amigos.

A iniciativa já ocorre em alguns estados, como no Rio de Janeiro, por força de convênio celebrado entre a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) e intermediado pelo Conselho Penitenciário do Estado (CPERJ).

A ideia é estender este direito a todos os egressos de nosso sistema penitenciário, razão pela qual conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente PLS.

Sala das Sessões,

Senador CRISTOVAM BUARQUE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal - 7210/84

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>

- artigo 25



O Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, DE 2018

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigor acrescida do seguinte art. 5º-A:

“**Art. 5º-A.** O desempenho acadêmico será considerado como um dos critérios no processo de seleção de estudantes para estágio, especialmente no caso de estágio não obrigatório.”

“**Art.5º-B.** A condição social e familiar será considerado como um dos critérios no processo de seleção para o estágio não obrigatório.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua aprovação.

JUSTIFICAÇÃO

O mérito tem constituído uma categoria discursiva recorrente no mundo político, mas um tanto ausente na educação brasileira dos últimos tempos, especialmente na legislação. É bem verdade que o tema tem sido



distorcido e, não raro, não se considera o ambiente de desigualdades que tem dado lastro a uma perspectiva pouco qualificada do assunto.

Não sabemos até que ponto a expectativa de universalização do acesso à educação básica e a ampliação de oportunidades de educação superior, por meio de mecanismos mais inclusivos, podem elevar a preocupação com o mérito a um novo patamar, de modo a repor ao tema a sua importância na agenda educacional.

Nesse contexto, reputamos oportuna toda iniciativa que aprimore as políticas e a legislação vigentes com vistas a assegurar alguma forma de valorização dos estudos e do reconhecimento do esforço próprio. É com esse afã que sugerimos esta inovação na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei do Estágio.

A mudança ora intentada, no plano formal, busca assegurar que as oportunidades de acesso ao estágio, atividade tão peculiar e cara à formação profissional de nossos jovens, seja informada por uma parcela de mérito concernente à dedicação aos estudos e aos resultados acadêmicos neles obtidos.

É certo que as partes envolvidas com o estágio, a exemplo daquelas que já o fazem, saberão harmonizar essa nova preocupação com as destrezas mais prementes exigidas de seus colaboradores em geral. Assim, no mundo do trabalho, esperamos que as organizações concedentes do estágio, ao reconhecer a importância do zelo com os estudos, acabem por se comprometer com uma formação mais promissora e afeita às suas necessidades, mas também desejável à sociedade como um todo, pois suscitarão um tipo de comportamento que alinha esforços e resultados.



SF/18209.78415-64



3

Destaco ainda que o processo seletivo de estagio privilegia as classes sociais com maior poder aquisitivo e nesse sentido limita e muito as oportunidades daqueles que já não tem muitas oportunidades.

Levar em consideração a condição social e familiar oportunizará um novo horizonte as famílias que tanto precisam e sobretudo oportunizar esses jovens que não tiveram muitas condições em ter uma renda fruto do seu mérito educacional.

Por acreditar que essas mudanças são importantes para despertar o maior interesse dos estudantes por sua educação e, ao cabo, para a melhoria dos indicadores educacionais do País, contamos com o apoio dos nobres Pares à sua aprovação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 - Lei do Estágio (2008) - 11788/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11788>



O Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2018, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, DE 2018

Estabelece a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissional da segurança pública.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Estabelece a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissional da segurança pública.



SF/18092.43124-09

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ação penal, nos crimes previstos no art. 121, § 2º, VII e no art. 129, § 12, ambos do Código Penal, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.

§ 1º A investigação será realizada pelo Departamento de Polícia Federal quando envolver na condição de vítima policiais federais, militares das Forças Armadas, integrantes do sistema penitenciário federal e da Força Nacional de Segurança Pública.

§ 2º A investigação será realizada pelas polícias judiciárias dos Estados e do Distrito Federal quando envolver na condição de vítima policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, integrantes do sistema penitenciário local e guardas municipais das comarcas do respectivo estado.

§ 3º Relatado o respectivo inquérito policial, vencido o seu prazo de duração ou sendo necessária alguma diligência sujeita a reserva de jurisdição, os autos serão encaminhados ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal na forma do *caput*.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/18092.43124-09

JUSTIFICAÇÃO

Nossos profissionais da segurança pública estão desamparados frente à ousadia da criminalidade moderna.

Recentemente o Congresso Nacional editou a Lei nº 13.142, de 6 de julho de 2015, que criou as figuras qualificadas de homicídio e lesões corporais quando praticados contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição. Tais novas figuras também foram incluídas no rol dos crimes hediondos.

Sucedede que, a nosso sentir, tais medidas foram tímidas na medida em que não se ocuparam de aperfeiçoar a investigação, o processo e o julgamento dos mais graves crimes cometidos contra profissionais da segurança pública.

Por essa razão defendemos que tais hipóteses passem a ser crimes federais, ou seja, processados por iniciativa do Ministério Público Federal e julgados pela Justiça Federal.

A investigação se dará conforme a esfera de atuação da vítima: será realizada pelo Departamento de Polícia Federal quando vitimados policiais federais, militares das Forças Armadas, integrantes do sistema penitenciário federal e da Força Nacional de Segurança Pública. Nos demais casos, a investigação caberá à polícia judiciária dos estados.

Com essas breves considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PODE - MT



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 142

- artigo 144

- Lei nº 13.142, de 6 de Julho de 2015 - LEI-13142-2015-07-06 - 13142/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13142>



O Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, DE 2018

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 25 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 25.**

§ 5º Os instrumentos utilizados na prática da infração para os quais não houver utilização lícita possível serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

§ 6º Os veículos terrestres, embarcações, aeronaves e equipamentos apreendidos, empregados na prática de infração ambiental, ficarão sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela apreensão, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até a conclusão do processo administrativo ou o trânsito em julgado da ação penal, sendo proibida a sua destruição.

§ 7º O depósito de que trata o § 6º do *caput* será confiado a órgãos ou entidades da administração pública de qualquer esfera federativa ou a entidades privadas sem fins lucrativos de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional ou hospitalar, podendo o depositário fazer uso dos bens em depósito.

§ 8º Ao proferir a decisão de mérito, a autoridade julgadora decidirá pelo perdimento do equipamento, do veículo, embarcação ou aeronave apreendido, quando confirmada a utilização de tais bens na prática da infração.

§ 9º Os bens objetos de perdimento nos termos do § 8º do *caput* poderão ser incorporados ao patrimônio do órgão ou entidade



2

que os apreendeu, doados a órgãos ou entidades da administração pública de qualquer esfera federativa ou vendidos, conforme decisão motivada da autoridade julgadora.

§ 10. Os órgãos e entidades públicos que se encontrarem sob a condição de depositários serão preferencialmente contemplados na destinação final do bem apreendido.

§ 11. Nos casos em que o resultado do processo não confirmar a prática da infração, o órgão ou entidade responsável pela apreensão restituirá o bem no estado em que se encontrava no momento da apreensão ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão.” (NR)

“Art. 72.

IV – perdimento dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração ou por meio dela produzidos;

§ 6º O perdimento e a destruição referidos nos incisos IV e V do *caput* obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É cada vez mais frequente a destruição, por parte de entidades federais de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de equipamentos e veículos supostamente utilizados na prática de infrações penais ou administrativas contra o meio ambiente. Os fiscais têm banalizado esse tipo de prática, geralmente fazendo uso do fogo para aniquilar caminhões, carretas, tratores, máquinas e demais equipamentos de alto valor monetário.

Muitos bens que poderiam ser destinados a prefeituras ou outros órgãos públicos que atendem a população acabam sendo consumidos em chamas, em prejuízo até mesmo do meio ambiente que os fiscais deveriam proteger, pois a queima desses equipamentos polui a atmosfera e deixa resíduos contaminantes no solo. Diante do cenário de escassez de

SF/18774.44048-51



3

recursos que se abate sobre a administração pública, causa revolta saber que tantos equipamentos extremamente necessários para mitigar mazelas que afligem comunidades pelo Brasil afora estão sendo sumariamente destruídos.

Tal tipo de destruição se perpetra antes mesmo da confirmação do suposto delito, que se dá apenas após o trânsito em julgado do processo administrativo ou penal que visa à apuração da prática infracional. Esse abuso se configura em cerceamento do direito à ampla defesa e ao contraditório, elemento fundamental no estado democrático de direito. Os fiscais ambientais queimam os equipamentos no ato da fiscalização, antes que haja tempo hábil para apresentação de defesa ou impugnação contra o auto de infração. Caso não seja confirmada a autoria ou a materialidade da infração, o cidadão, cujo deslinde do processo aponte sua inocência, já foi prévia e gravemente punido com a destruição de seus bens, arcando com enorme e injusto prejuízo.

Não se pode tolerar que essa nefasta prática continue acontecendo. Nesse sentido, apresento a presente proposição que, além de pretender proibir a destruição de veículos e equipamentos que possam ser licitamente utilizados, procura disciplinar a destinação dos bens apreendidos, permitindo que órgãos e entidades públicos de qualquer esfera federativa, bem como entidades privadas sem fins lucrativos, possam ser depositários ou beneficiários nos casos de perdimento desses bens, com total segurança jurídica.

O novo regramento, a ser incorporado na Lei de Crimes Ambientais, propiciará ganho na gestão pública com o aporte de muitos equipamentos que hoje são utilizados para destruir a natureza e, ao mesmo tempo, promoverá justiça para os casos em que a suposta prática de infração ambiental não seja confirmada, caracterizando a inocência do autuado que, neste caso, não merece perder os seus bens.

Convicto da importância da presente iniciativa, espero a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS



SF/18774.44048-51



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza;

Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>

- artigo 25

- artigo 72



O Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2018, vai às Comissões de Meio Ambiente; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2018

Altera os Decretos-Leis nos 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera os Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.



SF/18955.08383-37

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º**

.....

§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militar contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri, com apuração pela polícia judiciária militar.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 8º do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código Processo Penal Militar, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 8º**

.....

Parágrafo único. A competência da polícia judiciária militar para apurar os crimes militares inclui os dolosos contra vida de civil praticados nas circunstâncias do art. 9º do Código Penal Militar, com ulterior remessa à justiça comum, na forma do art. 82, § 2, deste Código, se for o caso.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto, na verdade, apenas confirma que é atribuição da polícia judiciária militar investigar os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civil, como, por exemplo, os praticados por policiais militares em serviço ou em razão da função, nas circunstâncias do art. 9º do Código Penal Militar (CPM), que define os crimes militares.

O Projeto é extremamente necessário porque as polícias civis têm instaurado inquéritos policiais nesses casos, provocando divergências, acirramento de ânimos, conflitos de atribuições em locais de crime e nas investigações entre as polícias militares e civis, e desnecessárias intervenções do Poder Judiciário para resolver esses conflitos.

As polícias civis, quando investigam esses crimes, deixam de investigar outros crimes dolosos contra a vida que aguardam elucidação.

Além disso, os policiais militares são duplamente investigados, tanto pela polícia militar em inquérito policial militar (IPM), quanto pela polícia civil em inquérito policial, violando-se os princípios da segurança jurídica, da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da economia processual, da especialidade, do *non bis in idem* e do devido processo legal.

Também os oficiais das polícias militares, na qualidade de autoridades de polícia judiciária militar, vêm sendo ameaçados e processados por abuso de autoridade, desobediência ou usurpação de função pública, ao simplesmente cumprir seu dever de instaurar um IPM.

Se atribuíssemos as investigações desses crimes às polícias civis, estaríamos ignorando a natureza militar da função exercida pelos policiais militares, que têm o dever de defender a sociedade, inclusive usando armas de fogo. Não podemos submeter a atuação de policiais militares à polícia civil, até porque o controle externo da atividade policial cabe ao Ministério Público (art. 129, VII, da Constituição Federal – CF).

A polêmica foi criada com a Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996, que transferiu a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil da justiça militar para a justiça comum, no caso, o Tribunal do Júri.



SF/18955.08383-37



Ocorre que essa lei, além de não ter retirado a natureza militar do homicídio doloso praticado por militar (art. 9º, II, *b, c e d*, do CPM e art. 205 do CPM), ainda acrescentou um § 2º ao art. 82 do Código de Processo Penal Militar (CPPM) para prever que “nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum”.

Também a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, manteve o caráter militar do crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil no § 4º do art. 125 da CF.

Vale lembrar que, de acordo com o § 4º do art. 144 da CF, não compete às polícias civis a apuração de infrações penais militares, e que, conforme o art. 8º, *a*, do CPPM, compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares.

Outro ponto é que não se pode confundir inquérito com processo. O processo passou a ser de competência do Tribunal de Júri, mas o inquérito continuou a cargo da polícia judiciária militar.

E por que o inquérito deve continuar a ser um IPM? Porque o primeiro exame do inquérito, destinado a identificar a hipótese de crime doloso contra a vida, é feito pela Justiça Militar. De acordo com o art. 23 do CPPM, os autos do inquérito serão encaminhados ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal. Registrado o IPM, dar-se-á vista ao Representante do Ministério Público junto à Justiça Militar, que formará sua *opinio delicti* (opinião sobre o delito).

Nessa fase, pode ser que se caracterize homicídio culposo (art. 206 do CPM), crime de competência da Justiça Militar (do Conselho de Justiça na Justiça Militar da União – art. 124 da CF – ou do Juiz de Direito da Justiça Militar Estadual e do Distrito Federal – art. 125, § 5º, da CF), ainda que praticado contra civil.

Mas, confirmando-se o crime doloso, é o juiz militar que se declara incompetente mediante despacho por ocasião do oferecimento da denúncia, ou que declina de sua competência para o Tribunal do Júri na sentença de pronúncia.

O entendimento aqui exposto já foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, que indeferiu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.494, em que se questionava a



SF/18955.08383-37



4

constitucionalidade do § 2º do art. 82 do CPPM, e reconheceu a “aparente validade constitucional da norma legal”.

Também o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo compartilhou esse posicionamento ao reconhecer a inconstitucionalidade da Resolução da Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo nº 40, de 24 de março de 2015, que delegava as providências preliminares investigativas nos crimes com morte decorrente de intervenção policial, inclusive militares, ao delegado de polícia.

Por estarmos convencidos de que se trata de aperfeiçoamento importante de nossa lei penal, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PODE - MT



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de Outubro de 1969 - Código Penal Militar - 1001/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1001>
 - parágrafo 1º do artigo 9º
- Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de Outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar - 1002/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1002>
 - artigo 8º
- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - EMC-45-2004-12-08 , PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45>
- Lei nº 9.299, de 7 de Agosto de 1996 - LEI-9299-1996-08-07 - 9299/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9299>



O Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2018

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, a taxas de juros inferiores ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional;

II – benefícios ou subsídios financeiros: os desembolsos realizados por meio das equalizações de juros cujos valores constam do orçamento da União; e

III – incentivos fiscais: as renúncias tributárias com objetivo de promover políticas creditícias.

Art. 3º O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada quadrimestre, na internet, demonstrativos sobre:

I – impacto fiscal dos benefícios ou subsídios creditícios, bem como dos incentivos fiscais, concedidos em operações de crédito realizadas no Sistema Financeiro Nacional; e

II – dos desembolsos e das inscrições em restos a pagar realizados por meio de benefícios ou subsídios financeiros.

§ 1º Os demonstrativos previstos nos incisos I e II serão elaborados com os seguintes objetivos:

I – apurar custo fiscal explícito e implícito das operações creditícias e financeiras identificadas, no mínimo, por região, modalidade, programa de aplicação e setores da economia beneficiados;



SF/18641.35672-99

II – apresentar os objetivos e os resultados econômicos e sociais alcançados da política creditícia, a fim de incentivar a entrega de resultados na forma mais adequada às necessidades dos beneficiários;

III – melhorar a alocação de recursos entre programas de crédito e outros programas governamentais, especialmente a partir de análises de custos e benefícios auferidos e potenciais; e

IV – evidenciar o custo das políticas creditícias em base orçamentária equivalente à de outros gastos federais.

§ 2º Os subsídios derivados de operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de crédito lastreadas em recursos captados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a taxas inferiores ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional serão evidenciados nos demonstrativos de que tratam este artigo.

§ 3º A taxa de juros utilizada no cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional será a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os títulos federais, definida pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º Para fins de regionalização do subsídio financeiro ou crédito apurado, será considerado o critério de localização do beneficiário final.

§ 5º Atos próprios dos Poderes Executivo e Legislativo poderão estabelecer acordos de cooperação técnica para estimar os impactos fiscais de proposições que impliquem prorrogação ou ampliação das despesas com subsídios e subvenções creditícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei pretende instituir um sistema de controle e avaliação dos custos e benefícios das políticas de crédito que envolvem subsídios e incentivos fiscais. O poder Executivo federal deverá publicar periodicamente avaliações técnicas de todos os resultados das operações creditícias realizadas no País com taxas de juros favorecidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é rigorosa no controle e na transparência das renúncias tributárias. Esta matéria está em seu art. 14. Entendemos que o mesmo tratamento deve ser dado aos subsídios creditícios –



aqueles que decorrem de empréstimos e financiamentos concedidos pelo setor público com taxas de juros abaixo do custo de captação do Governo federal.

Convém sublinhar que a proposta abaixo levou em conta a experiência de parte da primeira medida que aprovei no Senado em 2015, bem como a reforma ocorrida nos Estados Unidos, no início da década de 90, visando reformular os procedimentos orçamentários da política creditícia desse país.

No início da atual legislatura, em 2015, ainda tramitava no Congresso a Medida Provisória – MP – nº 663, de 2014, que autorizava a União a equalizar taxa de juros nas operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional – BNDES no âmbito do Programa de Sustentação de Investimentos - PSI. Na apreciação da proposição, apresentei e aprovei uma emenda para obrigar a Fazenda a publicar periodicamente o impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o BNDES, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido à União. Mais ainda, a emenda dispôs que o Governo deveria passar a informar, no mesmo relatório, o valor devido pela União nas respectivas operações de equalização da taxa de juros praticadas no PSI.

Essas inovações representaram um grande avanço na transparência das contas públicas. O relatório “Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e nos empréstimos ao BNDES”, publicado bimestralmente pelo Tesouro Nacional, tem sido fonte de informação sobre o impacto fiscal das operações realizadas com o BNDES. Vale lembrar a respeito a menção feita pelo Senador Anastasia no relatório sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma, quando tratou dos custos dos empréstimos do Tesouro ao Banco: “...de autoria do Senador José Serra, que acresceu o § 17 ao art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, impondo ao Ministério da Fazenda a obrigatoriedade de divulgação bimestral desses custos”.



SF/18641.35672-99



SF/18641.35672-99

De acordo com o boletim referente ao exercício financeiro 2017, o “valor total dos subsídios financeiros – relacionados com a diferença entre a taxa de juros recebida pelo financiador e a que é paga pelo mutuário e que gera desembolsos periódicos de pagamento pelo Tesouro ao BNDES – somou R\$ 6,0 bilhões em 2017. Os subsídios creditícios, derivados da diferença entre o custo de captação do Tesouro e o custo contratual dos empréstimos concedidos a este banco, por sua vez, atingiram R\$ 15,7 bilhões”.

No ano passado, o Congresso aprovou a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela taxa de Longo Prazo (TLP) nos novos financiamentos do BNDES. Em resumo, o custo dos empréstimos com a TLP será muito próximo do custo de captação do governo federal em títulos de cinco anos, reduzindo o volume dos subsídios implícitos. Nas discussões havidas demonstramos, porém, que a nova medida teria impactos orçamentários adicionais, já que a redução levaria a um aumento dos subsídios explícitos previstos no Orçamento.

A nossa proposta também abrange análises econômicas e fiscais sobre as relações entre o Tesouro e as demais instituições financeiras federais, os incentivos tributários e os fundos legalmente constituídos no âmbito da política creditícia. No caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a Lei nº 11.977, de 2009, obriga o governo federal a conceder descontos em financiamentos do Minha Casa Minha Vida (MCMV). Surgem aqui dois tipos de despesas para bancar subsídios. A primeira é o desembolso orçamentário destinado a cobrir parte do subsídio existente no programa. Em 2016, as transferências do Tesouro para financiar os descontos em financiamentos do MCMV foram de R\$ 6,9 bilhões.

O segundo tipo de despesa acontece quando o FGTS concede subsídios com a rentabilidade da sua carteira de títulos públicos. Como o custo dos depósitos do fundo é de apenas TR + 3% e a receita com títulos garante ao



fundo um fluxo médio equivalente à Taxa Selic, há um benefício em favor do FGTS que não é evidenciado nos relatórios do governo.

Outro exemplo são os subsídios de natureza tributária concedidos nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação e no crédito rural com recursos da poupança. Como a poupança é isenta de IR, há subsídio implícito nos empréstimos feitos com esses recursos. Dado o saldo da poupança, hoje em R\$ 780 bilhões, a renúncia do IR pode ser estimada em R\$ 12 bilhões anuais. Esse exemplo demonstra a dificuldade de identificar os subsídios na complexa arquitetura das operações financeiras.

De fato, é imperativa a necessidade de desenvolvermos um sistema de avaliação da política creditícia no país. Não é demais lembrar que os relatórios sobre o impacto fiscal das operações realizadas pelo governo federal ampliarão a transparência das análises sobre os custos e os benefícios dos financiamentos concedidos pelo setor público.

A reforma promovida nos Estados Unidos conhecida como *Federal Credit Reform Act of 1990* reforçou nossa intenção de apresentar este projeto de lei. A lei americana revolucionou os mecanismos de apuração e controle da política creditícia. Seus objetivos explícitos foram: (i) medir com mais precisão os custos dos programas de crédito federais; (ii) evidenciar os custos dos programas de crédito em uma base orçamentária equivalente a outros gastos federais, trazendo conceitos relevantes de contabilidade para a política creditícia; (iii) incentivar a entrega de resultados na forma mais adequada às necessidades dos beneficiários; e (iv) melhorar a alocação de recursos entre programas de crédito e outros programas de gastos.

Diante dos desafios para evitar o desequilíbrio fiscal, é preciso ampliar a transparência dos gastos públicos, especialmente aqueles que beneficiam setores específicos da economia. É essencial que o Congresso



SF/18641.35672-99



disponha de informações importantes sobre os resultados da política creditícia adotada pelo governo federal.

Confiamos que esta proposição ampliará significativamente a transparência da política creditícia adotada no país, motivo pelo qual a submetemos à consideração dos demais Senadores.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA
PSDB-SP



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 - Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida - 11977/09

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11977>

- Lei nº 12.096, de 24 de Novembro de 2009 - LEI-12096-2009-11-24 - 12096/09

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12096>

- artigo 1º



O Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2018, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2018

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.



SF/18586.15219-08

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 10**

.....

§ 5º Os dados levantados na etapa de diagnóstico de estudos de impacto ambiental para o licenciamento previsto no *caput* integrarão o sistema estabelecido no inciso VII do art. 9º desta Lei e poderão ser aproveitados no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região, desde que adequados em metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento das informações.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Considerável avanço de nossa Constituição Federal foi estabelecer a exigência de elaboração de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente (art. 225, § 1º, inciso IV). O EIA-RIMA, como ficou conhecido esse estudo e seu relatório sintético, constitui, assim, importante instrumento a garantir a incorporação de princípios basilares do Direito Ambiental, como precaução, prevenção, poluidor-pagador, informação e



participação, a respeito de empreendimentos que, para funcionarem, deverão percorrer o rito administrativo do licenciamento ambiental.

Sabemos, no entanto, que o EIA é um estudo extenso, complexo e interdisciplinar, que deverá contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução da atividade, a partir do diagnóstico dos meios físico, biótico e socioeconômico da área a ser afetada. Precisamente por isso, o EIA costuma ser caro e demandar meses para sua conclusão, pois impõe a contratação de especialistas diversos, levantamento de dados primários e secundários, incursões a campo em diferentes épocas do ano e, a depender da tipologia do empreendimento, análises laboratoriais e computacionais.

Essa é uma das razões para a excessiva demora nos procedimentos de licenciamento ambiental. Não raramente, para esses estudos são exigidas complementações e análises complexas que tardam sobremaneira a expedição de um parecer conclusivo do órgão ambiental e da própria licença ambiental.

Ainda mais grave é o fato de, a cada novo pedido de licenciamento ambiental, mesmo que em uma mesma área geográfica, ser exigido novo EIA que efetuará diagnósticos numa região já investigada em estudos anteriores. Com efeito, há aspectos ambientais que permanecem imutáveis ao longo do tempo ou que se alteram no largo horizonte temporal, como geologia, geomorfologia e determinados parâmetros climáticos, que bem poderiam ser aproveitados em novos estudos. No que concerne ao meio biótico, espécies raras amostradas em estudos anteriores podem não ser detectadas em novos licenciamentos, eivando de vício a análise do real impacto do empreendimento.

Disso podem resultar duas consequências práticas: o retrabalho e, por conseguinte, o desperdício de esforços ou a reprodução pouco crítica de informações já levantadas, em vista da economicidade.

Nossa proposta enfrenta essas situações ao instituir a possibilidade de um EIA-RIMA se valer de dados de diagnóstico trazidos em outro, desde que obtidos na mesma área geográfica e adequados em metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento. Para isso, sugerimos que esses dados integrem as bases do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA).

Dessa forma, não apenas os custos do estudo serão diminuídos, como também o tempo necessário para sua realização, o que agregará agilidade ao



procedimento de licenciamento ambiental – uma das principais críticas desferidas a esse instrumento.

Vantagem adicional da possibilidade de aproveitamento de informações secundárias, apuradas em EIAs anteriores, é a formação de um banco de dados sobre determinada área e a possibilidade de acompanhamento da evolução de seus parâmetros socioambientais. Dessa forma, fomenta-se uma cultura de informações que poderá nortear, de maneira clara, científica e transparente a proposição de políticas públicas adequadas à melhor gestão daquele espaço geográfico.

Certo de que essa iniciativa contará com o apoio de meus pares, conclamo todos para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA



SF/18586.15219-08



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- artigo 10



O Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2018, vai à Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 54, DE 2018

Autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Palmas (Tocantins);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

rp2018-07697




SF/18947.69667-13

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 16.200.000,00 (dezesesseis milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa *Libor* para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,90% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso IX em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

rp2018-07697



XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 15 (quinze) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX, reduzindo, neste período, a margem para 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Palmas e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



rp2018-07697



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 112, de 2018, da Presidência da República (nº 675, de 22 de novembro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.



RELATORA: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 112, de 2018, da Presidência da República (nº 675, de 22 de novembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Palmas, Estado do Tocantins, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

O programa tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade da população e de acesso aos serviços públicos essenciais, por meio da realização de gastos nos seguintes componentes: pavimentação e sinalização de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais. Na essência, o programa promoverá incremento das receitas e redução das despesas municipais, com a ampliação da infraestrutura urbana à disposição dos habitantes de Palmas.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos





(Cofix), na forma da Recomendação nº 04/0116, de 3 de maio de 2016, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 10 de maio de 2016, estando os desembolsos da operação de crédito externo previstos para ocorrerem entre os anos de 2018 e 2022. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA817817 em 19 de dezembro de 2017.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da RSF nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 379, de 20 de setembro de 2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM) da STN informa que o programa de gastos do mutuário contará com contrapartida mínima de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

A COPEM declara que o Município de Palmas atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a COPEM atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de

rp2018-07697



operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a COPEM, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Palmas, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 2.374, de 19 de fevereiro de 2018) e conta com dotações necessárias e suficientes na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Lei municipal nº 2.375, de 19 de fevereiro de 2018), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Em relação à adimplência, a COPEM afirma que o Município de Palmas está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a COPEM cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e do controle da despesa total com pessoal.

A COPEM revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 1º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 38,26% (trinta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) de sua RCL, portanto, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) da RCL estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a COPEM relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de Parceria Público-Privada.

Ademais, a COPEM cita o Memorando SEI nº 79, de 19 de julho de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *Libor* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem definida pela CAF, está situado em 5,09% (cinco inteiros e nove centésimos por cento) ao ano para uma *duration* de 8,33 anos, que é inferior ao custo das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 5,69% (cinco inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano para a mesma *duration*. Assim, inexistente restrição para

rp2018-07697

SF/18947.69667-13




SF/18947.69667-13

eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Palmas oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem de como outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei Complementar municipal nº 365, de 1º de fevereiro de 2017, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto à CAF, segundo o Memorando SEI nº 58, de 17 de setembro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN.

A seu tempo, por meio da Nota SEI nº 77, de 19 de julho de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Palmas é “A”, de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do município reflete a combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento, liquidez e poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 140, de 30 de outubro de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos, isto é, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, são devidamente observadas no pleito em análise.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

III – VOTO

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 112, de 2018, nos termos do seguinte:

rp2018-07697



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Palmas (Tocantins);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

rp2018-07697





SF/18947.69667-13

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa *Libor* para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,90% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso IX em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

rp2018-07697



XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 15 (quinze) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX, reduzindo, neste período, a margem para 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Palmas e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



rp2018-07697





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 27/11/2018 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALÍRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 112/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

27 de Novembro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa ao Projeto de Resolução do Senado no 54/2018.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2018

Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 94/2017-Complementar.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº DE 2018

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do regimento interno do Senado Federal, requieiro a retirada do seguinte Projeto de Lei do Senado de minha autoria:

- 1- PLS nº 94/2017(complementar), que dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre os entes federativos, para instituir o regime de juros simples.

Sala das Sessões, 20 de Novembro de 2018.

SENADORA ROSE DE FREITAS
PODE/ES

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



SF/18299.04295-04





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 554, DE 2018

Retirada em caráter definitivo do PDS 175/2017.

AUTORIA: Senador Wilder Morais (DEM/GO)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/18823.06573-88 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PDS 175/2017, que *convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento*.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto previa a realização de plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento juntamente com as eleições de 2018, mas, passadas as eleições sem sua aprovação, houve perda de objeto.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2018.

Senador Wilder Moraes
(DEM - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 555, DE 2018

Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2017.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Deferido.



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº DE 2018

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do regimento interno do Senado Federal, requieiro a retirada do seguinte Projeto de Lei do Senado de minha autoria:

- 1- PLS nº 95/2017 que dispõe sobre o regime diferenciado de contratações diferenciadas.

Sala das Sessões, 20 de Novembro de 2018.

SENADORA ROSE DE FREITAS
PODE/ES

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



SF/18630.87633-97



A matéria vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 556, DE 2018

Aditamento ao RQS 459/2018, de licença dos trabalhos da casa.

AUTORIA: Senadora Regina Sousa (PT/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa
SF/18195.11973-86 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, em aditamento ao RQS 459/18, já aprovado, licença para desempenhar missão no exterior, em Madri, Espanha, também no dia 31 de outubro, quando participei como Subcoordenadora da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, no Encontro Parlamentar Global contra a Fome e a Má Nutrição.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2018.

Senadora Regina Sousa
(PT - PI)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2018

Informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acerca da atuação do BNDES junto ao Fundo Amazônia.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)

DESPACHO: À COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

REQUERIMENTO Nº DE

SF/18117.90446-80 (LexEdit)

Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Junior, informações sobre a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativas ao Fundo Amazônia.

Nesses termos, requisita-se resposta às seguintes questões:

1. Quais são as regras para a captação de recursos para o Fundo Amazônia?
2. Qual o valor das doações recebidas pelo Fundo Amazônia de governos estrangeiros?
3. Quais foram os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e quais os valores destinados a cada um deles?

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e



combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O fundo é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também é responsável pela captação de recursos e pela contratação e monitoramento dos projetos e ações apoiados.

Há registros de que o Fundo Amazônia recebe doações de governos estrangeiros, como no caso da Noruega, e de empresas. Entretanto, é preciso esclarecer as regras para a captação de recursos para o Fundo Amazônia, discriminar o valor das doações recebidas e caracterizar os projetos apoiados pelo fundo.

Dessa forma, solicito o encaminhamento do presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2018.

Senador José Medeiros
PODE - MT

SF/18117.90446-80 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 558, DE 2018

Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 295/2018.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº DE 2018

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do regimento interno do Senado Federal, requieiro a retirada do seguinte Projeto de Lei do Senado de minha autoria:

- 1- PLS nº 295/2018 que dispõe sobre o BPA.

Sala das Sessões, 20 de Novembro de 2018.

SENADORA ROSE DE FREITAS
PODE/ES

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



A matéria vai ao arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 559, DE 2018

Realização de sessão especial, em 11 de dezembro de 2018, destinada a homenagear a memória de Fabrizio Fasano.

DESPACHO:: Deferido

AUTORIA: Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PRB/MS), Senador Raimundo Lira (PSD/PB), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA MARTA SUPLICY

REQUERIMENTO Nº 559 DE 2018

Senhor Presidente,

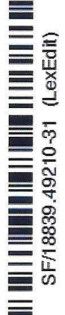
Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 11/12/2018, em homenagem à memória do empresário **FABRIZIO FASANO**, falecido na madrugada do último dia 24 de novembro de 2018, em São Paulo, aos 83 anos.

JUSTIFICAÇÃO

Ousado, inovador, sofisticado, empresário que procurou, em tudo, colocar a qualidade em primeiro lugar, Fabrizio Fasano, da rede de hotéis e restaurantes Fasano, representa o espírito empreendedor que tanto prezamos e que fez diferença para a nossa cidade de São Paulo. Ao lado do filho, Rogério, comandou o Grupo Fasano um expoente da gastronomia e da hotelaria do nosso país. O nome Fasano é emblema de requinte paulistano.

Fabrizio honrava a tradição iniciada pela família. Em 1902, tivemos a inauguração de uma confeitaria no Centro de São Paulo pelo seu avô, Vittorio Fasano, italiano de Milão.

Depois, seu pai, Ruggero, deu continuidade ao legado gastronômico, mais uma vez, apostando no Centro, no famoso endereço da Rua Vieira de Carvalho.



Página: 1/3 27/11/2018 16:50:12

f31d7b527d17ed2dd0d7fb6eabb98b497f80f31



Além de apoiar o pai, ao lado dos amigos Luis Carta (1936-1994) e Domingo Alzugaray, Fabrizio fundaria a Editora Três.

Ao passo que São Paulo expandia os negócios, os Fasanos ampliaram investimentos, sempre gerando empregos e promovendo a imagem da cidade como espaço de excelência na gastronomia.

Depois, eles foram para o eixo da Avenida Paulista, onde receberam e tivemos a oportunidade de conferir, no país, o talento de artistas internacionais, como Nat King Cole, sob os aplausos de celebridades como David Niven, Marlene Dietrich e Ginger Rogers. Receberam autoridades internacionais, dentre eles, Fidel Castro e o presidente norte-americano Dwight Eisenhower.

Já em 1982, Fabrizio Fasano, um executivo com formação em administração de empresas nos Estados Unidos, ao lado de seu filho Rogério, abriu o restaurante no Shopping Eldorado. Dizia ele: “Apostamos na maturidade de São Paulo, que começava a ficar mais exigente no paladar”.

Os Fasano, também, tiveram a ousadia de apostar numa versão menor e muito requintada de restaurante, cartão de visitas paulistano, na rua Amauri. Esse foi transferido para a Rua Haddock Lobo, sendo marco da nossa melhor gastronomia. No ano de 2003, com a abertura do Hotel Fasano São Paulo, foi para a rua Vittorio Fasano.

A inauguração desse hotel foi ponto de partida para novos desafios do grupo. Empreendimentos no Rio de Janeiro, fora do país, em Punta del Este.

A excelência no atendimento de hotéis e restaurantes da rede Fasano coroa o trabalho de um empreendedor visionário. Assim, Fabrizio Fasano, falecido em 24 de novembro último, deixa saudades e o exemplo de perseverança, de pluralidade, de espírito criativo e otimista.



SF/18839.49210-31 (LexEdit)

Página: 2/3 27/11/2018 16:50:12

f31d7b527d17ed2dd0cd7fb6eabb98b497f80f31



Por sua história de vida, apresentamos nosso respeito, consideração e consternação e vimos propor que seja realizada sessão solene, pelo Senado Federal, em homenagem à sua memória.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2018.


Senadora Marta Suplicy
(MDB - SP)



Nome do Senador	Assinatura
Antonio Aníbal	
Ricardo Terraço	
Alcides Oliveira	
Luís Chaves (PAB)	
Romualdo	
Paulo Pery	
TERENÇO BERTOLINI GELU	

Página: 3/3 27/11/2018 16:50:12

f31d7b527d17ed2dd0d7fb6eabb98b497ff80f31





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 561, DE 2018

Sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013.

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

DESPACHO: À Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial (Art. 374-RISF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 335, II, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que “reforma o Código Comercial”, para aguardar o resultado das seguintes diligências:

- Estudo de impacto do projeto de novo Código Comercial no cotidiano dos empresários, tendo em vista que o projeto de Código faz modificações principiológicas significativas na dinâmica empresarial.
- Estudo de impacto do projeto de novo Código Comercial no agronegócio, sobretudo no que concerne às atividades desempenhadas por pequenos agricultores.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2018

Realização de sessão especial, em 10 de dezembro de 2018, destinada a comemorar os 88 anos de criação do Ministério do Trabalho.

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Raimundo Lira (PSD/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

à mesa
em 27.11.18.

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 10 de dezembro de 2018, às 11h, com a finalidade de comemorar os 88 anos de criação do Ministério do Trabalho.



SF/18064.48019-79

Sala das Sessões,

Paulo Rocha

Senador **ROMERO JUCÁ**

antonio enastasio Tebet

R. LIRA
Paulo Lira

PAULO PAIM
Reginaldo
Rebora Sousa

antonio sandra
Ferreira e Silva

Página: 1/1 27/11/2018 14:27:49

fcsd7d4d152eb0acfb2a49a973d3ee679a0fd739





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2018

Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Victorina Campbell Marques.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/18948.55850-90 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 84 anos de idade, da Senhora Victorina Campbell Marques, ocorrido em 25 de novembro corrente, em Manaus/AM, bem como a apresentação de condolências aos seus filhos, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Mauro Campbell Marques e da Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, Sra. Vânia Marinho.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu no domingo passado, em Manaus, a Sra. Victorina Campbell Marques, a Dona Vivi, como era carinhosamente chamada pelos íntimos. Ela era a mãe orgulhosa da Sra. Vânia Marinho, eminente promotora do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como de uma das grandes expressões do campo jurídico Brasileiro, o Ministro Mauro Campbell.

O Voto de Pesar que requeiro é, pois, um tributo de homenagem à ilustre Senhora e de condolências aos familiares, especialmente aos seus filhos que muito honram o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Brasil.



Peço a Deus que conforte o coração de seus familiares e amigos, e solicito apoio aos meus nobres pares à essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2018.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2018

Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor João dos Santos Pereira Braga.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/18347.52086-10 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido na noite de 26 de novembro de 2018, em Manaus/AM, do Dr. João dos Santos Pereira Braga, bem como a apresentação de condolências aos seus familiares, através de seu filho, o Sr. João Coelho Braga.

JUSTIFICAÇÃO

O Amazonas está de luto.

Foi com enorme pesar que recebi a triste notícia do passamento do Dr. João dos Santos Pereira Braga, um dos nomes reverenciados com grande admiração e respeito pelo povo amazonense e por todos aqueles que o conheciam Brasil afora.

Com uma carreira notável, atuou como Procurador Geral de Justiça e era Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, onde presidiu nos anos de 2000, 2001 e 2005. Advogado brilhante, presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas. Era um professor de direito querido na Universidade Federal do Amazonas, na Universidade Nilton Lins e na Faculdade Martha Falcão. Pai de João Coelho Braga, o “Braguinha” e tio do subprocurador



geral do MPAM, Fábio Monteiro, o ex-conselheiro deixa ainda mais sete filhos, 14 netos e dois bisnetos.

Dele me despeço com todo carinho, pedindo a Deus que conforte o coração de seus familiares, amigos e de todos que o queriam bem, solicitando aos meus nobres pares o apoio necessário à essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2018.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)

SF/18347.52086-10 (LexEdit)



Término de prazo



Encerrou-se em 16 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016.

Ao Projeto foram apresentadas as Emendas nºs 4 a 19-Plen.



**PLC 79/2016**
00004SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)**EMENDA Nº 4 – PLENÁRIO**
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

Art. 8º O art. 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º, 5º e 6º:

“**Art. 163.**

.....

§ 4º A transferência da autorização de uso de radiofrequência entre prestadores de serviços de telecomunicações dependerá de anuência da Agência, nos termos da regulamentação, e estará sujeita a limites razoáveis da porção do espectro autorizado, de modo a não configurar violação ao princípio da licitação pública.

§ 5º As transferências de autorização serão condicionadas a compromissos de investimento e deverão ser empregadas como mecanismos para o incremento da competição e da eficiência da alocação do espectro de frequências.

§ 6º A não utilização ou a utilização parcial ou ineficiente do espectro de frequências pela autorizada implicará a extinção da autorização, no todo ou em parte.”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

SF/18682.44033-60





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

O PLC nº 79, de 2016, também cria um mercado secundário de frequências, ao permitir a transferência direta de autorizações entre prestadoras de serviços de telecomunicações, por meio de alteração proposta ao art. 163 da LGT. Embora essa medida possa trazer eventuais benefícios, como o ganho de eficiência no uso do espectro, o texto proposto no projeto não contempla as proteções necessárias para garantir que não seja explorada de forma inapropriada.

Deve-se ressaltar que, com essa possibilidade de transações diretas entre prestadoras, abre-se uma porta para que empresas privadas se apropriem dos recursos que poderiam ser obtidos com uma nova concorrência pela autorização para uso do espectro de frequências, que é de titularidade da União. Assim, a medida proposta pode se transformar em efetiva transferência de recursos público para empresas privadas, o que não se pode admitir.

Novamente se ressalta estamos falando de um ativo que já rendeu à União 35 bilhões de reais em valores não corrigidos e que, dessa maneira, não pode ser tratado de forma leviana.

Ademais, o texto restringe os condicionamentos a serem impostos às transferências a questões concorrenciais, não vedando, em princípio, transferências integrais das frequências autorizadas a determinada empresa, o que, na prática, configuraria grave violação ao princípio da licitação.

Dessa forma, são necessários ajustes ao texto proposto, para, mantendo os benefícios pretendidos, garantir proteções contra o uso indevido do instituto que se pretende criar.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA





PLC 79/2016
00005

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 5 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao § 1º do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B.

§ 1º O valor econômico referido no *caput* deste artigo será a diferença entre o valor esperado a partir da exploração do serviço adaptado em regime de autorização e o valor esperado da exploração desse serviço em regime de concessão, calculados a partir da adaptação, considerada a reversibilidade dos bens e todos os demais ônus associados à concessão.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de se buscar uma solução legal para as concessões de telefonia fixa, que vêm perdendo rentabilidade e podem se tornar deficitárias, é inquestionável. Apesar disso, ao construir essa solução, o PLC nº 79, de 2016, adota algumas diretrizes questionáveis.

As regras propostas para a adaptação do regime jurídico das atuais concessões, por exemplo, necessitam de ajustes que, embora sejam pontuais, são de extrema relevância.

Deve-se ter em mente que as adaptações de regime que o projeto pretende instituir são, na realidade, alterações aos contratos de concessão



SF/18508.80768-02





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

firmados entre o Poder Público e as empresas concessionárias, que estão em vigor e que, em princípio, deveriam ser cumpridos integralmente. As alterações contratuais se justificam apenas pela necessidade de se evitar que as atuais concessões, que não são mais interessantes como políticas públicas, tragam custos ao Tesouro ao eventualmente se tornarem deficitárias.

Dessa maneira, ao se estabelecerem as modificações às regras contratuais vigentes, deve-se observar, tanto quanto possível, as regras originalmente acertadas entre as partes. De outro modo, as alterações deixam de se explicar como efetivamente necessárias e podem se transformar em meio de atribuir prejuízos ilegítimos a uma das partes.

Então, a questão central que deve se analisar é a magnitude das alterações contratuais realmente necessárias para evitar que as concessões atuais se transformem em fonte de prejuízos. Avançar além desse ponto não se justifica.

A análise do tema revela que a fonte de eventual prejuízo das atuais concessões são as obrigações de universalização e de continuidade a que as empresas estão vinculadas. São essas obrigações que impõem a realização de investimentos sem retorno e a manutenção de serviços sem demanda, prejudicando a rentabilidade da concessão.

Como consequência, é essencialmente por essa razão que se justifica a modificação legal proposta.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador Paulo Rocha



SF/18508.80768-02





PLC 79/2016
00006

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 6 – PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 68-C da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-C. Para efeito do cálculo do valor econômico mencionado no art. 68-B, serão considerados bens reversíveis, se houver, todos os ativos vinculados à concessão.

Parágrafo único. Os bens reversíveis serão valorados abatendo-se as parcelas de investimentos a eles vinculados, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.”

JUSTIFICAÇÃO

De modo geral, as regras previstas no PLC nº 79, de 2016, para a adaptação do regime de jurídico de prestação do serviço se mostram razoáveis. Há, contudo, ponto que precisa ser melhor abordado, no que tange ao cálculo do valor econômico associado à adaptação.

O atual art. 102 da LGT estabelece que:

Art. 102. A extinção da concessão transmitirá automaticamente à União a posse dos bens reversíveis.

Parágrafo único. A reversão dos bens, antes de expirado o prazo contratual, importará pagamento de indenização pelas parcelas de investimentos a eles vinculados, ainda não amortizados ou



SF/18740.45728-63





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Ora, a adaptação de regime jurídico que se pretende viabilizar por meio do PLC nº 79, de 2016, caracteriza, na realidade, a “extinção da concessão”, ainda que realizada antecipadamente. Assim, em tese, todos os bens reversíveis deveriam ser transmitidos à União, com o pagamento de indenização pelas parcelas de investimentos vinculados ainda não amortizados ou depreciados.

Ocorre que, se o serviço objeto da concessão já não é mais interessante como política pública, não há efetivamente interesse da União na manutenção dos bens reversíveis em sua propriedade. Dessa maneira, a solução proposta pelo projeto de transformar o valor desses bens em compromissos de investimentos é, em princípio, razoável.

O que definitivamente não é razoável é o critério que o projeto adota para definir quais são os bens reversíveis e para valorá-los, no caso de serem utilizados de forma compartilhada para a prestação de outros serviços.

O *caput* do art. 68-C proposto pelo PLC 79/2016 exclui da definição dos bens reversíveis quaisquer ativos que não sejam essenciais ou que não estejam sendo efetivamente empregados na prestação do serviço de telefonia fixa. **Essa definição não está de acordo com os termos do contrato de concessão em vigor e, claramente, trará enorme redução à valorização desses bens, provocando prejuízo ao patrimônio público.**

Apenas para citar um exemplo, há diversos imóveis que estão atualmente vinculados à concessão, nos termos do contrato vigente, e que, consequentemente, seriam devolvidos à União ao final do contrato. Muitos desses imóveis não estão sendo utilizados especificamente para a prestação do serviço de telefonia fixa. Dessa maneira, aprovado o texto proposto pelo PLC nº 79, de 2016, o valor desses imóveis não será computado no cálculo do custo da adaptação do regime jurídico do serviço.

Na prática, a aprovação do atual texto do art. 68-C implicará a pura e simples transferência desses imóveis ao patrimônio



SF/18740.45728-63





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

das empresas, sem qualquer contrapartida à União, o que entendemos inaceitável.

Ao se concordar com a transformação das concessões em autorizações, todos os bens reversíveis serão alienados, e a concessão deixará de existir. Assim, os valores dos bens que deixam de ser reversíveis e são alienados devem retornar à concessão. Entendemos que não se pode admitir que a alienação de bens que estavam vinculados à concessão seja usada como forma de transferir ativos públicos para a empresa privada concessionária.

Essa é, aliás, a regra estabelecida no Capítulo III da Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, que *aprova o Regulamento de Controle de Bens Reversíveis*:

Art. 15. A Desvinculação, Alienação, Oneração ou Substituição de Bens Reversíveis deve, obrigatoriamente, ser objeto de anuência prévia da Anatel.

Art. 17. O recurso proveniente de alienação de bens, já deduzidos os encargos incidentes sobre eles, deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, até a definitiva aplicação dos recursos na concessão

Por isso, para que a adaptação dos instrumentos de concessão siga as regras contratuais vigentes e não promova a indevida transferência de patrimônio público para empresas privadas, é necessário ajustar o *caput* do art. 68-C proposto. Com a redação que estamos propondo com esta Emenda, todos os bens que seriam devolvidos à União ao final do contrato passam a ser considerados na valoração das contrapartidas da adaptação das concessões. Mantem-se, assim, o equilíbrio do contrato.

Ainda tratando da redação do art. 68-C, também é necessário aprimorar seu parágrafo único. A redação atual aponta que, os bens reversíveis que são utilizados de forma compartilhada para a prestação de outros serviços, explorados em regime privado, “serão valorados na



SF/18740.45728-63





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

proporção de seu uso para o serviço concedido”. Essa redação seguramente provocará perdas injustificáveis ao patrimônio público.

Veja-se, por exemplo, o caso dos cabos de cobre da chamada última milha, o trecho final das redes que chega até as residências dos usuários. Trata-se, inegavelmente, de estrutura totalmente vinculada à concessão e que, em sua maior parte, foi construída para viabilizar o serviço de telefonia fixa. Com o desenvolvimento tecnológico, esses cabos passaram a ser utilizados de forma compartilhada para a prestação do serviço de banda larga fixa.

É cristalino que, nos termos do contrato vigente, tais ativos seriam integralmente devolvidos à União. Assim, não há razão para que, por meio da alteração legal pretendida, se abra mão desse valioso patrimônio, ainda que parcialmente. Isso seria absolutamente contrário ao interesse público e, portanto, inadmissível.

Pior que isso, a atual redação proposta para o parágrafo único do art. 68-C estabelece esses ativos “serão valorados na proporção de seu uso para o serviço concedido”. Como se trata de cabos, elementos utilizados para a transmissão de dados, a referida “proporção de uso” será calculada segundo a proporção do tráfego de dados relacionado ao serviço concedido – dados de voz da telefonia fixa–, e aos demais serviços – a banda larga fixa, incluindo o tráfego de vídeo.

Um cálculo simples demonstra que uma hora de uso da telefonia fixa demanda apenas 29 MB (vinte e nove megabytes) de dados, enquanto que a utilização da banda larga fixa por esse mesmo tempo para a visualização de vídeos consome no mínimo 1.000 MB (mil megabytes), volume de dados mais de trinta vezes superior.

Assim, mesmo que o tempo de uso da telefonia fixa e da banda larga fossem iguais – o que está longe de ser realidade – esses cabos de cobre da última milha seriam valorados numa proporção inferior a um trigésimo de seu total. Considerando que a telefonia fixa é serviço que praticamente caiu em desuso, enquanto que os vídeos pela internet estão em alta, parece razoável estimar que a valoração dessas estruturas será da ordem de 1%, ou



SF/18740.45728-63





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

menos. Dados publicados pela empresa Ericsson apontam que essa proporção estaria mais próxima de 0,1%.¹

Isso significa que a aprovação do texto atual proposto para o parágrafo único do art. 68-C pode reduzir em 99,9% as compensações efetivamente devidas por bens indiscutivelmente reversíveis. O correto, nessa situação, seria manter a previsão existente no art. 102 da LGT para o caso de extinção antecipada da concessão, e é isso que propomos na presente Emenda.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA

¹ *Ericsson Mobility Report*, Junho de 2018, disponível em <<https://www.ericsson.com/assets/local/mobility-report/documents/2018/ericsson-mobility-report-june-2018.pdf>>, acesso em 3-11-2018.

Deve-se atentar que, nessa publicação, o tráfego de voz considerado é o da telefonia móvel que, em teoria, é substancialmente superior ao verificado na telefonia fixa.



**PLC 79/2016**
00007**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)**EMENDA Nº 6 - PLENÁRIO**
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 99 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 99.** O prazo máximo da concessão será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado, no interesse da administração, por iguais períodos, sendo necessário que a concessionária tenha cumprido as condições da concessão e as obrigações já assumidas e manifeste expresse interesse na prorrogação, pelo menos, 30 (trinta) meses antes de sua expiração.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PLC nº 79, de 2016, propõe também, por meio de alterações aos arts. 99, 167 e 172 da LGT, a possibilidade de renovações sucessivas dos contratos de concessão, das autorizações para uso de radiofrequências e do direito para exploração de satélite. Atualmente apenas uma renovação é possível.

Ainda que se admita que tais alterações sejam positivas, para simplificar a questão nesse momento, o fato é que as atuais redações propostas dão margem para que as renovações sucessivas não sejam mera possibilidade, a critério da administração, mas para que se alegue serem efetivo direito das atuais outorgadas. Não foi explicitado que, mesmo diante do eventual desinteresse da União pela renovação, essa possa ser negada.



SF/18311.04425-69





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

Essa perda de gerência da União sobre seus próprios bens é impensável. Quem consentiria em alugar um imóvel de sua propriedade sem ter a possibilidade de retomá-lo ao final do contrato, se assim lhe parecer melhor? Não se pode admitir que a União perca o direito de gerir seus contratos de concessão, o espectro de frequências e a exploração de satélites. Entretanto, na prática, isso poderia ocorrer com as alterações propostas aos arts. 99, 167 e 172 da LGT.

O reparo é necessário, para explicitar que as renovações sucessivas são possíveis, mas que se sujeitam ao interesse da Administração, conforme fizemos na proposta de redação para o artigo 99 da LGT apresentada por esta Emenda.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018.

Senador PAULO ROCHA



SF/18311.04425-69



**PLC 79/2016
00008**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 8 – PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)



SF/18998.75264-40

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, o seguinte art. 8º, renumerando-se adequadamente os seguintes:

Art. 8º O art. 135 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 135.** A Agência poderá, excepcionalmente, em face de relevantes razões de caráter coletivo, condicionar a expedição de autorização e de suas prorrogações à aceitação, pelo interessado, de compromissos de interesse da coletividade.

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Considerando-se a nova lógica pretendida de renovações sucessivas pelo PLC 79/2016, torna-se necessário ajustar a redação do atual art. 135 para explicitar a possibilidade de imposição de compromissos de interesses da coletividade também aos processos de renovação de autorizações. De outro modo, existe a possibilidade equivocada de se interpretar que esses compromissos, que tem sido utilizados de forma positiva para a expansão dos serviços, somente poderiam ser exigidos nas outorgas iniciais. Tal leitura do dispositivo traria enormes prejuízos ao interesse público. Isso porque, na regra atualmente vigente, os compromissos podem ser estabelecidos periodicamente, uma vez que as autorizações têm



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

um termo final. Com a possibilidade de prorrogações infinitas, se não for ajustado o art. 135, na prática, nenhum novo compromisso de interesse da coletividade poderia ser estabelecido.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA

**PLC 79/2016**
00009

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 9 – PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 167 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 9º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 167.** No caso de serviços autorizados, o prazo de vigência será de até 20 (vinte) anos, prorrogável por iguais períodos, no interesse da Administração, sendo necessário que a autorizada manifeste prévio e exposto interesse e tenha cumprido as obrigações já assumidas.

§ 1º As prorrogações, sempre onerosas, poderão ser requeridas até três anos antes do vencimento do prazo final da autorização, devendo o requerimento ser decidido em, no máximo, doze meses.

§ 2º Nas prorrogações, poderão ser estabelecidos compromissos de investimento de interesse público, conforme diretrizes do Poder Executivo, alternativamente ao pagamento de todo ou de parte do valor do preço público devido pela prorrogação.

§ 3º O preço devido pela prorrogação será, no mínimo, equivalente ao valor da arrecadação esperada com a realização de nova concorrência.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PLC nº 79, de 2016, propõe também, por meio de alterações aos arts. 99, 167 e 172 da LGT, a possibilidade de renovações sucessivas dos contratos de concessão, das autorizações para uso de radiofrequências e do direito para exploração de satélite. Atualmente apenas uma renovação é possível.



SF/18676.13062-47





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

Ainda que se admita que tais alterações sejam positivas, para simplificar a questão nesse momento, o fato é que as atuais redações propostas dão margem para que as renovações sucessivas não sejam mera possibilidade, a critério da administração, mas para que se alegue serem efetivo direito das atuais outorgadas. Não foi explicitado que, mesmo diante do eventual desinteresse da União pela renovação, essa possa ser negada.

Essa perda de gerência da União sobre seus próprios bens é impensável. Quem consentiria em alugar um imóvel de sua propriedade sem ter a possibilidade de retomá-lo ao final do contrato, se assim lhe parecer melhor? Não se pode admitir que a União perca o direito de gerir seus contratos de concessão, o espectro de frequências e a exploração de satélites. Entretanto, na prática, isso poderia ocorrer com as alterações propostas aos arts. 99, 167 e 172 da LGT.

O reparo é necessário, para explicitar que as renovações sucessivas são possíveis, mas que se sujeitam ao interesse da Administração.

No art. 167, ainda outro ajuste é necessário. O atual § 2º deve ser suprimido, exatamente porque ele limita o poder de a União deixar de renovar indefinidamente as autorizações, o que, como se demonstrou anteriormente, é inapropriado.

Percebe-se, no PLC nº 79, de 2016, uma assimetria nas regras de substituição de pagamentos relativos às renovações por compromissos de investimentos. Para as concessões, acumula-se o pagamento pelas renovações com novos condicionamentos. Para as autorizações de uso de radiofrequência, os pagamentos pelas prorrogações **devem** obrigatoriamente ser substituídos, no todo ou em parte, por compromissos de investimento. Já nas autorizações para exploração de satélite, até mesmo o pagamento da outorga inicial **pode** ser substituído por compromissos de investimento, não havendo obrigação nessa substituição.

Esse tratamento assimétrico não parece ter justificativa e, aparentemente, não ocorreu de forma intencional. Na realidade, o que se verifica, nos termos da proposição, é que os serviços (em tese) de maior relevância para o interesse público, as concessões, são os que têm menores possibilidades de substituição dos pagamentos por compromissos de investimentos, exatamente o contrário do que seria esperado.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

Ademais, no texto proposto para o § 3º do art. 167 da LGT, o PLC nº 79, de 2016, pretende estabelecer a obrigatoriedade de serem estabelecidos compromissos de investimentos em substituição ao pagamento do valor devido pelas renovações das autorizações para uso de radiofrequências, o que não é adequado.

Perceba-se que o citado art. 167 aplica-se a todos os serviços autorizados, inclusive aos que são de interesse restrito. É injustificável, no caso de serviços que não são de interesse coletivo, substituir qualquer parcela dos pagamentos devidos pela renovação por compromissos de investimentos. Nesse caso, deixará de se arrecadar valores aos cofres públicos para que sejam realizados investimentos em serviços que não beneficiam a população, mas apenas os interesses particulares de uma empresa. Trata-se de transferência de recursos públicos para empresas privadas que a lei não pode permitir, muito menos obrigar, como ocorre no texto atualmente proposto.

Mesmo no caso de serviços de interesse coletivo, nem sempre é de interesse público a substituição do pagamento pela renovação por compromissos de investimentos. Por exemplo, o serviço de acesso condicionado (SeAC), conhecido como TV por assinatura, é considerado de interesse coletivo. Contudo, não é serviço essencial e, em princípio, não existe razão para que sua expansão seja objeto de política pública. Assim, não se justifica conceder às prestadoras o benefício substituir o pagamento de valores devidos por investimentos na expansão de suas redes, algo que somente irá beneficiá-las, sem que haja interesses públicos atendidos.

Pelo exposto, o apropriado é que exista a possibilidade da substituição do pagamento devido pelas renovações por compromissos de investimentos. Essa possibilidade será utilizada, ou não, a depender da análise de conveniência e de oportunidade pela União, em cada caso concreto.

O PLC nº 79, de 2016, permite prorrogações sucessivas das autorizações para uso do espectro e para a exploração de satélites. Entretanto, o projeto não trata de forma satisfatória a questão dos valores a serem pagos por essas novas prorrogações.

Deve-se ressaltar que, nos termos de autorização atualmente em vigor, o preço pago pelas prestadoras no momento das licitações considerou



SF/18676.13062-47





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

que haveria uma única renovação. Assim, o valor pago no momento da licitação refletia o direito de uso das frequências por, no máximo, 30 ou 40 anos.

Ao se permitirem outras prorrogações sucessivas sem a realização de novas licitações, está se concedendo um injustificado benefício às atuais autorizadas, que pagaram apenas por um direito limitado de uso das frequências ou de exploração dos satélites.

É necessário, portanto, realizar o ajuste para definir um valor mínimo para o custo das prorrogações, que deverá refletir o valor esperado da arrecadação com a realização de novas concorrências. Não se pode justificar que a União abra mão de uma arrecadação tão expressiva como essa em benefício exclusivo das atuais prestadoras.

Deve-se destacar que dados da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL) indicam que os valores arrecadados nos leilões de frequências são da ordem de 35 bilhões de reais em valores não corrigidos. Não se pode, portanto, descuidar de tamanho patrimônio.

Dessa maneira, a fim não provocar prejuízos ao patrimônio público e de permitir novas renovações das autorizações sem que se afete o equilíbrio dos contratos e das licitações anteriormente realizadas, o ajuste do texto proposto é necessário, conforme a proposta de Emenda aqui apresentada.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA



**PLC 79/2016**
00010

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 10 – PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 172.** O direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações assegura a ocupação da órbita e o uso das radiofrequências destinadas ao controle e monitoração do satélite e à telecomunicação via satélite, por prazo de até 15 (quinze) anos, podendo esse prazo ser prorrogado, nos termos da regulamentação, no interesse da Administração e desde que cumpridas as obrigações já assumidas.

.....

§ 5º Nas prorrogações, poderão ser estabelecidos compromissos de investimento de interesse público, conforme diretrizes do Poder Executivo, alternativamente ao pagamento de todo ou de parte do valor do preço público devido pela prorrogação.

§ 6º O preço devido pela prorrogação será, no mínimo, equivalente ao valor da arrecadação esperada com a realização de nova concorrência.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PLC nº 79, de 2016, propõe também, por meio de alterações aos arts. 99, 167 e 172 da LGT, a possibilidade de renovações sucessivas dos contratos de concessão, das autorizações para uso de radiofrequências e do direito para exploração de satélite. Atualmente apenas uma renovação é possível.



SF/18560.46318-34





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

Ainda que se admita que tais alterações sejam positivas, para simplificar a questão nesse momento, o fato é que as atuais redações propostas dão margem para que as renovações sucessivas não sejam mera possibilidade, a critério da administração, mas para que se alegue serem efetivo direito das atuais outorgadas. Não foi explicitado que, mesmo diante do eventual desinteresse da União pela renovação, essa possa ser negada.

Essa perda de gerência da União sobre seus próprios bens é impensável. Quem consentiria em alugar um imóvel de sua propriedade sem ter a possibilidade de retomá-lo ao final do contrato, se assim lhe parecer melhor? Não se pode admitir que a União perca o direito de gerir seus contratos de concessão, o espectro de frequências e a exploração de satélites. Entretanto, na prática, isso poderia ocorrer com as alterações propostas aos arts. 99, 167 e 172 da LGT.

O reparo é necessário, para explicitar que as renovações sucessivas são possíveis, mas que se sujeitam ao interesse da Administração.

Percebe-se, no PLC nº 79, de 2016, uma assimetria nas regras de substituição de pagamentos relativos às renovações por compromissos de investimentos. Para as concessões, acumula-se o pagamento pelas renovações com novos condicionamentos. Para as autorizações de uso de radiofrequência, os pagamentos pelas prorrogações **devem** obrigatoriamente ser substituídos, no todo ou em parte, por compromissos de investimento. Já nas autorizações para exploração de satélite, até mesmo o pagamento da outorga inicial **pode** ser substituído por compromissos de investimento, não havendo obrigação nessa substituição.

Esse tratamento assimétrico não parece ter justificativa e, aparentemente, não ocorreu de forma intencional. Na realidade, o que se verifica, nos termos da proposição, é que os serviços (em tese) de maior relevância para o interesse público, as concessões, são os que têm menores possibilidades de substituição dos pagamentos por compromissos de investimentos, exatamente o contrário do que seria esperado. O apropriado é que exista a possibilidade da substituição do pagamento devido pelas renovações por compromissos de investimentos. Essa possibilidade será utilizada, ou não, a depender da análise de conveniência e de oportunidade pela União, em cada caso concreto. Essa regra deve ser aplicada ao art. 172,



SF/18560.46318-34





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

que trata das autorizações para exploração de satélites e é isso que estamos propondo com a presente Emenda.

O PLC nº 79, de 2016, permite prorrogações sucessivas das autorizações para uso do espectro e para a exploração de satélites. Entretanto, o projeto não trata de forma satisfatória a questão dos valores a serem pagos por essas novas prorrogações.

Deve-se ressaltar que, nos termos de autorização atualmente em vigor, o preço pago pelas prestadoras no momento das licitações considerou que haveria uma única renovação. Assim, o valor pago no momento da licitação refletia o direito de uso das frequências por, no máximo, 30 ou 40 anos.

Ao se permitirem outras prorrogações sucessivas sem a realização de novas licitações, está se concedendo um injustificado benefício às atuais autorizadas, que pagaram apenas por um direito limitado de uso das frequências ou de exploração dos satélites.

É necessário, portanto, realizar o ajuste para definir um valor mínimo para o custo das prorrogações, que deverá refletir o valor esperado da arrecadação com a realização de novas concorrências. Não se pode justificar que a União abra mão de uma arrecadação tão expressiva como essa em benefício exclusivo das atuais prestadoras.

Deve-se destacar que dados da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL) indicam que os valores arrecadados nos leilões de frequências são da ordem de 35 bilhões de reais em valores não corrigidos. Não se pode, portanto, descuidar de tamanho patrimônio.

Dessa maneira, a fim não provocar prejuízos ao patrimônio público e de permitir novas renovações das autorizações sem que se afete o equilíbrio dos contratos e das licitações anteriormente realizadas, o ajuste do texto proposto é necessário, conforme o texto apresentado pela presente Emenda.



SF/18560.46318-34





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

Ainda no art. 172 da LGT, o PLC nº 79, de 2016, pretende suprimir o processo licitatório para a exploração de satélites, que seria substituído por “processo administrativo estabelecido pela Agência”.

Não nos parece razoável esse tipo de exceção, em que pesem os argumentos levantados pelo nobre relator. A licitação pública é preceito constitucional que não pode ser afastado dessa forma. Ademais, a própria LGT já estabelece, em seus arts. 91 e 92, as situações em que a licitação pode ser dispensada.

Destaque-se que não se está aqui pretendendo, com a presente Emenda, exigir a licitação para as renovações de autorizações já expedidas, mas apenas para as novas autorizações.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA



SF/18560.46318-34



**PLC 79/2016
00011****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)**EMENDA Nº 11 – PLENÁRIO**
(ao PLC nº 79, de 2016)

Exclua-se o art. 11 do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, sendo adequadamente renumerados os demais artigos.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto sob exame, em seu art. 11, afasta-se de seu objetivo e passa a tratar da contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) por empresas de radiodifusão.

A temática tratada nesse artigo é completamente diversa daquela a que se propõe o PLC nº 79, de 2016, inclusive não sendo sequer mencionada na ementa do projeto. Há, portanto, clara violação ao comando do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que “cada lei tratará de um único objeto”.

Assim, o propósito do PLC nº 79, de 2016, como especificado em sua ementa, é o de “permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização”, nada tendo que tratar de contribuições ao Fust por serviços de radiodifusão.

No mais, o texto proposto para o art. 11 do projeto configura injustificada renúncia de arrecadação e benefício despropositado ao setor da radiodifusão. O custo com essa medida, que em nada atende ao interesse público, é da ordem de um bilhão de reais, como aponta o próprio relator.

O nobre relator destaca que a aprovação do texto tem por objetivo eliminar o que classifica como “insegurança jurídica”. Com o



SF/18402.25958-98





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

devido respeito, não existe, no caso, insegurança jurídica. Há unicamente a vontade, o desejo de empresas privadas que pretendem deixar de pagar tributos instituídos por lei. Se esse Congresso, em nome de uma suposta “segurança jurídica”, conceder a todos os setores da economia suas demandas por exclusão de tributações, teremos um total colapso das contas públicas.

A isenção de pagamento do FUST para a radiodifusão que o PLC 79/2016 está propondo ocorre apesar do entendimento do TRF da 1ª Região e da existência de 3 pareceres de diferentes procuradorias da AGU (PFE – Anatel, PGF e PGFN) de que radiodifusão se insere no rol de serviços de telecomunicações. Isso implicaria em abrir mão, injustificadamente, de receitas ao mesmo tempo que é incerto o fato de se perdoar o montante devido até a entrada em vigor da Lei que resultar do PLC 79/2016.

Dessa maneira, a exclusão do art. 11 do PLC nº 79, de 2016, é medida que se impõe.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador PAULO ROCHA



**PLC 79/2016
00012**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

EMENDA Nº 12 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao § 3º do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B.

§ 3º Os compromissos de investimento serão fixados pelo Poder Público e preverão exclusivamente, nos termos da regulamentação:

I – a implantação de infraestrutura de rede de alta capacidade de comunicação de dados em áreas sem competição adequada;

II – a redução das desigualdades geográficas na oferta do serviço de conexão à internet em banda larga;

III – a oferta de serviço de conexão à internet em banda larga ao usuário final em áreas sem competição adequada a velocidades e preços compatíveis com os de mercados competitivos;

IV – a prestação gratuita de serviço de conexão à internet em banda larga a todos as escolas públicas urbanas e rurais de ensino fundamental e médio e escolas públicas urbanas e rurais de formação de professores de ensino fundamental e médio de todos os entes da Federação, com capacidade de dados compatível com o tamanho do corpo discente e docente de cada estabelecimento, e com características técnicas atualizadas bianualmente; e

V – a disponibilização, nas sedes de todos os municípios, do acesso à infraestrutura de backhaul da prestadora, com características técnicas atualizadas bianualmente.

.....”



SF/18321.83509-47





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO ROCHA (PT-PA)

JUSTIFICAÇÃO

Acreditamos que deva haver o estabelecimento de uma vinculação mais estreita entre os investimentos advindos da indenização pela cessão dos bens reversíveis e a ampliação do acesso à internet. Por esse motivo, introduzimos dispositivos que vinculam esses investimentos para atendimento exclusivo aos seguintes objetivos: i) implantação de redes de dados de alta capacidade em áreas sem competição adequada; ii) redução das desigualdades geográficas na oferta dos serviços de banda larga; iii) oferta de banda larga ao usuário final em áreas sem competição adequada a velocidades e preços compatíveis com os de mercados competitivos, objetivo que jamais será atendido sem a existência de uma diretriz oficial formalmente estabelecida; iv) prestação gratuita de banda larga em escolas públicas urbanas e rurais de ensino fundamental e médio; v) disponibilização, nas sedes de todos os municípios, de acesso à infraestrutura de backhaul da prestadora.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador Paulo Rocha



**PLC 79/2016
00013**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 13 - PLENÁRIO (ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao § 4º do art. 68-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-A.

§ 4o – O contrato de concessão deverá ser alterado para fixar a possibilidade de adaptação prevista no caput deste artigo, observadas as regras previstas no art. 65 da 9.472, de 1997.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O PLC 79 tem um eixo central em seu texto: acabar com as Concessões e consequentemente com o Regime Público. Apesar de em nenhum momento ele afirmar que a modalidade da prestação de um serviço de telecomunicações em regime público é vedada, fica evidente nas entrelinhas que na sua mudança, o regime público de qualquer serviço fica extinto.

Isso dificultaria a possibilidade de em algum momento futuro, essa modalidade voltar. O Art. 65 da LGT diz que cada modalidade de serviço será destinada à prestação em três condições: I - exclusivamente no regime público; II - exclusivamente no regime privado; ou III - concomitantemente nos regimes público e privado. E no seu parágrafo



SF/18374.75242-33



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

primeiro, explicita sem sombra de dúvidas que serviços de interesse coletivo não serão deixados à exploração apenas em regime privado. Por isso, a emenda sugere que essas regras sejam respeitadas quando da adaptação da modalidade da prestação do serviço.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA



PLC 79/2016
00014

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 14 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao §5º do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B.

.....
§ 5o As obrigações de investimento deverão incorporar a oferta subsidiada de tecnologias assistivas para acessibilidade de pessoas com deficiência, seja às redes de alta capacidade de comunicação de dados, seja aos planos de consumo nos serviços de comunicações para usuários com deficiência, nos termos da regulamentação da Agência.
.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda de redação, ao sugerir a troca da palavra “compromisso” por “obrigação” é colocar para a Operadora Concessionária a **obrigação** efetiva de investimentos em áreas não atrativas economicamente. É uma forma clara de resolver a ausência de acesso em áreas onde não existe competição adequada.

Juridicamente, Obrigação é o vínculo de direito pelo qual alguém (sujeito passivo) se propõe a dar, fazer ou não fazer qualquer coisa (objeto), em favor de outrem (sujeito ativo). Gera um direito líquido e certo. Compromisso envolve um acordo entre duas partes.

SF/18284.86386-22



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA

**PLC 79/2016
00015**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 15 - PLENÁRIO (ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao §3º do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B.

.....
§ 3º As obrigações de investimento priorizarão a implantação de infraestrutura de rede de alta capacidade de comunicação de dados em áreas sem competição adequada e a redução das desigualdades, nos termos da regulamentação da Agência.
.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda de redação, ao sugerir a troca da palavra “compromisso” por “obrigação” é colocar para a Operadora Concessionária a **obrigação** efetiva de investimentos em áreas não atrativas economicamente. É uma forma clara de resolver a ausência de acesso em áreas onde não existe competição adequada.

Juridicamente, Obrigação é o vínculo de direito pelo qual alguém (sujeito passivo) se propõe a dar, fazer ou não fazer qualquer coisa (objeto), em favor de outrem (sujeito ativo). Gera um direito líquido e certo. Compromisso envolve um acordo entre duas partes.

SF/18465.90294-05



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA

**PLC 79/2016**
00016SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa**EMENDA Nº 16 - PLENÁRIO**
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao inciso I do *caput* do art. 68-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-A.

I – manutenção da prestação do serviço adaptado e obrigação de cessão de capacidade que possibilite essa manutenção, bem como a prestação de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo e disponibilização da capacidade das redes ao serviço associado em caráter prioritário para as políticas públicas de inclusão digital nas áreas sem competição adequada, nos termos da regulamentação da Agência;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda, ao sugerir a troca da palavra “compromisso” por “obrigação” é colocar para a Operadora Concessionária a obrigação em manter capacidade do serviço ofertado, independente de onde seja a sua oferta.

Juridicamente, Obrigação é o vínculo de direito pelo qual alguém (sujeito passivo) se propõe a dar, fazer ou não fazer qualquer coisa (objeto), em favor de outrem (sujeito ativo). Gera um direito líquido e certo. Compromisso envolve um acordo entre duas partes.



SF/18210.02398-86



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

Por outro lado, a emenda também aponta para a priorização da capacidade das redes para as políticas de inclusão digital em áreas sem competição adequada, pois é justamente nessas áreas o maior déficit de pessoas desconectadas pois o interesse das operadoras nessas regiões é baixo.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA

**PLC 79/2016**
00017

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 17 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao *caput* do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B. O valor econômico associado à adaptação da modalidade da prestação de serviço de telecomunicações prevista no art. 68-A será determinado pela Agência, com indicação da metodologia e dos critérios de valoração, que deverão incluir os seguintes elementos:

I - valor dos bens reversíveis;

II - ganhos econômicos decorrentes da venda de bens que deixaram de ser reversíveis no decorrer da concessão;

III - diferenças em favor da concessão decorrentes dos Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU;

IV - valor das multas aplicadas e não pagas decorrentes do descumprimento de obrigações relacionadas à concessão;

V - valores correspondentes às redes de dados associadas às autorizações de Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT), e;

VI - valores decorrentes dos ganhos relacionados com o art. 38 da Lei 12.485/2011.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é incluir parâmetros claros e objetivos sobre o valor econômico da adaptação ora proposta pelo PLC. O texto original não apresenta nenhum critério de valoração no momento da



SF/18504.74000-91



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

adaptação ou quais parâmetros serão utilizados. A inclusão dos Incisos I, II, III, IV, V e VI apresenta para a sociedade quais serão esses critérios e aponta para a Agência uma perspectiva do que deve ser seguido.

Observa-se que o valor econômico será determinado pela Anatel. No entanto, falta uma clareza sobre quais critérios a agência levará em conta no momento da valoração. A emenda apresenta elementos que devem ser levados em consideração no momento da valoração, somando-se aos que a Agência julgar melhor.

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA



PLC 79/2016
00018

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 18 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao §2º do art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B.

.....
§ 2º O valor econômico referido no caput deste artigo será revertido em obrigações de investimento, priorizados conforme diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda de redação, ao sugerir a troca da palavra “compromisso” por “obrigação” é colocar para a Operadora Concessionária a **obrigação** efetiva de investimentos. Isso possibilita uma clareza textual sobre as reais obrigações de investimentos necessários para a ampliação do acesso à banda larga no Brasil, seguindo as orientações definidas pelo Poder Executivo.

Juridicamente, Obrigação é o vínculo de direito pelo qual alguém (sujeito passivo) se propõe a dar, fazer ou não fazer qualquer coisa (objeto), em favor de outrem (sujeito ativo). Gera um direito líquido e certo. Compromisso envolve um acordo entre duas partes.

SF/18828.22271-46



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Humberto Costa

Diante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para esse importante tema.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Senador HUMBERTO COSTA

PLC 79/2016
00019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº 19 - PLENÁRIO
(ao PLC nº 79, de 2016)

Dê-se ao art. 68-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 68-B. O valor econômico decorrente da adaptação do instrumento de concessão para o de autorização prevista no art. 68-A será determinado pela Agência, com a indicação da metodologia e dos critérios de valoração.

§ 1º O valor econômico referido no *caput* deste artigo será a diferença entre o valor esperado a partir da exploração do serviço adaptado em regime de autorização e o valor esperado da exploração desse serviço em regime de concessão, calculados a partir da adaptação.

§ 2º O valor econômico referido no *caput* deste artigo será revertido em compromissos de investimento, priorizados conforme diretrizes do Poder Executivo.

§ 3º O valor econômico referido no *caput* deste artigo poderá ser investido, integral ou parcialmente, pela autorizada originária da concessão ou por quaisquer prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo que obtiverem, junto ao Poder Concedente, o direito de utilizá-lo.

§ 4º Caso outra prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo obtenha, junto ao Poder Concedente, o direito de utilizar, integral ou parcialmente, o valor econômico referido no *caput* deste artigo, a autorizada originária da concessão deverá repassar a ela, de forma direta, os respectivos montantes, nas condições e prazos previstos pela regulamentação da Agência.

§ 5º Uma vez adquirido o direito de utilizar o valor econômico referido no *caput*, a prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo deverá apresentar garantia que assegure o fiel cumprimento dos compromissos de investimento a ele associado, possibilitando, inclusive, sua execução por terceiro beneficiado.

§ 6º Os compromissos de investimento priorizarão a implantação de infraestrutura de rede de alta capacidade de comunicação de dados em áreas sem competição adequada e a redução das desigualdades, nos termos da regulamentação da Agência.

§ 7º Os compromissos de investimento deverão integrar o termo de autorização de todas prestadoras que obtiverem, junto à Anatel, o direito de utilizar o valor econômico referido no *caput* deste artigo.

§ 8º Os compromissos de investimento deverão incorporar a oferta subsidiada de tecnologias assistivas para acessibilidade de pessoas com deficiência, seja às redes de alta capacidade de comunicação de dados, seja aos planos de consumo nos serviços



SF/18092.04322-90





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

de comunicações para usuários com deficiência, nos termos da regulamentação da Agência.”

JUSTIFICAÇÃO

Muito se discutiu sobre o cálculo do valor econômico relativo à adaptação das concessões de telefonia fixa em autorizações do serviço, notadamente no que diz respeito aos bens reversíveis à União no término dos respectivos contratos. No entanto, outra questão, também de fundamental importância, foi relegada a segundo plano: quais prestadoras poderão utilizar esses valores, a serem revertidos em compromissos de investimento para a expansão de redes de banda larga no País?

A redação do PLC nº 79, de 2016, aprovada pela Câmara dos Deputados e ratificada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, destina a aplicação desses recursos exclusivamente às atuais concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado que, de forma voluntária, optarem por migrar do regime de concessão para o regime de autorização. A única hipótese prevista para sua utilização por outras prestadoras restringe-se ao eventual descumprimento dos compromissos de investimento assumidos.

Essa solução não nos parece razoável, já que pode capitalizar, com recursos eminentemente públicos, apenas um pequeno grupo de empresas, em detrimento das demais prestadoras do setor, que também poderiam participar do processo de expansão da infraestrutura nacional de banda larga previsto na iniciativa em tela.

Note-se que essa preocupação foi manifestada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por ocasião da audiência pública realizada na CCT para instruir a matéria. Na referida sessão, a Corte de Contas apontou a indefinição dos mecanismos para utilização do saldo da migração para atendimento do interesse público como um dos riscos da viabilidade do projeto.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa



SF/18092.04322-90

O próprio mercado de telecomunicações identificou o problema. Em artigo publicado no jornal O Globo, de 10 de março de 2017, o Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios da TIM, Mário Girasole, foi claro ao afirmar que **“a aplicação desses recursos em forma discricionária pelas empresas e sem coordenação e compartilhamento regulado propiciará distorções e até vantagens competitivas para alguns atores em detrimento de outros. O risco existe e já é mensurado pelo entusiasmo que a comunidade financeira demonstra sobre os efeitos para apenas parte das empresas”**.

Nesse sentido, estamos propondo, a partir da presente emenda, a possibilidade de utilização, por todas as empresas do setor, do saldo decorrente dos ônus da concessão. Assim, se viabilizaria, no texto da lei, mecanismos alternativos de aplicação desses recursos, como os chamados leilões reversos. No leilão reverso, ganha a empresa que se comprometer a utilizar os menores montantes de recursos públicos para construir a infraestrutura mais adequada.

Sobre essa questão, o Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), André Borges, afirmou, em maio do ano passado, que é intenção do governo aplicar os recursos decorrentes da aprovação do PLC nº 79, de 2016, dentro do modelo de leilão reverso. **“Não só a concessionária, mas qualquer provedor interessado, de qualquer porte, poderá participar. E vencerá o que der o menor preço pelo projeto”**, defendeu o Secretário.

Para tanto, é imprescindível a aprovação da presente emenda.

Importante ressaltar que, de acordo com nossa proposta, competirá à autorizada originária da concessão repassar diretamente à prestadora que adquiriu o direito de utilizar os recursos os respectivos valores, nas condições e prazos definidos pela Agência. Afasta-se, assim, a hipótese de recolhimento desses recursos pelos cofres públicos e seu eventual contingenciamento orçamentário.

Por fim, e não menos importante, apelamos aos nobres pares a observarem o previsto no art. 65 de nossa Carta Magna, que confere ao Senado Federal a missão de atuar como a Casa revisora dos projetos de lei originários da Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Os argumentos que defendem a aprovação do PLC nº 79, de 2016, sem ajustes fundamentais como os propostos nesta emenda, pelo simples fato de ter que retornar à Casa de origem, põem em xeque o protagonismo do Senado da República no processo legislativo brasileiro.



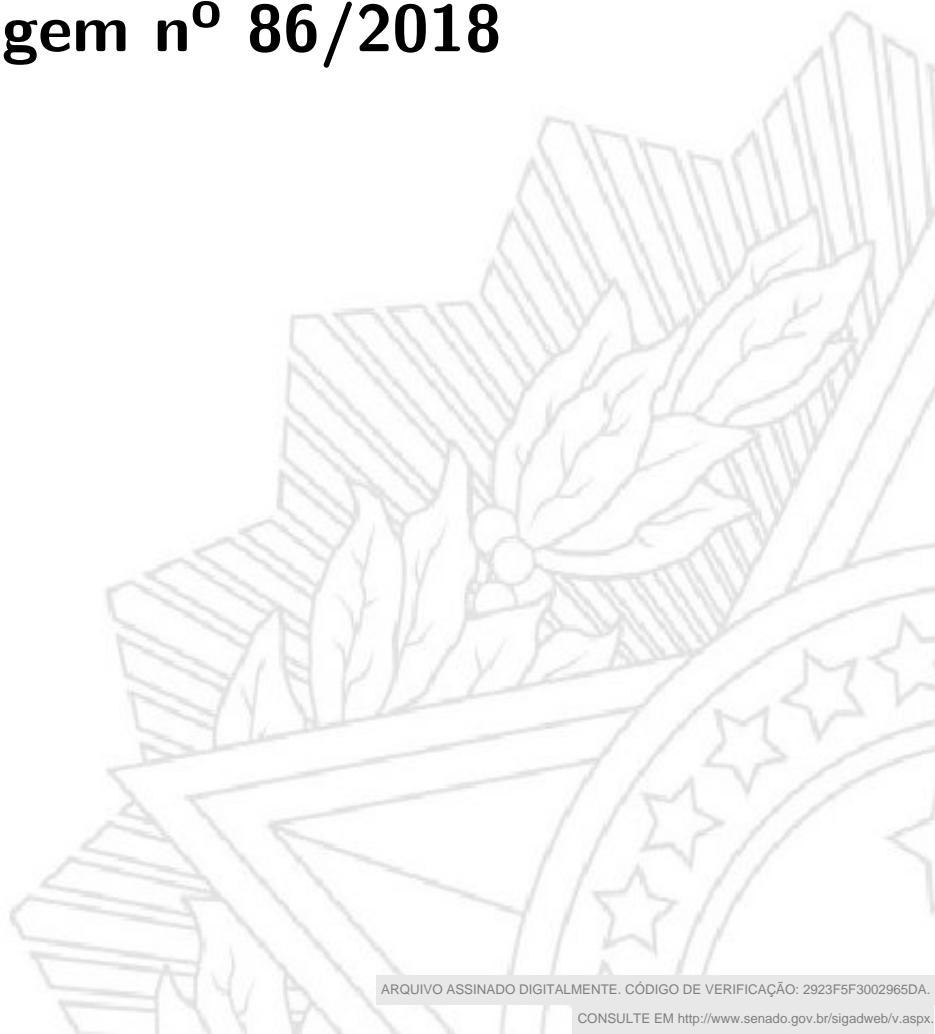
Sala das Sessões, em de novembro de 2018.

Senador HUMBERTO COSTA



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 86/2018





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 86, de 2018 - Debora Toci Puccini (ANM)

Indicação da Senhora Debora Toci Puccini para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração - ANM, com mandato de três anos.

Matéria **MSF 86/2018**

Início Votação **27/11/2018 16:49:55** Término Votação **27/11/2018 17:32:29**

Sessão **140ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PODE	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PODE	PI	Elmano Férrer	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
DC	TO	Guaracy Silveira	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
MDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO

Emissão 27/11/2018 17:32:34





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 86, de 2018 - Debora Toci Puccini (ANM)

Indicação da Senhora Debora Toci Puccini para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração - ANM, com mandato de três anos.

Matéria **MSF 86/2018**

Início Votação **27/11/2018 16:49:55** Término Votação **27/11/2018 17:32:29**

Sessão **140º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

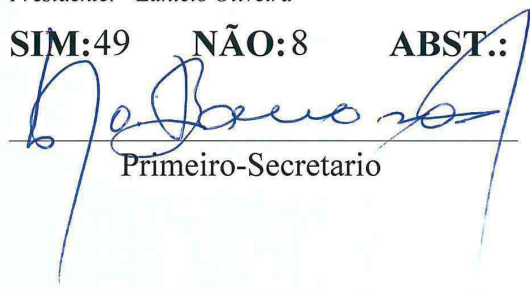
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PRB	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PSD	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:49 NÃO:8 ABST.: 1

PRESIDENTE:0

TOTAL:58


 Primeiro-Secretario

Emissão 27/11/2018 17:32:34



Requerimento nº 560/2018





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 560, DE 2018

Licença para tratamento de interesses particulares no período de 11 a 13 de dezembro de 2018, comunicando ainda, que estará ausente do País, no período de 6 a 20 de dezembro de 2018.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

REQUERIMENTO Nº 560 DE 2018

*Aprovado.
Em 27/11/18.*

Do: Bezerra

Requeiro, nos termos do artigo 43 – Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 11 a 13 de dezembro de 2018, para tratar de interesses particulares.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 - inciso I, que no período de 06 a 20 de dezembro de 2018, estarei ausente do país.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2018.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO



Mensagem nº 97/2018



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 97, de 2018 - Elisa Bastos Silva (ANEEL)

Indicação da Senhora Elisa Bastos Silva, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Tiago de Barros Correia.

Matéria **MSF 97/2018**

Início Votação **27/11/2018 17:34:14** Término Votação **27/11/2018 18:15:56**

Sessão **140ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
DC	TO	Guaracy Silveira	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSD	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO

Emissão 27/11/2018 18:16:00



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 97, de 2018 - Elisa Bastos Silva (ANEEL)

Indicação da Senhora Elisa Bastos Silva, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Tiago de Barros Correia.

Matéria **MSF 97/2018**

Início Votação **27/11/2018 17:34:14** Término Votação **27/11/2018 18:15:56**

Sessão **140ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
MDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
-	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:44 NÃO:10 ABST.: 1

PRESIDENTE:0

TOTAL:55


Primeiro-Secretario

Emissão 27/11/2018 18:16:01



Projeto de Resolução nº 54/2018





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2018

Urgência para o PRS 54/2018 (MSF 112/2018)

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



RQS
00563/2018

**'COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS**

APROVADO EM 27/11/2018

Ataides de Oliveira
SEN. ATAIDES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE EVENTUAL DA CAE

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2018

REQUERIMENTO Nº /CAE-2018

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 112 de 2018, que "*Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60,870,000.00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro".*

Em 27 de novembro de 2018.

SENADOR

Vicentinho Alves
VICENTINHO ALVES





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença
CAE, 27/11/2018 às 10h - 39ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPIPO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

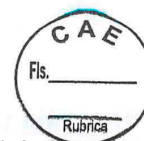
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE

Confere com o original

Daniel Marcio F. Andrade
 Secretário Adjunto da Comissão de Assuntos Econômicos



27/11/2018 12:34:34

Página 1 de 2

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 563 de 2018.





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

TELMÁRIO MOTA



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 197, DE 2018 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 2018, que *autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 27 de novembro de 2018.

JOÃO ALBERTO SOUZA, PRESIDENTE

DAVI ALCOLUMBRE, RELATOR

CIDINHO SANTOS

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO DO PARECER Nº 197, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 2018.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Autoriza o Município de Palmas (TO) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Palmas (TO) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Palmas (TO);
- II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;



IV – valor: até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 6.685.000,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US\$ 6.685.000,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa *Libor* para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,90% a.a. (um inteiro e noventa centésimos por cento ao ano), devendo o primeiro pagamento ser efetuado aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano), acrescidos aos juros descritos no inciso IX, em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do término do primeiro semestre após a assinatura do contrato de empréstimo;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contado a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor obriga-se a financiar 15 (quinze) pontos básicos da margem referida no inciso IX, reduzindo, nesse período, a margem para 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).



§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Palmas (TO) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Palmas (TO) e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidos no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 81/2018



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 81, de 2018 - José Augusto Silveira de Andrade Filho (Namíbia)

Escolha do Senhor José Augusto Silveira de Andrade Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Matéria **MSF 81/2018**

Início Votação **27/11/2018 18:28:24** Término Votação **27/11/2018 18:48:37**

Sessão **140º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PODE	PI	Elmano Férrer	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
DC	TO	Guaracy Silveira	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
-	BA	Walter Pinheiro	SECRETO

Emissão 27/11/2018 18:48:41



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 81, de 2018 - José Augusto Silveira de Andrade Filho (Namíbia)

Escolha do Senhor José Augusto Silveira de Andrade Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Matéria **MSF 81/2018**

Início Votação **27/11/2018 18:28:24** Término Votação **27/11/2018 18:48:37**

Sessão **140º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/11/2018 14:04:00**

DEM

GO

Wilder Moraes

SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:40 NÃO:1 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:42



Primeiro-Secretario

Emissão 27/11/2018 18:48:41



Projeto de Lei da Câmara nº 122/2017





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 198 , DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2017 (nº 5.496, de 2016, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2017 (nº 5.496, de 2016, na Casa de origem), que *inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria*, consolidando as Emendas nº 1 e nº 2 – CE, de redação.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2018.

JOÃO ALBERTO SOUZA, PRESIDENTE

DAVI ALCOLUMBRE, RELATOR

CIDINHO SANTOS

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER Nº 198, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2017 (nº 5.496, de 2016, na Casa de origem).

Inscribe o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 109, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 112, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 60,870,000.00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, no Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro".

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Ataídes Oliveira

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

27 de Novembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 112, de 2018, da Presidência da República (nº 675, de 22 de novembro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Palmas, Estado do Tocantins, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.



SF/18947.69667-13

RELATORA: Senadora ROSE DE FREITAS**I – RELATÓRIO**

A Mensagem nº 112, de 2018, da Presidência da República (nº 675, de 22 de novembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Palmas, Estado do Tocantins, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

O programa tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade da população e de acesso aos serviços públicos essenciais, por meio da realização de gastos nos seguintes componentes: pavimentação e sinalização de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais. Na essência, o programa promoverá incremento das receitas e redução das despesas municipais, com a ampliação da infraestrutura urbana à disposição dos habitantes de Palmas.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos



(Cofix), na forma da Recomendação nº 04/0116, de 3 de maio de 2016, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 10 de maio de 2016, estando os desembolsos da operação de crédito externo previstos para ocorrerem entre os anos de 2018 e 2022. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA817817 em 19 de dezembro de 2017.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da RSF nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 379, de 20 de setembro de 2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM) da STN informa que o programa de gastos do mutuário contará com contrapartida mínima de US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

A COPEM declara que o Município de Palmas atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a COPEM atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a COPEM, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Palmas, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 2.374, de 19 de fevereiro de 2018) e conta com dotações necessárias e suficientes na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Lei municipal nº 2.375, de 19 de fevereiro de 2018), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Em relação à adimplência, a COPEM afirma que o Município de Palmas está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a COPEM cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e do controle da despesa total com pessoal.

A COPEM revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 1º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 38,26% (trinta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) de sua RCL, portanto, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) da RCL estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a COPEM relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de Parceria Público-Privada.

Ademais, a COPEM cita o Memorando SEI nº 79, de 19 de julho de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *Libor* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem definida pela CAF, está situado em 5,09% (cinco inteiros e nove centésimos por cento) ao ano para uma *duration* de 8,33 anos, que é inferior ao custo das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 5,69% (cinco inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano para a mesma *duration*. Assim, inexistente restrição para

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Palmas oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem de como outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei Complementar municipal nº 365, de 1º de fevereiro de 2017, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto à CAF, segundo o Memorando SEI nº 58, de 17 de setembro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN.

A seu tempo, por meio da Nota SEI nº 77, de 19 de julho de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Palmas é “A”, de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do município reflete a combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento, liquidez e poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 140, de 30 de outubro de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos, isto é, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, são devidamente observadas no pleito em análise.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

III – VOTO

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 112, de 2018, nos termos do seguinte:

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Palmas (Tocantins);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões e oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

rp2018-07697



7
6

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US\$ 6.685.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa *Libor* para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,90% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso IX em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;



SF/18947.69667-13

rp2018-07697



XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 15 (quinze) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX, reduzindo, neste período, a margem para 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Palmas, situado no Estado do Tocantins, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Palmas e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

rp2018-07697



SF/18947.69667-13



9₈

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



rp2018-07697





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 27/11/2018 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 112/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

27 de Novembro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 53, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que Denomina a alteração do nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Pedro Chaves

27 de Novembro de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES**

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 711, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que denomina a alteração do nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho.



SF/18216.24093-30

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 711, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho.

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro determina a referida alteração de denominação, enquanto o segundo e último artigo estabelece o início de vigência da projetada lei para a data de sua publicação.

Na justificção, o autor descreve a trajetória do homem público Osvaldo Coelho, eleito por três vezes para a Assembleia Legislativa de Pernambuco e oito vezes para a Câmara dos Deputados, sendo reconhecido no Sertão Pernambucano como o “Deputado da Irrigação”. Defende, assim, que se homenageie o ex-Deputado, falecido em novembro de 2015, dando o seu nome ao relevante projeto Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina–PE.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O projeto de lei, que não recebeu emendas, foi encaminhado ao exame exclusivo, em caráter terminativo, da CE.

II – ANÁLISE

Compete à CE opinar sobre homenagens cívicas, a exemplo da constante da presente proposição, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Oswaldo Coelho, um dos expoentes políticos da família Coelho de Petrolina, foi um homem público profundamente vinculado ao Sertão Pernambucano e à sua gente. Suas sucessivas eleições, inicialmente para Deputado Estadual e, depois, Deputado Federal, bem expressam sua popularidade junto a seus coestaduanos e, em especial, junto aos sertanejos. Esse vínculo tão profundo, que mesmo seus adversários políticos eram levados a reconhecer, teve como uma de suas bases o comprometimento do Deputado Oswaldo Coelho com os projetos de irrigação, que, no caso da região de Petrolina, tornaram-se famosos no Brasil e mesmo no exterior, devido aos notáveis resultados obtidos na expansão, quantitativa e qualitativa, de sua produção agrícola.

Nada mais justo do que homenagear o incansável lutador pelo desenvolvimento do Sertão de Pernambuco concedendo o seu nome ao projeto de irrigação, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que irá irrigar uma área estimada em 7,7 mil hectares no município de Petrolina e denomina-se, atualmente, Perímetro de Irrigação do Pontal.

Cabe, unicamente, efetuar uma mudança pontual na redação da ementa da proposição, em razão do pequeno lapso no emprego do verbo “denominar” em lugar de “determinar”, tal como propomos, da forma mais sucinta, na emenda que se segue.

III – VOTO



4

3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Tendo em vista o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 711, de 2015, com a emenda de redação que ora oferecemos.

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 711, de 2015)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2015, a seguinte redação:

“Altera o nome do Perímetro de Irrigação do Pontal, em Petrolina, no Sertão Pernambucano, para Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18216.24093-30



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 711/2015 e emenda, nos termos do Relatório apresentado

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senadores

TITULARES - MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROSE DE FREITAS				1. VALDIR RAUPP			
DÁRIO BERGER				2. HÉLIO JOSÉ			
MARTA SUPLICY				3. RAIMUNDO LIRA			
JOSÉ MARANHÃO				4. SIMONE TEBET			
EDISON LOBÃO				5. VAGO			
JOÃO ALBERTO SOUZA				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA				1. GLEISI HOFFMANN			
FÁTIMA BEZERRA				2. HUMBERTO COSTA	X		
LINDBERGH FARIAS				3. JORGE VIANA	X		
PAULO PAIM	X			4. JOSÉ PIMENTEL			
REGINA SOUSA	X			5. PAULO ROCHA			
KÁTIA ABREU				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO ANASTÁSIA	X			1. DAVI ALCOLUMBRE			
FLEXA RIBEIRO				2. RONALDO CAIADO			
ROBERTO ROCHA				3. EDUARDO AMORIM			
MARIA DO CARMO ALVES	X			4. VAGO			
JOSÉ AGRIPINO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS				1. SÉRGIO PETECÃO			
VAGO				2. ANA AMÉLIA	X		
CIRO NOGUEIRA				3. LASIER MARTINS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X			1. JOÃO CAPIBERIBE			
LÚCIA VÂNIA				2. RANDOLFE RODRIGUES			
LIDICE DA MATA	X			3. ROMÁRIO			
TITULARES - Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PEDRO CHAVES	X			1. MAGNO MALTA			
WELLINGTON FAGUNDES	X			2. TELMÁRIO MOTA			
EDUARDO LOPES				3. ARMANDO MONTEIRO	X		

Quórum: TOTAL 14
Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 27/11/2018
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Lúcia Vânia
Presidente





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 27/11/2018 às 10h - 46ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPPLY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU	6. VAGO

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA PRESENTE	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. JOÃO CAPIBERIBE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 711/2015)**

NA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CE, RELATADOS PELO SENADOR PEDRO CHAVES.

27 de Novembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 54, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2018, que Confere ao Município de Salinas, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Cachaça.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

27 de Novembro de 2018





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2018 (Projeto de Lei nº 8.468, de 2017, na Casa de origem), da Deputada Raquel Muniz, que *confere ao Município de Salinas, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Cachaça.*



SF/18675.88449-49

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 93, de 2018 (Projeto de Lei nº 8.468, de 2017, na Casa de origem), da Deputada Raquel Muniz, que *confere ao Município de Salinas, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Cachaça*, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro confere ao Município de Salinas o mencionado título, enquanto o segundo e último artigo determina a entrada em vigor da lei em que vier a se converter o projeto na data de sua publicação.

Na justificação, a autora ressalta a importância econômica, turística e cultural da cachaça para o município mineiro de Salinas.

A proposição foi aprovada, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Cultura e de Constituição, Justiça e de Cidadania, em caráter conclusivo. No Senado Federal, a matéria foi distribuída à análise da CE, devendo, se aprovada, ser submetida à apreciação do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre assuntos relativos à cultura, caso do projeto de lei em análise.

Surgido na rota comercial entre a Bahia e as Minas Gerais, o povoado de Santo Antônio de Salinas foi elevado a vila em 1880 e, sete anos depois, à categoria de cidade. Em 1923 passa a denominar-se simplesmente Salinas. As origens da ocupação da região remontam, contudo, à passagem do século XVII ao XVIII, quando se instalam as primeiras fazendas de gado e são exploradas as jazidas de sal-gema no rio Salinas.

A fabricação da cachaça na região, por sua vez, inicia-se no século XIX. Em 1946, surge a primeira marca registrada do município e um gradual reconhecimento da qualidade da cachaça artesanal de Salinas, que na década de 1980 transpõe as fronteiras nacionais. Hoje a produção anual do município é estimada em 5 milhões de litros, com mais de 50 marcas comercializadas. O grande diferencial da aguardente de cana salinense é, no entanto, a sua qualidade, que muito contribuiu para a valorização da bebida no Brasil e no mundo, mudando, inclusive, seus hábitos de consumo.

O projeto propõe o reconhecimento legal do que já é uma realidade socialmente consagrada. Realiza-se anualmente na cidade, desde 2002, o Festival Mundial da Cachaça. Dez anos depois, instala-se em Salinas o Museu da Cachaça, contando parte relevante da história dessa que é a bebida mais tipicamente brasileira e o primeiro destilado criado nas Américas. Também em 2012, a “Região de Salinas”, formada pelos municípios de Salinas, Fruta de Leite, Novorizonte, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Taiobeiras, obteve o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) como Indicação Geográfica, cujo selo vai ser aplicado não apenas ao “carro-chefe” da cachaça, mas também a outros produtos de qualidade ali fabricados.

Nada mais justo, portanto, do que reconhecer o grande valor e o aclamado sabor da cachaça artesanal de Salinas, concedendo-lhe o título de Capital Nacional da Cachaça.



SF/18675.88449-49





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Não há, na proposição, qualquer óbice relativo à sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação ao regimento da Casa.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 27/11/2018 às 10h - 46ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPPLY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU	6. VAGO

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA PRESENTE	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. JOÃO CAPIBERIBE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 93/2018)

NA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A MATÉRIA É INCLUÍDA COMO ITEM EXTRAPAUTA Nº 24.

NA OCASIÃO, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

27 de Novembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 55, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2018, que Confere o título de Capital Nacional do Moscatel à cidade de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Paulo Paim

27 de Novembro de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



SF/18931.20114-79

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.602, de 2013, na Casa de origem), do Deputado Henrique Fontana, que *confere o título de Capital Nacional do Moscatel à cidade de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.602, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Henrique Fontana, que propõe seja conferido o título de Capital Nacional do Moscatel à cidade de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º estabelece a referida homenagem, e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Em sua justificação, o autor da matéria destaca a tradição e a importância do cultivo da uva moscatel, bem como da produção de vinhos no Município de Farroupilha, RS.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.602, de 2013, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Nesta Casa, o PLC nº 83, de 2018, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Conforme “As Indicações Geográficas de Vinhos do Brasil”, publicadas pela EMBRAPA, os produtos da Indicação de Procedência (IP) Farroupilha são os vinhos finos moscatéis, incluindo moscatel espumante, vinho fino tranquilo branco moscatel, fricante moscatel, licoroso moscatel, mistela e brandy de moscatel.

Essa é, de acordo com a Embrapa, a primeira indicação geográfica nacional exclusivamente de vinhos moscatéis, sendo que a área delimitada concentra o maior volume de produção de uvas moscatéis do Brasil. Tem destaque a variedade conhecida por “Moscato Branco”, tradicional da região desde os anos 1930 e não encontrada em outros países. A IP Farroupilha responde por cerca de 50% do volume de produção da casta no País. Existem centenas de pequenos viticultores na região delimitada, e os vinhos são elaborados por diversas



SF/18931.20114-79



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

vinícolas, distribuídas em todo o território da IP, no município de Farroupilha (RS).

Os vinhos são autorizados para comercialização somente após passarem pelos controles do Conselho Regulador da IP, que atesta a conformidade dos produtos em relação aos requisitos do Regulamento de Uso. Cada garrafa de vinho da IP Farroupilha possui um selo de controle numerado, o que possibilita a rastreabilidade dos produtos.

A concessão de registro da IP Farroupilha foi publicada em 2015, com a entrega do certificado de registro da Indicação de Procedência para vinhos finos moscatéis, outorgada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) à Associação Farroupilhense de Produtores de Vinhos, Espumantes, Sucos e Derivados (AFAVIN). E, em 2016, foram lançados no mercado os primeiros vinhos comerciais da Indicação de Procedência Farroupilha, atendendo aos requisitos do Regulamento de Uso, sob controle do Conselho Regulador da IP.

Diante disso, não se pode deixar de reconhecer que a concessão do título de Capital Nacional do Moscatel, além de contribuir para a promoção dessa importante atividade econômica exercida com destaque pelo município, representará, para os agricultores e para a população local, o reconhecimento oficial da qualidade de seu trabalho e de seu empenho.

Dessa forma, a iniciativa ora proposta é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.



SF/18931.20114-79



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há óbice algum ao texto do projeto, estando este de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18931.20114-79





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 27/11/2018 às 10h - 46ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPPLY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU	6. VAGO

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA PRESENTE	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. JOÃO CAPIBERIBE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 83/2018)**

NA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

27 de Novembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 56, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2017, do Senador Hélio José, que Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma do Mérito Social.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Paulo Paim

27 de Novembro de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2017, do Senador Hélio José, que *institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma do Mérito Social.*



SF/18121.23226-26

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 27, de 2017, do Senador Hélio José, que *institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma do Mérito Social.*

A proposição é composta de seis artigos, dos quais o primeiro institui, no âmbito do Senado Federal, o referido Diploma, *a ser conferido a pessoa física ou jurídica que tenha oferecido contribuição ou desenvolvido iniciativas relevantes para a causa da criança e do adolescente, em qualquer localidade do País.*

O art. 2º determina que o Diploma será conferido anualmente em data próxima ao dia 10 de abril e em sessão do Senado convocada especialmente para essa finalidade.

O art. 3º prescreve que a indicação de candidato poderá ser realizada por qualquer senador ou senadora, acompanhada de justificativa e de *curriculum vitae*.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

No art. 4º define-se que o Conselho do Diploma do Mérito Social, responsável pela apreciação das indicações e escolha do agraciado, será formado por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal. O § 1º do mesmo artigo estabelece que a composição do Conselho deverá ser renovada a cada dois anos, *entre os meses de fevereiro e março da primeira sessão legislativa ordinária e da terceira sessão legislativa ordinária de cada legislatura, permitida a recondução de seus membros*. Já o § 2º estipula que o Conselho definirá a cada ano o período de acolhimento das indicações e a data de premiação do agraciado.

A art. 5º precisa que, uma vez escolhido o nome do agraciado, este deverá ser amplamente divulgado nos meios de comunicação do Senado Federal, bem como em sessão plenária.

Por fim, consta do art. 6º que a futura resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação enfatiza a necessidade do prêmio como uma valorização *a pessoas que tenham oferecido contribuição ou desenvolvido iniciativas relevantes para a causa da criança e do adolescente*.

O PRS nº 27, de 2017, foi encaminhado à CE e à Comissão Diretora, devendo ser, caso nelas aprovado, objeto de deliberação do Plenário.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Compete à CE, de acordo com art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas.



SF/18121.23226-26



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O projeto em análise cria uma premiação cuja finalidade é reconhecer pessoas físicas ou jurídicas cujas iniciativas tenham contribuído para a causa da criança e do adolescente no País. Observamos que tais iniciativas vêm crescendo, com a formação de grupos nas comunidades que se unem com o fim de, complementarmente às políticas públicas existentes, suprir as demandas dos menos privilegiados e minimizar o sofrimento causado pela pobreza.

Os projetos sociais fruto das iniciativas possuem escopos variados, que não se limitam ao atendimento de necessidades básicas. Como exemplo, há projetos de sucesso no campo da profissionalização de jovens e adolescentes que, além de contribuírem para a capacitação e entrada no mercado de trabalho, exercem o papel de fortalecimento do senso de pertencimento, identidade e autoestima desses indivíduos.

Trata-se, portanto, de uma forma de intervenção social validada, respeitada e reconhecida no Brasil, que promove a cidadania, a responsabilidade social e a convergência de esforços, mas que, no entanto, carece de mecanismos formais como o que o projeto em análise visa a estabelecer.

Avaliamos, assim, que a proposição é meritória.

III – VOTO

O voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2017.

Sala da Comissão,



SF/18121.23226-26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 27/11/2018 às 10h - 46ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPICY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU	6. VAGO

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA PRESENTE	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. JOÃO CAPIBERIBE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PRS 27/2017)**

NA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

27 de Novembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 97, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome da Senhora ELISA BASTOS SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Tiago de Barros Correia.

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga

RELATOR: Senador Wilder Moraes

27 de Novembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Mensagem (SF) nº 97, de 2018 (Mensagem nº 512/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 6º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome da Senhora ELISA BASTOS SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Tiago de Barros Correia.*



Relator: Senador **WILDER MORAIS**

I – RELATÓRIO

Foi encaminhada para consideração dos nobres Senadores a indicação da Senhora Elisa Bastos Silva, por intermédio da Mensagem nº 97, de 2018, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A nós compete deliberar, por voto secreto, sobre a indicação para o cargo de Diretor da referida agência reguladora, nos termos da Constituição e da Lei supracitada. No que tange ao setor energético, cabe à presente Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) fazê-lo previamente ao Plenário do Senado Federal.

A Senhora Elisa Bastos Silva é natural de Goiânia, Estado de Goiás, nascida em 23 de abril de 1983.

Graduou-se em análise de sistemas pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) em 19 de janeiro de 2009. Concluiu o Doutorado



2³

em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 11 de junho de 2015, instituição em que concluiu mestrado na mesma área. Possui diversos trabalhos acadêmicos e artigos publicados em anais de congressos do setor de energia.

Durante sua graduação, iniciou a carreira na Companhia Energética de Goiás (CELG), empresa em que atuou como analista de sistemas entre 2004 e 2009.

Em seguida, desenvolveu projetos de pesquisa para o setor elétrico na UNICAMP e atuou como docente assistente na Fundação do Instituto de Administração (FIA).

Desde 2015 ocupa cargo em comissão no Ministério de Minas e Energia, na Assessoria Especial de Assuntos Econômicos. No Ministério, tem colaborado para os recentes aperfeiçoamentos dos modelos de leilões de energia.

Declara que tem procurado se aprofundar tecnicamente para atuar no aperfeiçoamento de políticas públicas do setor elétrico.

Conforme art. 1º, inciso II, do Ato nº 1 – CI, de 2009, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura*, a candidata declara que:

- (i) possui parente (pai) que exerceu atividade profissional em empresa regulada do setor de energia elétrica, como empregado celetista entre 1981 e 1997, como consultor entre 1999 e 2006 e como empregado terceirizado entre 2007 e 2012, sempre perante a Companhia Energética de Goiás (CELG);
- (ii) não participa e nem participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;
- (iii) está regular com o fisco nos âmbitos federal e estadual, conforme certidões que apresenta; e
- (iv) não figura como ré ou autora em ações judiciais.

SF/18565.31009-49



4

3


Pelo que apresenta, consideramos que o candidato atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que *dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências*, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeada.

O processo de sua indicação cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Pelo que apresento, submeto para avaliação e deliberação sobre a indicação da Senhora Elisa Bastos Silva ao cargo de Diretora da Aneel.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CI, 27/11/2018 às 09h - 31ª, Extraordinária
Comissão de Serviços de Infraestrutura

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. HÉLIO JOSÉ
EDUARDO BRAGA PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER	4. JADER BARBALHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. GARIBALDI ALVES FILHO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA PRESENTE

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
WILDER MORAIS PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	2. IVO CASSOL PRESENTE
VAGO	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	3. MAGNO MALTA

Não Membros Presentes

CIRO NOGUEIRA
 CIDINHO SANTOS
 AIRTON SANDOVAL





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Indicações para cargos de diretoria da ANATEL, ANEEL e ANM

MSF 97/2018 - ELISA S. - ANEEL

Início da votação: 27/11/2018 10:06:14

Fim da votação: 27/11/2018 11:04:11

TITULARES		SUPLENTEs	
MDB		MDB	
VAGO		1. HÉLIO JOSÉ	
EDUARDO BRAGA		2. ROMERO JUCÁ	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. ROSE DE FREITAS	
ELMANO FÉRRER		4. JADER BARBALHO	
VALDIR RAUPP	votou	5. GARIBALDI ALVES FILHO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
ÂNGELA PORTELA		1. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	votou	2. GLEISI HOFFMANN	
JOSÉ PIMENTEL		3. HUMBERTO COSTA	
PAULO ROCHA	votou	4. LINDBERGH FARIAS	
ACIR GURGACZ	votou	5. REGINA SOUSA	
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)		Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
ATAÍDES OLIVEIRA	votou	1. JOSÉ AGRIPINO	
RICARDO FERRAÇO	votou	2. ROBERTO ROCHA	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
WILDER MORAIS	votou	4. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
OTTO ALENCAR		1. LASIER MARTINS	votou
SÉRGIO PETECÃO		2. IVO CASSOL	votou
VAGO		3. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,	
VANESSA GRAZZIOTIN		1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
VAGO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)		Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	1. ARMANDO MONTEIRO	
VICENTINHO ALVES	votou	2. TELMÁRIO MOTA	voto não computado
PEDRO CHAVES	votou	3. MAGNO MALTA	

Votação:

TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 13, EM 27/11/2018

Senador Eduardo Braga
Presidente

27/11/2018 11:07:15

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 97/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É REALIZADA A ARGUIÇÃO PÚBLICA DA SENHORA ELISA BASTOS SILVA E APROVADA SUA INDICAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL), COM TREZE VOTOS FAVORÁVEIS, UM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

27 de Novembro de 2018

Senador EDUARDO BRAGA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 86, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 7º da Lei nº 13.575, de 2017, o nome da Senhora DEBORA TOCI PUCCINI para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração – ANM, com mandato de três anos.

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

27 de Novembro de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Mensagem (SF) nº 86, de 2018 (Mensagem nº 224/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 7º da Lei nº 13.575, de 2017, o nome da Senhora DEBORA TOCI PUCCINI para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração – ANM, com mandato de três anos.*



Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

O Presidente da República submeteu ao Senado Federal, via Mensagem (SF) nº 86, de 2018 (Mensagem nº 224/2018, na Casa de origem), a indicação da Senhora DEBORA TOCI PUCCINI para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Mineração (ANM), com mandato de três anos, conforme art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 7º da Lei nº 13.575, de 2017.

Como é de conhecimento dos nobres pares, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a Lei determinar, em conformidade com a Constituição Federal. Nesta Casa Legislativa, de acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a apreciação dessa indicação cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A Senhora Debora Puccini nasceu no Rio de Janeiro, em 1974, possui bacharelado em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), e as seguintes especializações: Curso Internacional de Gestão





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

e Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local pelo ILPES/CEPAL, na Universidade Cândido Mendes (2009); e MBA Gestão de Meio Ambiente e Sustentabilidade, pela Fundação Getúlio Vargas (2012).

Profissionalmente, ela exerce suas atividades no Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), em que faz parte do quadro permanente desde 2007. No DRM, exerceu a função de Coordenadora de Meio Ambiente e Projetos Especiais. Em seguida, foi nomeada como Diretora de Mineração.

No âmbito técnico e acadêmico, apresentou diversos trabalhos em congressos especializados em geologia e meio ambiente.

Em atendimento à alínea *b* do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, a candidata declara:

i) possuir parente que exerce atividade pública vinculada ao setor mineral. Trata-se do cônjuge, Sr. Rodrigo Puccini Marques, do Instituto Estadual de Engenheiros e Arquitetos (IEEA), autarquia do Estado do Rio de Janeiro.

ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas no setor mineral ou entidades não-governamentais;

iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) figurar como ré em ação judicial;

v) não ter atuado nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais do setor mineral ou em cargos de direção de agências reguladoras. Porém, atuou como Diretora de Mineração do DRM/RJ até data recente.

A ação judicial em que a indicada é ré é de natureza penal pública incondicionada movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

Janeiro, em face da indicada e outros dois técnicos do DRM-RJ serem acusados de ter emitido parecer técnico com dados incompletos e enganosos acerca da relevância do Beachrock de Jaconé e dos potenciais impactos de projeto denominado Terminal Portuário de Granéis Líquidos e Estaleiro para Construção e Reparos Navais. A instrução encontra-se em fase inicial, pendente de apreciação pelo Juízo da resposta à acusação, no qual a acusada requer que seja sumariamente absolvida. Entende que o que fica evidenciado na inicial acusatória é que, por apenas discordar da opinião técnica de uma geóloga que possui notória expertise, o ilustre membro do parquet, tenta criminalizar sua opinião científica.

Em 31 de outubro, durante a 29ª reunião extraordinária da CI, quando a indicada seria sabatinada, o ilustre Senador Ricardo Ferraço solicitou esclarecimentos sobre declaração contida na Mensagem, na qual a Sra. Débora Toci Puccini informa que figura como parte em ação judicial já mencionada. A questão a exigir esclarecimentos foi a suspensão do exercício da função pública dos acusados Débora Toci Puccini, Paulo Vicente Guimarães e Elisa de Souza Bento Fernandes, com fulcro no art. 319, VI do CPP.

O encaminhamento adotado por esta Comissão, com base no art. 90, inciso XIII, do RISF, foi a realização de diligência sobre os fatos para esclarecimentos quanto a eventuais óbices. Assim foi feito.

Com relação à suspensão do exercício de função pública de Diretora de Mineração do DRM-RJ, informamos que a 19ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ao receber a denúncia objeto do Processo nº 0267179-66.2017.8.19.0001, decidiu pela suspensão do exercício da função pública da Indicada e de outros dois servidores do DRM-RJ. Contudo, do exame da fundamentação da decisão e da cabível interpretação doutrinária, é possível asseverar que a medida cautelar visou à suspensão do exercício da função pública da Sra. Débora Puccini e outros servidores **apenas e tão somente dos cargos por eles ocupados no DRM-RJ**.

Tal conclusão é ratificada pelo Despacho de 6 de novembro, da 19ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, decorrente de pedido de esclarecimento feito pela defesa da Sra. Débora Puccini, após sua Indicação para o cargo de Diretora da ANM, conforme segue:



SF/18575.54516-30





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

5

Considerando os termos da decisão de fls. 869/871, na forma do art. 319, inciso VI do CPP, diante da incompatibilidade entre o exercício da função pública ocupada pela acusada DEBORA TOCI PUCCINI junto ao DRM-RJ à época dos fatos e a conduta criminosa, em tese, a ela imputada, uma vez que haveria justo receio de sua utilização para a prática de delitos da mesma natureza, bem como influenciar a colheita de provas, foi deferida liminar requerida pelo Ministério Público determinando a suspensão do exercício da função pública da mesma em relação ao cargo de Diretora de Mineração que exercia no referido órgão.

A referida medida cautelar não constitui, portanto, impedimento à indicação da Sra. Débora Toci Puccini para compor a Diretoria da ANM, objeto da Mensagem (SF) nº 86, de 2018.

Superada a questão, passemos aos quesitos legais consecutivos para a indicação para o cargo de Diretora da ANM.

A Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, *que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências*, estabelece nos seus arts. 4º e 5º, respectivamente, a forma de composição e os requisitos gerais para designação da direção das agências:

Art. 4º As Agências serão dirigidas em regime de colegiado, por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, sendo um deles o seu Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente.

Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes do Conselho Diretor ou da Diretoria, respectivamente, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

No caso específico da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Lei nº 13.575, de 2017, dispõe, no art. 9º, as seguintes vedações para a indicação de membro da Diretoria Colegiada:

Art. 9º É vedada a indicação para a Diretoria Colegiada:

.....
III – de pessoa que tenha participação, direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela ANM;

Para que tenha aplicação a vedação do inciso III do art. 9º da Lei nº 13.575, de 2017, é necessário que a pessoa tenha participação, direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela ANM.

A Sra. Débora Puccini ocupou, entre janeiro de 2010 e junho de 2018, o cargo de Diretora de Mineração do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro.

O DRM-RJ, criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 201, de 15 de julho de 1975, é uma autarquia do Estado do Rio de Janeiro, com personalidade jurídica de direito público, cuja finalidade é *gerenciar e promover o uso sustentável dos recursos minerais, do petróleo e dos recursos hídricos subterrâneos, utilizando-se do conhecimento da geologia em benefício da sociedade fluminense* (art. 2º do Anexo I do Decreto nº 28.417, de 23 de maio de 2001).

Verifica-se, portanto, que o DRM-RJ se enquadra no conceito administrativo de “entidade”, qual seja, *pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo normalmente classificada como estatal, autárquica, fundacional, paraestatal, cujas atividades se realizam através dos órgãos, e por meio de seus agentes (pessoas físicas investidas em cargos e funções)*.

Com relação ao setor regulado, observa-se que a Lei nº 13.575, de 2017, estipula que a finalidade da ANM é *promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País*.



SF/18575.54516-30





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

7

Pondera-se que, no momento da indicação, em 30 de abril do presente ano, a Sra. Débora Puccini ainda figurava como Diretora de Mineração do DRM-RJ, o que poderia atrair a incidência da vedação prevista no inciso III do art. 9º da Lei nº 13.575, de 2017. Contudo, há precedentes nesta Comissão de aprovação de indicados na mesma condição.

Ressalto, por fim, que a o mérito sobre a indicação cabe aos nobres membros desta Casa, tanto na fase de instrução da Mensagem que relato, quanto na apreciação da matéria pelo Plenário.

Esta Comissão, acredito, tem plena condições de deliberar sobre a indicação da Senhora Débora Toci Puccini ao cargo de Diretora da ANM.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18575.54516-30





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CI, 27/11/2018 às 09h - 31ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. HÉLIO JOSÉ
EDUARDO BRAGA PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER	4. JADER BARBALHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. GARIBALDI ALVES FILHO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA PRESENTE

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
WILDER MORAIS PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	2. IVO CASSOL PRESENTE
VAGO	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	3. MAGNO MALTA

Não Membros Presentes

CIRO NOGUEIRA
 CIDINHO SANTOS
 AIRTON SANDOVAL





Senado Federal

9

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Indicações para cargos de diretoria da ANATEL, ANEEL e ANM

MSF 86/2018 - DEBORA P. - ANM

Início da votação: 27/11/2018 10:06:14

Fim da votação: 27/11/2018 11:04:11

TITULARES		SUPLENTE	
MDB		MDB	
VAGO		1. HÉLIO JOSÉ	
EDUARDO BRAGA		2. ROMERO JUCÁ	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. ROSE DE FREITAS	
ELMANO FÉRRER		4. JADER BARBALHO	
VALDIR RAUPP	votou	5. GARIBALDI ALVES FILHO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
ÂNGELA PORTELA		1. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	votou	2. GLEISI HOFFMANN	
JOSÉ PIMENTEL		3. HUMBERTO COSTA	
PAULO ROCHA	votou	4. LINDBERGH FARIAS	
ACIR GURGACZ	votou	5. REGINA SOUSA	
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)		Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
ATAÍDES OLIVEIRA	votou	1. JOSÉ AGRIPINO	
RICARDO FERRAÇO	votou	2. ROBERTO ROCHA	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
WILDER MORAIS	votou	4. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
OTTO ALENCAR		1. LASIER MARTINS	votou
SÉRGIO PETECÃO		2. IVO CASSOL	votou
VAGO		3. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,	
VANESSA GRAZZIOTIN		1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
VAGO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)		Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	1. ARMANDO MONTEIRO	
VICENTINHO ALVES	votou	2. TELMÁRIO MOTA	voto não computado
PEDRO CHAVES	votou	3. MAGNO MALTA	

Votação:

TOTAL 14 SIM 12 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 13, EM 27/11/2018

Senador Eduardo Braga
Presidente

27/11/2018 11:07:57

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 86/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É REALIZADA A ARGUIÇÃO PÚBLICA DA SENHORA DEBORA TOCI PUCCINI E APROVADA SUA INDICAÇÃO AO CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM), COM DOZE VOTOS FAVORÁVEIS, DOIS VOTOS CONTRÁRIOS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

27 de Novembro de 2018

Senador EDUARDO BRAGA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 100, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor MOISÉS QUEIROZ MOREIRA, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência do término do mandato do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento.

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

27 de Novembro de 2018



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 100, de 2018, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MOISÉS QUEIROZ MOREIRA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.



SF/18470.60379-86

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Por meio da Mensagem nº 100, de 2018, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MOISÉS QUEIROZ MOREIRA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento.

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), como autarquia especial, a Anatel, ora vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 7º, inciso III, da Medida Provisória (MPV) nº 726, de 12 de maio de 2016, integra a administração federal indireta. O regime autárquico especial conferido à Agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes.

Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. A nomeação, deve ser precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

O Senhor MOISÉS QUEIROZ MOREIRA é cidadão brasileiro, natural da cidade de Tremembé, Estado de São Paulo. Nascido em 28 de março de 1962, graduou-se em Agronomia pela Universidade de Taubaté, em 1987.

Na vida profissional, nos últimos 15 anos atua como Gestor Público, exercendo cargos públicos no Governo Federal, Estadual e Municipal do Estado de São Paulo. Coordenou atividades de assessoramento técnico na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCONSP e assessoramento especial na Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no período de 2003 a 2006. Em 2006 assumiu a chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo. Paralelamente foi membro do Conselho de Administração da SPTURIS – São Paulo Turismo S.A. de abril/2008 a março/2009. Desde 2015 atua no governo federal nos cargos públicos de Assessor Especial do Ministro das Cidades, de Chefe da Assessoria Parlamentar e de Assessor Especial do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Atualmente ocupa a função de secretário nacional de Radiodifusão no âmbito do MCTIC.

A análise do curriculum vitae anexado à Mensagem nº 100, de 2018, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno com o objetivo de “disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões”, e pelo Ato nº 1, de 2009-CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013-CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”.

O indicado declarou formalmente:

a) não possuir parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área de telecomunicações;



SF/18470.60379-86



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

b) não ter participado do conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras, nos últimos cinco anos, contados retroativamente à data de sua indicação ao cargo pleiteado;

c) que é pequeno produtor rural de criação de bovinos para leite; e também é sócio não administrador na “Foco capacitação Institucional LTDA”, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

d) que se encontra em situação regular perante os fiscos federal, estadual e municipal;

e) que figura como requerido em dois processos, que tramitam perante o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, são eles:

e.1) Processo n. 0042922-14.2011.8.26.0053, que consiste em Ação de Protesto de prazo interruptivo da prescrição. A ação é movida pela Prefeitura do Município de São Paulo contra o indicado e outros 27 requeridos, e tem por objeto interromper a prescrição até a conclusão de investigações sobre contratação supostamente irregular, iniciada em 2005, das empresas requeridas. A ação de protesto visa somente constituir prova para uma eventual apresentação de ação principal, e até o presente momento não foi encontrado concretamente qualquer irregularidade que envolva o indicado. Atualmente, o processo está em fase de citação.

e.2) Processo n. 1022255-48.2015.8.26.0053 que consiste em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra o indicado e outros 15 requeridos. A ação tem por objeto irregularidades na contratação da OSCIP Via Pública com dispensa de licitação, no ano de 2006. Atualmente, o processo se encontra em fase de citação.

Após pesquisa complementar verificamos que as ações movidas contra o Sr. Moisés tratam de fatos ocorridos, nos anos de 2007 e 2008, quando o indicado atuou junto à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Tais processos estão em fase inicial, sem qualquer decisão judicial que inviabilize a assunção do cargo para o qual o Sr. Moisés Queiroz Moreira foi indicado.



SF/18470.60379-86



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Assim sendo, entendo que tão-somente a existência desses processos sem decisão alguma contra o indicado, por si só não seria capaz de excluir a possibilidade de o indicado ter sua nomeação aprovada pelo Senado Federal.

Além disso, o indicado apresentou certidões negativas de distribuição de ações cíveis e criminais, bem como de ações de falências e recuperações judiciais, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, e de débitos relativos aos tributos e à dívida ativa do Distrito Federal; certidão negativa de contas julgadas irregulares, do Tribunal de Contas de União; e certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor MOISÉS QUEIROZ MOREIRA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18470.60379-86





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CI, 27/11/2018 às 09h - 31ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. HÉLIO JOSÉ
EDUARDO BRAGA PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER	4. JADER BARBALHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. GARIBALDI ALVES FILHO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA PRESENTE

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
WILDER MORAIS PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	2. IVO CASSOL PRESENTE
VAGO	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	3. MAGNO MALTA

Não Membros Presentes

CIRO NOGUEIRA
 CIDINHO SANTOS
 AIRTON SANDOVAL





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Indicações para cargos de diretoria da ANATEL, ANEEL e ANM

MSF 100/2018 - MOISÉS M. - ANATEL

Início da votação: 27/11/2018 10:06:14

Fim da votação: 27/11/2018 11:04:11

TITULARES		SUPLENTES	
MDB		MDB	
VAGO		1. HÉLIO JOSÉ	
EDUARDO BRAGA		2. ROMERO JUCÁ	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. ROSE DE FREITAS	
ELMANO FÉRRER		4. JADER BARBALHO	
VALDIR RAUPP	votou	5. GARIBALDI ALVES FILHO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
ÂNGELA PORTELA		1. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	votou	2. GLEISI HOFFMANN	
JOSÉ PIMENTEL		3. HUMBERTO COSTA	
PAULO ROCHA	votou	4. LINDBERGH FARIAS	
ACIR GURGACZ	votou	5. REGINA SOUSA	
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)		Bloco Social Democrata (DEM, PSDB)	
ATAÍDES OLIVEIRA	votou	1. JOSÉ AGRIPINO	
RICARDO FERRAÇO	votou	2. ROBERTO ROCHA	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
WILDER MORAIS	votou	4. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
OTTO ALENCAR		1. LASIER MARTINS	votou
SÉRGIO PETECÃO		2. IVO CASSOL	votou
VAGO		3. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS,	
VANESSA GRAZZIOTIN		1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
VAGO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)		Bloco Moderador (PTC, PR, PTB, PRB)	
WELLINGTON FAGUNDES	votou	1. ARMANDO MONTEIRO	
VICENTINHO ALVES	votou	2. TELMÁRIO MOTA	voto não computado
PEDRO CHAVES	votou	3. MAGNO MALTA	

Votação:

TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 13, EM 27/11/2018

Senador Eduardo Braga
Presidente

27/11/2018 11:07:40

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 100/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É REALIZADA A ARGUIÇÃO PÚBLICA DO SENHOR MÓISES QUEIROZ MOREIRA E APROVADA SUA INDICAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), COM QUATORZE VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

27 de Novembro de 2018

Senador EDUARDO BRAGA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O **Nº 30, DE 2018**

Autoriza o Município de Palmas (TO) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Palmas (TO) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Requalificação Urbana, Palmas para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Palmas (TO);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 6.685.000,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US\$ 6.685.000,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;



VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa **Libor** para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,90% a.a. (um inteiro e noventa centésimos por cento ao ano), devendo o primeiro pagamento ser efetuado aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano), acrescidos aos juros descritos no inciso IX, em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do término do primeiro semestre após a assinatura do contrato de empréstimo;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contado a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor obriga-se a financiar 15 (quinze) pontos básicos da margem referida no inciso IX, reduzindo, nesse período, a margem para 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Palmas (TO) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Palmas (TO) e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidos no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.



Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

mlc/prs18-054



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
-S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 ** Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-DC - Guaracy Silveira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-5 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

DC - 1

Guaracy Silveira.	TO
------------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
DC.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Guaracy Silveira** (-DC-TO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Walter Pinheiro* (-S/Partido-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,85,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (101)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líder Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (103,169)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,106)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 12</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,146,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 0</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (120)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).
168. Em 25.07.2018, a Senadora Ana Amélia foi designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).
169. Em 14.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 74/2018-GLDPP).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ⁽⁷⁾	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).
7. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**Notas:**

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

**. Em 08.08.2018, foi lido o Requerimento nº 431, de 2018, que prorroga o prazo da CPI por 150 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Finalidade: Investigar os elevados reajustes dos preços dos planos de saúde em valores muito superiores aos índices oficiais de inflação.

Requerimento nº 415, de 2018

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 11/07/2018

Leitura: 11/07/2018



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(5,36,45,47)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6. Senador Dário Berger ⁽³⁵⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,28,33,43)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14,33,41,42)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(2,34,37,48)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ^(18,30,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(4,44,46)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(4,13,31,40,49)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,29,38)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
34. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
35. Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDDB).
36. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDDB).
37. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
38. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
39. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
40. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD)



41. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
42. Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
43. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
44. Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
45. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
46. Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
47. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
48. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
49. Em 20.11.2018, o Senador Vicetinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 76/2018-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14,25,29,30)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,26,28)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,23,27)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).
25. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Férrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
26. Em 04.09.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular, em substituição ao senador Sérgio Petecão, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 58/2018-BLDPRO).
27. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
28. Em 09.10.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 60/2018-BLDPRO).
29. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
30. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ^(1,55,61,62,64)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(1,50,53,65)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(5,56,66,67)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(5,59,60,68)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16,54,63)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 238/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).
59. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
60. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
61. Em 07.08.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2018-GLPMDB).
62. Em 04.09.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 93/2018-GLPMDB).
63. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
64. Em 09.10.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho (Of. 94/2018-GLPMDB).
65. Em 11.10.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 103/2018-GLPMDB).
66. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
67. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
68. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(4,29,31)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,32)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(3,25,28,30)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD).
30. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Rudson Leite (Of. 66/2018-BLOMOD).
31. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
32. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,10,33)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,28,29,34)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21,27,31)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18,26,32)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,25,30)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC).
28. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
29. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
30. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
31. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
32. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 65/2018-BLOMOD).
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,34,35)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
35. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(5,16,24,29,30)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18,27,28)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMD).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).
28. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
29. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
30. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
VAGO ^(1,4)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

4. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30,35,37)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7,39,48,49)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4,34,43,47)
VAGO (4,45)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (1,16,32,41)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,22,44,46)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13,33,42)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26,31,38,40)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPPO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDB).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº 46/2018-BLOMOD).
39. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
40. Em 05.09.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 56/2018-BLOMOD).
41. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
42. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 63/2018-BLOMOD).
43. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
44. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
45. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
46. Em 05.11.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 69/2018-BLOMOD).
47. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
48. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
49. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,31,34,35)	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(17,27,33)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
VAGO ^(2,18,28,32)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).

9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).

10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).

11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).

12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).

13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
31. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
32. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
35. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(6,14,17,18)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,16)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
16. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 005/2018-GLDPDT).
17. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
18. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (8,12,29)	2. Senador Romero Jucá (11,32)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador João Alberto Souza (16,30)
Senador Dário Berger (8,30)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (31)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (28)
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3. VAGO (33,38)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,35,37)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,24,27,36)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18,25,26)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19,21,34)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).
26. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
27. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
28. Em 06.11.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 85/2018-GLPSDB).
29. Em 06.11.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
30. Em 06.11.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em permuta com o Senador João Alberto Souza, que passa a ocupar vaga de suplente (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
31. Em 06.11.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
32. Em 06.11.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
33. Em 06.11.2018, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 86/2018-GLPSDB).
34. Em 06.11.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 71/2018-BLOMOD).
35. Em 06.11.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 69/2018-BLDPRO).
36. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
37. Em 08.11.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Givago Tenório, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 70/2018-BLDPRO).
38. Em 21.11.2018, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como membro suplente, o colegiado, pelo Bloco Social Democracia (Of. 92/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ^(11,15)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).
15. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(18,24,28,29)
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(26,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(9,30)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(17,31)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16,22,25)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 41/2017-GLPSDB).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).
24. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
25. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
26. Em 31.10.2018, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo PSDB, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. 83/2018-GLPSDB).
27. Em 31.10.2018, o Bloco da Maioria cede vaga para o PSDB (Of. 109/2018).
28. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
29. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
30. Em 20.11.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
31. Em 20.11.2018, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente, em substituição ao senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airtton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ (Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador	Fernando Collor (PTC-AL)
PSC	
Senador	Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB	
Senador	Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		MDB
VAGO		MDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

